MARIANA GIORGETTI VALENTE

Reconstrução do Debate Legislativo sobre Direito Autoral no Brasil

Os anos 1989 - 1998

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob orientação do Prof. Titular Dr. José Eduardo Campos de Oliveira Faria.

Versão corrigida após comentários dos examinadores na banca de defesa. Original encontra-se disponível na Faculdade de Direito da USP.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Giorgetti Valente, Mariana

Reconstrução do Debate Legislativo sobre Direito Autoral no Brasil:
os anos 1989-1998 / Mariana Giorgetti Valente ; orientador José
Eduardo Campos de Oliveira Faria -- São Paulo, 2018.
450

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do
Direito e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2018.

1. Direito Autoral. 2. Debate legislativo. 3. História do direito autoral -
Brasil. 4. Direito autoral internacional. 5. Direito e transformação
tecnológica. I. Campos de Oliveira Faria, José Eduardo, orient. II. Título.

Agradecimentos

Este trabalho envolveu a colaboração de muitas pessoas e instituições ao longo de três anos. Aos dezoito entrevistados e entrevistadas, eu agradeço imensamente por seu tempo, disposição, e por terem me obrigado tantas vezes a repensar pressuposições e sair da zona de conforto. Dentre essas pessoas, vale um especial agradecimento a Vanisa Santiago, que foi excepcionalmente generosa e interessada nas inúmeras comunicações que travamos ao longo da pesquisa, e abriu muitas portas; além disso, a Samuel Barrichello, José Vaz e Marcos Souza, que, além de interlocução e encorajamento, me deram acesso a um arquivo extremamente valioso, guardado no Ministério da Cultura, que foi o principal insumo para as descobertas mais importantes do trabalho. Pelo auxílio no tratamento de documentos históricos, Samuel Barbosa; pelo diálogo constante, instigante e crítico sobre temas de direito autoral, Pedro Mizukami; por possibilitar-me um período como pesquisadora visitante na Universidade da Califórnia, Berkeley, Pamela Samuelson; ao IvIR (*Institute for Information Law*), da Universidade de Amsterdã, e a *Open Society Foundations*, que me concederam uma *fellowship* para o *International Copyright Law Summer Course* do IvIR em julho de 2017, que contribuiu muito para o desenvolvimento de temas deste trabalho; aos colegas do Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP, que me ensinam constantemente a repensar o direito e a sociedade; a todos e todas do InternetLab, pelo apoio e inspiração diários, além da compreensão com as faltas e ausências para dar conta deste trabalho – em especial aos queridos Dennys Antonialli, Francisco Brito Cruz e Natália Neris; a Pedro Lima, pelo auxílio com a elaboração de comparações entre os diversos projetos de lei, propostas e leis; e ao meu orientador, José Eduardo de Oliveira Faria, pela parceria desde 2005, quando passei a fazer parte do Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Direito da USP, e que abriu as portas para todo o meu caminho em pesquisa.

Quero reconhecer, ainda, os gestos de generosidade de pessoas que me fizeram passar pelo processo todo com muito mais suavidade do que poderia ter sido: Jane, Otávio, André, Cristina, Vanessa e João Valente, Isabela Guimarães del Monde, Lucas Oliveira, Renata Lopes, Livia Razente, Fernando Túlio, Thales Sant’Anna Betoni, Marina Ganzarolli, Jamila Venturini, Jemma Welsh, Sharon Joy, Gisela Perez de Acha, Lenty, Claudia Ferreira, Marco Braga, Regina Stela, Luciana Reis, e Daniela Rozados.

Resumo

O direito autoral, embora tenha impactos diretos ou indiretos nas vidas de uma grande parcela da população brasileira, é um campo do direito que pouco ultrapassa o âmbito das discussões de “especialistas” ou é compreendido como inscrito em disputas sociais mais amplas. A Lei de Direitos Autorais (Lei n. 9.610/98), que em 2018 completa 20 anos de vigência, é ponto de partida para apaixonadas polarizações. Esta tese reconstrói os debates em torno da aprovação da lei, circunscritos no período entre 1989 e 1998, a partir de um campo interdisciplinar entre a sociologia jurídica e a história crítica do direito. Embora a Lei de Direitos Autorais tenha nascido de um projeto do Senado Federal em 1989, o Projeto Luiz Viana, os debates revolveram em torno não apenas dele, mas também de um projeto imediatamente anterior, o Projeto Genoíno. Os dois projetos expressavam os modelos de direito autoral que se encontravam em disputa naquele momento, e que chamo de modelo de *exploração econômica* e modelo do *autor como criador*. Não se identificava, no período, discussão em torno do que viria a ser o maior conflito das décadas seguintes, com a entrada em cena do modelo do *acesso ao conhecimento*. Os debates entre aqueles dois modelos deram-se em torno de disputas por institutos específicos entre autores, artistas e suas associações representativas, de um lado, e agentes da indústria baseada no direito autoral, de outro, e também de uma complexa trama envolvendo posições defendidas pelo Brasil em política externa, conjuntura geopolítica, distintas concepções sobre a incorporações de tratados no ordenamento jurídico nacional, e pressões do Executivo pelo cumprimento de compromissos assumidos internacionalmente – processos esses que também limitaram o espaço disponível de deliberação. Com a explicitação e análise crítica das posições em disputa naquele momento, pretende-se contribuir para a compreensão do direito autoral como inscrito na política, e para discussões sobre a transformação do direito brasileiro na redemocratização e na virada do século, processo legislativo, direito e transformação tecnológica, e a dinâmica de construção de institutos jurídicos a partir de valores e interesses localizáveis.

Abstract

Copyright, although it has direct or indirect impacts on the lives of a large portion of the Brazilian population, is a field of law that barely exceeds the scope of “expert” discussions or is seen as implicated in broader social disputes. The Copyright Law (Law No. 9.610/98), which in 2018 is 20 years old, is the starting point for passionate polarizations. This thesis reconstructs the legislative debates around the adoption of the law, circumscribed in the period between 1989 and 1998, from an interdisciplinary field between juridical sociology and the critical history of law. Although the Copyright Law originated from a bill of the Federal Senate in 1989, the Luiz Viana Project, the debates revolved around not only that bill, but also of an immediately previous one, the Project Genoino. Those bills expressed the “models” for copyright that were in dispute at that time, and which I call the model of *economic exploration*, and model of *the author as creator*. At that moment, there was no discussion of what would become the greatest conflict of the following decades, with the introduction of the model of *access to knowledge*. The debates between those two models revolved around disputes over specific legal institutes between authors, artists and their representative associations, on the one hand, and agents of the copyright-based industry, on the other, and also around a complex network involving positions defended by the Brazil in foreign policy, geopolitical conjuncture, different conceptions on the incorporation of treaties in the national legal system, and the pressures of the Executive for the fulfillment of commitments assumed internationally - processes that also limited the space available for deliberation. With the explanation and critical analysis of the positions in dispute at that moment, we intend to contribute to the understanding of copyright as inscribed in politics, and to discussions about the transformation of Brazilian law in redemocratization and at the turn of the century, legislative process, law and technological transformation, and the dynamics of building legal institutes based on localized values and interests.

Zusammenfassung

Das Urheberrecht, obwohl es direkte oder indirekte Auswirkungen auf das Leben eines großen Teils der brasilianischen Bevölkerung hat, ist ein Rechtsgebiet, das kaum den Umfang von "Experten"-Diskussionen überschreitet oder als in breitere soziale Konflikte verstrickt gilt. Das Urheberrechtsgesetz (Gesetz Nr. 9.610/98), das im Jahr 2018 20 Jahre alt ist, ist der Ausgangspunkt für leidenschaftliche Polarisierungen. Diese Doktorarbeit rekonstruiert die legislativen Debatten um die Verabschiedung des Gesetzes, in der Zeit von 1989 bis 1998, aus einem interdisziplinären Feld zwischen Rechtssoziologie und kritischer Rechtsgeschichte. Obwohl das Urheberrechtsgesetz aus einem Gesetzentwurf des Bundessenats von 1989 stammt (der Luiz-Viana-Gesetzentwurf), drehten sich die Debatten nicht nur um diesen Gesetzentwurf, sondern auch um eine unmittelbar vorhergehende, das Genoino-Gesetzentwurf. Diese Gesetzesvorlagen brachten die „Modelle“ für das Urheberrecht zum Ausdruck, die zu dieser Zeit strittig waren und die ich das Modell der *wirtschaftlichen Exploration* und das Modell des *Urhebers als Schöpfer* nenne. In diesem Moment gab es keine Diskussion darüber, was der größte Konflikt der nächsten Jahrzehnte werden würde, mit der Einführung des Modells des *Zugangs zu Wissen*. Die Debatten zwischen diesen beiden Modellen drehten sich um Streitigkeiten über bestimmte Rechtsinstitute zwischen Autoren und ihren repräsentativen Verbänden einerseits und Agenten der Urheberrechtsbranche andererseits, und auch um ein komplexes Netzwerk von brasilianischer außenpolitischer Positionen, geopolitischen Konjunktur, unterschiedlichen Vorstellungen von der Einbeziehung von Verträgen in das nationale Rechtssystem, und dem Druck der Exekutive auf die Erfüllung der international angenommenen Verpflichtungen – Prozesse, die auch den Raum für Beratungen begrenzten. Mit der Explikation und kritischen Analyse der strittigen Positionen wollen wir zum Verständnis des Urheberrechts in der Politik, und zu Diskussionen über die Transformation des brasilianischen Rechts in der Redemokratisierung und der Jahrhundertwende, Rechts- und Technologietransformation, und der auf lokalisierten Werten und Interessen Aufbaudynamik von Rechtsinstituten aufbauen.

Lista de abreviaturas

ABACH: Academia Brasileira de Arte, Cultura e História de São Paulo

ABC: Associação Brasileira Cinematográfica

ABCA: Associação Brasileira de Compositores e Autores

ABDR: Associação Brasileira de Direitos Reprográficos

ABPD: Associação Brasileira de Produtores de Discos

ABERT: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ABINEE: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABPI: Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

AMAR: Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes

APRIMESC: Associação Brasileira de Informática e de Equipamentos de Escritórios

ANACIM: Associação Nacional de Autores, Compositores, Intérpretes e Músicos

ASA: Associação dos Atores em Dublagem, Cinema, Rádio, Televisão, Propaganda e Imprensa

ASCAP: *American Society of Composers, Authors and Publishers*

ASSIM: Associação de Intérpretes e Músicos

BMI: *Broadcast Music, Inc.*

CBL: Câmara Brasileira do Livro

CCTCI: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (da Câmara dos Deputados)

CDA: Coordenação de Direito Autoral (do Ministério da Cultura)

CESP: Comissão Especial

CISAC: Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores

CNDA: Conselho Nacional de Direito Autoral

DDI: Diretoria de Direitos Intelectuais (do Ministério da Cultura)

Ecad: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

ELETROS: Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos

FLAPF: Federação Latinoamericana de Produtores de Fonogramas e Videogramas

GATT: *General Agreements on Tariffs and Trade*

IITF: *Information Infrastructure Task Force*

MinC: Ministério da Cultura

MPA: *Movie Pictures Association*

MPB: Música Popular Brasileira

OIT: Organização Internacional do Trabalho
OMC: Organização Mundial do Comércio
OMPI: Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU: Organização das Nações Unidas
PL: Projeto de Lei
RICD: Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SABEM: Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música
SATED/RJ: Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro
SBAT: Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
SCCR: Standing Committee on Copyrights and Related Rights da OMPI
SEI: Secretaria Especial de Informática
SICAM: Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais
SNEL: Sindicato Nacional dos Editores e Livreiros
TRIPS: *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (acordo)
UBE: União Brasileira dos Escritores
UBC: União Brasileira de Compositores
UBV: União Brasileira de Vídeo
USP: Universidade de São Paulo
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WCT: *Wipo Copyright Treaty*
WPPT: *Wipo Performances and Phonograms Treaty*

Sumário

Introdução	11
Delimitação do tema	14
Metodologia	21
1. Antecedentes históricos: o direito autoral no Brasil	33
1.1. O campo institucional do direito de autor: as primeiras associações de compositores ..	33
1.2. Das fragmentações às centralizações	46
1.3. Novas tecnologias, novos direitos: o fonograma e o rádio	53
1.4. A Lei n. 5.988/73, as pressões da indústria fonográfica e o Ecad	59
1.5. O período CNDA	71
1.6. A desconstrução de um frágil sistema	83
2. O Projeto Genoíno (PL 2148/89)	91
2.1. Um projeto nascido no CNDA	94
2.2. José Genoíno entra em cena, e um breve panorama sobre a Constituinte	101
2.3. O que estava no Projeto Genoíno?	109
2.5. A equiparação entre autor e artista na categoria do <i>criador</i>	110
2.6. Limitações ao poder empresarial	125
2.7. Ampliando sanções e <i>enforcement</i>	137
2.8. O registro	140
2.9. Domínio público e limitações como inimigos do autor	141
2.10. Direito de sequência geral como participação na mais-valia	150
2.11. A volta da numeração de discos e outros exemplares	151
2.12. A volta da “cópia privada”	151
2.13. Em defesa do CNDA	153
2.14. Outros pontos	154
2.15. Breve avanço no tempo: o destino do Projeto Genoíno	158
3. Globalização, comércio e tecnologia: a década dos Tratados	161
3.1. O contencioso sobre informática	162
3.2. Propriedade intelectual: de barreira ao comércio ao Acordo TRIPS	166
3.3. Os Tratados da OMPI de 1996: o futuro digital	186
4. A Tramitação da Lei n. 9.610/98	205
4.1. O Projeto Luiz Viana	208
4.2. Uma figura: Muller Chaves	210
4.3. Um salvador para a indústria fonográfica	213
4.4. Percalços institucionais: o fim do MinC e do CNDA	223
4.5. Uma figura: Otávio Afonso	225
4.6. A Coordenação de Direito Autoral	229
4.7. A produção legislativa sobre direito autoral na década de 90	231
4.8. Segue o processo: CCTCI e Comissão Especial na Câmara dos Deputados	249
4.9. Autoria a quem cria: pessoas físicas <i>versus</i> pessoas jurídicas	263
4.10. O Registro	274
4.11. O Domínio Público	275
4.12. Equilíbrio? Limitações e exceções ao direito de autor	277

4.13. Os contratos de direito autoral: cessão, licença e outras questões	286
4.14. Obra em relação de trabalho, e sob encomenda.....	292
4.15. Gestão Coletiva e o Ecad	295
4.16. O CNDA, e a presença do Estado no direito autoral	302
4.17. Conexos: artistas, produtores e organismos de radiodifusão	307
4.18. <i>Enforcement</i> : sanções pela violação de direito autoral	312
4.19. As novas tecnologias, ou o emergente futuro digital	318
4.20. A numeração de exemplares	327
4.21. A Cópia Privada, ou cobrança sobre suportes virgens.....	331
4.22. Ainda na Câmara: O Projeto vai a Plenário	335
4.23. No Senado: o projeto de Direito Autoral pauta a esfera pública	355
4.24. A sanção presidencial	371
5. Considerações finais	379
5.1. Um breve panorama das duas décadas de vigência da Lei 9.610/98	379
5.2. Romantismo e utilitarismo	386
5.3. O conflito da década de 1990 encontra o Acesso ao Conhecimento	395
5.4. Direito autoral para além das leis.....	399
6. Referências bibliográficas	404
6.1. Imprensa.....	415
6.2. Leis, regimentos, tratados	416
6.3. Diários.....	417
6.4. Lista de entrevistados.....	418
Anexo I: Tipologia e descrição dos arquivos.....	422
1. Arquivo MJ	422
2. Arquivo CEDI-CD	423
3. Arquivo MinC	425
4. Arquivo Pesquisa	432
Anexo II: Comparações entre leis, projetos e propostas	434
Anexo III: Projeto Genóio.....	434
Anexo IV: Quadro de evolução das proposições, por temas	435
Anexo V: Descrição dos PLs apensados ao 5.430/90.....	439
Anexo VI: Emendas de Plenário na Câmara dos Deputados	445

Introdução

Ainda que, do final da década de 2000 em diante, temas relativos ao direito autoral tenham ultrapassado o âmbito das discussões de “especialistas” e ganhado a esfera pública, eles ainda aparecem como herméticos e distantes das lutas sociais. Por mais que o direito autoral direta ou indiretamente faça parte de uma parcela imensa de pessoas todos os dias – você lê um livro, uma notícia de jornal, ouve uma música, assiste à televisão, a um vídeo no YouTube, e assina termos de uso de plataformas virtuais nas quais você mesmo compartilha

obras –, esse ramo do direito vem à mente, normalmente, apenas quando o tema é plágio, “pirataria” ou cobranças feitas pelo Ecad.

O direito autoral aparecer como uma área que só importa aos seus interessados mais diretos tradicionalmente, ou seja, a criadores inseridos em cadeias formais de distribuição e aos “grandes usuários” – emissoras de rádio e televisão, casas de show, etc. – pode ser atribuído a alguns fatores. Um deles é que, de fato, as pessoas em geral começaram a deparar-se com conflitos envolvendo o direito autoral apenas com o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que facilitaram a cópia. Outro é que a disciplina é tradicionalmente construída, no Brasil e em outras partes, como radicalmente setorial, com a finalidade única e exclusiva de proteger autores, artistas e titulares de direitos – categorizações que, sobretudo, por uma série de razões sociais e históricas, são atribuídas a um grupo diminuto de pessoas. Assim, o direito autoral constituiu-se como um tema esotérico, encerrado, no campo do direito, a alguns poucos doutrinadores no campo do direito civil, e raramente ensinado nas universidades. Se outros campos do direito privado estiveram mais claramente submetidos a exigências de funcionalização e materialização, o direito autoral, com a exceção de um pequeno campo de debates que se formou no final dos anos 2000 e cuja sobrevivência ainda está por se verificar, manteve seu caráter de ensimesmamento, e seus atores tradicionais vieram resistindo à entrada na discussão dos atores, interesses e direitos entendidos como alheios à proteção autoral, e as “novas demandas” não foram suficientemente capazes de furar a bolha e levar o tema ao repertório comum sequer de estudiosos do direito, que dirá da comunidade em geral. Tampouco os agentes tradicionais têm se mostrado eficazes em comunicar os valores envolvidos nos institutos e instituições que defendem, de forma que, quando algum debate há, verifica-se, em geral, uma polarização ensurdecadora.

O direito autoral brasileiro é regido pela Lei 9.610/98 – a Lei de Direitos Autorais, além de alguma legislação esparsa. Posições acerca da lei são igualmente polarizadas: de “extremamente moderna” a “uma lei que nasceu velha” (dados os imensos conflitos que surgiram imediatamente posteriormente à sua aprovação, fundamentalmente por causa da Internet), e passando por iniciativas de reforma ora no sentido de reforço da proteção de direitos, ora pela diminuição do seu âmbito de aplicação. Apesar de existir uma produção acadêmica significativa sobre sua aplicação posterior e os conflitos em torno dela, há pouco

conhecimento registrado sobre seu processo de aprovação. É das disputas travadas naquele momento, entre 1989 e 1998, que esta pesquisa trata.

Ainda a título de contextualização do lugar de que se parte, houve, no Brasil, entre 2007 e 2012, uma ampla mobilização por reformar a Lei 9.610/98. Com um papel ativo do Ministério da Cultura – foi o Ministro da Cultura Gilberto Gil quem lançou, em 2007, o Fórum Nacional do Direito Autoral, após discussões feitas no âmbito da I Conferência Nacional de Cultura de 2005 –, o debate envolveu discussões presenciais encampadas pelo Ministério e também pela sociedade civil, bem como duas consultas públicas, realizadas pela Internet, sobre minutas de lei. Foi um momento em que a pauta do *acesso ao conhecimento* ganhou centralidade nas disputas, e em que uma gama ampliada de atores passou a debater o direito autoral.

O *acesso ao conhecimento* foi uma tendência na discussão de direito autoral, articulada internacionalmente desde o fim da década de 1990, entre acadêmicos, organizações da sociedade civil (de defesa de consumidores a direitos digitais), ativistas, instituições de memória e uma parcela (diminuta) da “comunidade artística” e de desenvolvimento de *software*, em torno de soluções autorregulatórias para problemas identificados na aplicação do direito autoral a práticas relacionadas ao ambiente digital, e na ampliação desse direito por novas leis – foram os chamados *movimento de cultura livre* e o *movimento software livre*, ou discussões em torno do *copyleft*. O movimento de cultura livre chegou, pelo menos desde 2012, a um reconhecimento dos limites das soluções autorregulatórias, e viu-se novamente às voltas da disputa política convencional e da discussão sobre reforma da legislação,¹ o que implicou em uma retração do debate, que voltou a girar em torno de “especialistas”. Isso coloca-nos diante do desafio de compreender nossas instituições, normas, sua aplicação e os discursos relacionados, com a preocupação de “humanizar” a lei sob exame, ou seja, retirá-la de um lugar de cristalização e de produto inexorável, com o objetivo de, ao entendê-la como

¹ No meu mestrado, defendido em 2013 na Faculdade de Direito da USP, sob orientação de José Eduardo de Oliveira Faria, estudei o fenômeno do software livre e o de cultura livre, o último com foco no projeto Creative Commons. Identifiquei, na conclusão daquele trabalho, que a própria comunidade de discussão de cultura livre passava por um momento de autocritica, e de entendimento de que era necessário colocar a disputa *também* em torno de reformas legislativas (VALENTE, 2013b). Alguns anos depois, o entendimento não somente se reforça, como mudanças nas formas de acesso à consumo de cultura e conhecimento pela Internet levaram o debate a novos termos.

um resultado, ainda que transitório, de disputas localizadas no tempo, abrir mais espaço para as disputas do presente.

A título de honestidade acadêmica, cabe uma nota pessoal: eu tive e tenho participações nesse movimento, já que, para além de pesquisá-lo, fui “líder jurídica” do capítulo Brasil do Creative Commons entre 2013 e 2014, sou membra oficial da sua rede internacional no momento em que esta tese é publicada, e faço parte de redes acadêmicas que têm como objetivo intervir em favor de direitos de acesso, na arena nacional e internacional. A elaboração desta tese foi um grande desafio pessoal, que envolveu um esforço de fazer uma análise crítica e ao mesmo tempo isolar o quanto possível os sentimentos negativos em relação a determinados atores e posições, sentimentos esses que vêm de uma intensa história subjetiva em um campo bastante apaixonado, para estar aberta para a descoberta. Felizmente, quase nenhum de meus interlocutores conhecia minha atuação, o que me deu acesso a visões que, fosse o contrário, talvez não tivessem compartilhado comigo. Do lado de cá, estabelecer contato com eles foi extremamente enriquecedor, e me fez ver questões sob outra ótica, e com mais generosidade. Isso me faz esperar, sem pretender uma neutralidade que pressuponho inexistente e indesejável em trabalhos como este (como exponho adiante), que tenha sido minimamente bem sucedida no desafio.

Delimitação do tema

Não há um registro organizado suficientemente completo sobre a história das discussões em torno do direito autoral no Brasil entre 1989 e 1998. Os textos que tratam de história do direito de autor, no país, fazem-no, geralmente, de forma excessivamente centrada na descrição da sucessão de leis, ou são leituras demasiado parciais, elaboradas por atores que estiveram envolvidos no processo.² Um trabalho seminal sobre a história do campo institucional do direito autoral na música é o livro *Arrogantes, anônimos, subversivos*, da antropóloga Rita Morelli (2000); embora o relato seja extremamente detalhado, ele se torna mais rarefeito uma vez chega ao fim da década de 1980. A esse respeito, vale desde já uma ponderação: o trabalho de MORELLI centra-se principalmente no campo institucional da

² Uma exceção é o trabalho de MELLO (2013), que também teve como objetivo contar a história da tramitação desta lei, e que apresenta informações interessantes. Entendemos, ainda assim, que faltavam perspectivas sobre os debates entre os diferentes setores na negociação da lei, e da interrelação entre fatores endógenos ao campo, pressões internacionais e pressões de mercado.

música, trazendo ocasionalmente aspectos de outros setores artísticos e culturais. Como veremos, a música, no Brasil e por toda parte, é dos setores atingidos pelo direito autoral o que mais se organizou, da criação de associações de autores e titulares de direitos à disputa legislativa e judicial. Como será discutido ao longo deste trabalho, isso teve relação com ter sido a música atingida em cheio pela tecnologia desde o início do século XX, e, no Brasil, com ter se tornado um mercado expressivo, em comparação com os demais. Devido à própria dinamicidade do setor, ele é sobre-representado nas discussões sobre história do direito autoral, e não é diferente aqui.

Definido pela curiosidade sobre em que termos se deu a discussão sobre direito autoral no Brasil na década de 1990, e especialmente em torno da aprovação da Lei 9.610/98, o recorte da reconstrução histórica situa-se entre os anos de 1989 e 1998, e tem como foco o debate legislativo, não somente no *locus* do parlamento, mas onde quer que se tenham elaborado posições sobre o projeto de lei que tramitava. Assim, *debate legislativo* aqui não é equiparado a *processo legislativo*: este último *filtra* o debate em torno de seus ritos e códigos, mas o debate em si se espalha pela arena empresarial / industrial, pelo chamado “setor artístico” brasileiro, pelas disputas internacionais travadas no período, e pela agenda do Poder Executivo. Como ficará claro, não houve, em relação a esse processo, participação de organizações ou indivíduos de outros setores da sociedade civil. Assim, em relação a esse período, proponho-me a responder: qual era o debate dos direitos autorais, no Brasil, na década de 90? Em que temas está a disputa, e, em relação a eles, quais eram os diferentes modelos de direito autoral em disputa? Quem eram os atores representando-os, e como ou em que termos a disputa ocorreu? Qual era o espaço disponível para discussão, tendo em vista compromissos internacionais assumidos pelo Brasil? Em que medida o debate foi moldado ou delimitado pelo processo legislativo brasileiro? Que modelo vence, por fim, e o que representa esse modelo?

Há que se reconhecer que o interesse de pesquisa vem filtrado pelos debates travados após o período estudado, em um momento em que já se discutiam os “problemas” da lei, ou o que a aplicação da lei veio a acarretar, e que só poderia ser percebido depois. É por essa razão que, nas Considerações Finais, apresenta-se um breve panorama dos vinte anos de vigência da lei. A pesquisa deixou evidente que não estava presente, entre 1989 e 1998, sequer uma formulação da disputa principal que ocorreria nos anos seguintes, que foi, na tendência que chamamos de *acesso ao conhecimento*, a da *flexibilização dos direitos autorais / defesa do*

interesse público, de um lado, e o *maximalismo autoral*, de outro. A ausência fez-se sentir em termos de discurso, de atores, e de conflitos. Historicamente, no Brasil, não havia se constituído uma visão de direito autoral que levasse em conta os direitos dos usuários, ou qualquer existência de um interesse público ao redor do tema. O que existia de mais próximo disso era a posição da política externa brasileira, que naquele momento disputava por menos obrigações no plano internacional quanto à propriedade intelectual, mas a partir de uma visão específica sobre desenvolvimento e dependência, sem adotar a linguagem de *direitos de acesso* à cultura ou ao conhecimento. No lugar desse conflito, identificou-se naquele período uma polarização em torno de modelos que chamamos aqui de *autor como criador* e modelo de *exploração econômica* de bens intelectuais. Esses modelos expressaram-se em diferentes projetos de lei e visões radicalmente distintas sobre cada um deles, formuladas por atores também distintos.

Ainda sobre o recorte histórico, identificou-se ser necessário recuar para o início do século XX, para descrever e interpretar adequadamente os termos em que se encontravam as disputas quando se deflagrou o processo de reforma da lei anterior (a Lei n. 5.988/73). Em 1989, certas estruturas de poder, formas de pensar o direito autoral no Brasil e contraposições determinadas encontravam-se cristalizadas; a análise do material empírico sobre o período 1989-1998 deixou claro, também, ser fundamental explicitar quem eram os atores envolvidos, que em geral tinham trajetórias longas de filiação a modelos e instituições, bem como por que o campo institucional do direito autoral no Brasil apresentava características tão particulares.³ Assim, o Capítulo 1 realiza uma reconstrução, por fontes secundárias e em menos detalhes, desse desenvolvimento.

Quanto a esse ponto, faz-se necessário esclarecer que este não é um trabalho predominantemente de *dogmática jurídica*, embora a dogmática seja um dos objetos da reconstrução;⁴ que não se pretendem resolver problemas doutrinários específicos, e que a

³ Por exemplo, uma pesquisa realizada pela Fundación Karisma, Colômbia - ver BOTERO; GUZMAN; CABRERA (2016) aponta que, em relação à América Latina, o sistema de gestão coletiva de direitos autorais brasileiro é absolutamente *sui generis*. Composto por uma organização guarda-chuva – o ECAD, ou Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – e (hoje) nove associações de gestão coletiva que distribuem, cada uma delas, tanto *royalties* relativos a direitos de autor quanto a direitos conexos, trata-se de um sistema de grande complexidade, e difícil mesmo de ser explicado, em comparação a outros pelo mundo.

⁴ Na formulação mais clássica, “o enfoque dogmático releva o ato de opinar e ressalva algumas das opiniões. O zetético, ao contrário, desintegra, dissolve as opiniões, pondo-as em dúvida. Questões zetéticas têm uma função especulativa explícita e são infinitas. Questões dogmáticas têm uma função diretiva explícita e são

reconstrução histórica realizada no Capítulo 1 não é uma reconstrução desistoricizada dos institutos, como se costuma fazer em procedimento já amplamente criticado no campo da pesquisa socio-jurídica (OLIVEIRA, 2004): ela é feita com o objetivo específico de levar à adequada compreensão dos lugares que ocupavam os personagens que atuaram na década de 1990, bem como de abrir espaço para uma compreensão ampliada de determinados conflitos que ali estavam apenas retornando, em circularidade que é recorrente na história do direito autoral brasileiro. Nisso, buscou-se manter o cuidado de não se perder na falta de *referência histórica* para a qual alerta Luciano Oliveira em seu “Não fale do código de Hamurabi!”.

A título de breves delineamentos teóricos e enraizamento no estado da pesquisa em direito no Brasil, esta pesquisa foi desenvolvida em um marco interdisciplinar entre a sociologia jurídica e a história crítica do direito. A sociologia jurídica é uma das tentativas de oferecer alternativas ao problema que Marcos Nobre definiu como o “relativo atraso da pesquisa em direito no Brasil”, em relação a outras ciências humanas, consistente no isolamento da primeira em relação às segundas, e à confusão peculiar entre prática profissional e pesquisa acadêmica no direito (2002, p. 4). NOBRE atribui esse atraso, primeiramente, ao fato de, tendo sido o direito a disciplina universitária mais antiga do país, ele ter arrogado a si a posição de “ciência rainha”. Quando um sistema universitário de características “antibacharelescas” foi implantado no Brasil na década de 30, ligado ao projeto nacional-desenvolvimentista, criou-se um entrincheiramento mútuo entre direito e demais ciências humanas, passando o direito a ser identificado exatamente com o que se queria então combater:

a falta de rigor científico, o ecletismo teórico e uma inadmissível falta de independência em relação à política e à moral — independência que era a marca por excelência da ciência moderna defendida pela universidade nacional-desenvolvimentista (NOBRE, 2002, p. 5).

A partir dos anos 90, historiadores, cientistas sociais, filósofos e economistas passaram a preocupar-se com questões jurídicas, por motivos tão distintos quanto a consolidação do

finitas. Nas primeiras, o problema tematizado é configurado como um *ser* (que é algo?). Nas segundas, a situação nelas captada configure-se como um *dever-ser* (como deve ser algo?). Por isso, o enfoque zetético visa saber o que é uma coisa. Já o enfoque dogmático preocupa-se em possibilitar uma decisão e orientar a ação” (FERRAZ JR., 2003, p. 41). Em *Função Social da Dogmática Jurídica*, o autor argumenta por interpenetração entre as orientações (2015). Veremos adiante que há disputas em torno do próprio conceito do fazer pesquisa dogmática (NOBRE, 2012).

sistema universitário, que não precisava mais se entrincheirar em relação ao direito, e os efeitos juridificantes da Constituição Federal de 1988. De toda forma, o isolamento não foi completamente superado (NOBRE, 2002, p. 6).

A segunda razão do “atraso” está ligada à confusão entre prática profissional e prática jurídica, que levou à adoção generalizada, na pesquisa em direito no Brasil, do modelo do *parecer*: atividade técnico-jurídica em que o jurista defende uma tese, mas que é discursivamente tratada como uma atividade de autonomia acadêmica, *de convicção*, em contraposição à atividade advocatícia de defesa de clientes. NOBRE aponta, entretanto, que a lógica do parecer consiste na seleção de material jurisprudencial e doutrinário como padrão de racionalidade e inteligibilidade para a formulação de uma resposta, que está posta previamente à investigação: apesar de, assim, querer “se distanciar da atividade mais imediata da produção advocatícia, na verdade apenas a reforça” (2002, p. 11).⁵

A sociologia jurídica nasceu em um contexto de crise do ensino do direito, na década de 70, e que é identificada por FARIA (1979) com uma crise do direito em si: o direito apresentar-se-ia, naquele momento, fechado para as grandes transformações econômicas e sociais, e aos ímpetus de modernização do país, por conta do sistema político autoritário que o dominou durante largas décadas, bloqueando os potenciais críticos da atuação do jurista. Adiante, a redemocratização teria liberado as escolas de direito de sua função de produção de conhecimento e argumentos pela manutenção do regime, e, a partir dos anos 1990, quando a sociologia jurídica se tornou disciplina obrigatória nas faculdades, pelo Ministério da Educação (1994), ela cumpriu um lugar de destaque nas demandas por uma visão crítica sobre o direito e sua prática (OLIVEIRA, 2002). Embora os manuais de introdução ao direito frequentemente se refiram à sociologia jurídica como uma disciplina que gira apenas em torno da *eficácia* do direito, de forma descritiva, em contraposição a disciplinas que tratariam da sua *validade*, a constituição do campo deu-se em torno de incômodos críticos, a apontar que a constituição do saber jurídico deixava de atentar para os conflitos que se produzem no direito (FARIA, 1988a; 1988b).

É certo que, na década de 1990, com a aproximação que NOBRE (2012) descreveu entre o direito e as ciências sociais, ocorreu uma pulverização de disciplinas, como direito e

⁵ Não se propõe um entendimento científico do direito a partir de perspectivas de outras disciplinas, o que seria tirar-lhe a especificidade (NOBRE, 2002, p. 12). NOBRE propõe uma ampliação do conceito de dogmática para incluir outras ciências humanas na investigação como elementos constitutivos (NOBRE, 2012, p. 12).

desenvolvimento, história (crítica) do direito, antropologia jurídica, criminologia, que passaram a exercer o que havia se afirmado como especificidade da sociologia jurídica – que poderia ser então definida como a de explicitar criticamente vetores, interesses e conflitos por detrás do direito. Décadas depois, a sociologia jurídica “aplicada” à pesquisa jurídica também se multiplicou em novos fóruns, sem ter sido, entretanto, capaz de produzir mediação suficiente entre seus temas clássicos (notadamente, “acesso à justiça” e “pluralismo jurídico”) e os novos, ou de dar conta da ampliação da “percepção do fenômeno jurídico para o que acontece no tecido da sociedade” (SILVA; RODRIGUEZ, 2013, p. 14). De toda forma, uma leitura unificadora é a de que a sociologia jurídica tem de especificidade, em relação a pesquisas de ciências sociais sobre o direito, o “foco na racionalidade jurídica propriamente dita”, o diálogo com matérias da dogmática, e a atenção para “a linguagem específica da reprodução do direito positivo brasileiro” (SILVA; RODRIGUEZ, p. 15).

Ainda a título de enraizamento, foi particularmente útil analisar o processo de que trata esta pesquisa a partir de conceitos da teoria crítica da sociedade, em especial do entendimento acerca do direito de Jürgen Habermas (1997a, 1997b): uma instância de disputas, no seio da tensão entre *imperativos sistêmicos* (provenientes do mercado e do Estado) e demandas formuladas pela sociedade civil – ou, em outras palavras, uma visão de direito como um mecanismo de integração social que conta com a ambiguidade de simultaneamente canalizar demandas da sociedade civil, e conferir aparência de legitimidade à mera dominação sistêmica. Como um trabalho que se pretende crítico, as dinâmicas que são analisadas não são apenas descritas, mas submetidas à crítica, pautada não na forma de ideais pré-estabelecidos, mas na busca por potenciais emancipatórios (comunicativos) inscritos nas próprias relações, e também por bloqueios a esses potenciais. Embora isso pareça extremamente abstrato, o que se pretende neste momento é evidenciar o que se teve em mente quando, em diferentes pontos da reconstrução histórica, identificam-se discursos e modelos de direito autoral que se apresentam como “neutros” ou “técnicos”, embora claramente se identifiquem com uma perspectiva sistêmica de mercado; quando se indica que determinadas demandas que hoje são interpretadas como localizadas no oposto do espectro progressista parecem dever ser lidas não somente como inscritas nas demandas de seu tempo, mas também como veiculadoras de determinadas demandas por justiça distributiva (ainda que contenham em si a contradição de bloquear outras demandas); quando o espaço de elaboração de interpretações sobre o direito autoral é limitado

por fatores geopolíticos; ou quando a tecnicidade e o autofechamento do discurso jurídico sobre esse campo, ou ainda questões relativas às deficiências da cultura democrática brasileira, fazem com que ele se aparte completamente de discussões mais amplas sobre projetos de sociedade.⁶ Por fim, do ponto de vista temático, entendo que o trabalho é uma contribuição diante da escassez de estudos em sociologia jurídica sobre “a mais tradicional e conservadora das disciplinas nas faculdades de direito: o direito civil” (LOPES; FREITAS FILHO, 2014, pp. 99-100), e o direito autoral brasileiro tem passado particularmente ileso às tendências contemporâneas do direito civil de historicização (v. LEWICKI, 2007).

Explicitado esse pano de fundo, o foco do trabalho é a racionalidade jurídica em si, ou seja, as discussões e argumentações em torno da dogmática do direito autoral em um determinado período histórico.⁷ A partir dessa abordagem, empreende-se uma reconstrução histórica, no esforço de produzir novos insumos para que, a partir deles, se possam depurar criticamente as práticas sociais passadas e presentes em torno do campo do direito autoral, tendo como horizonte principal a desmitificação dos institutos e das instituições (WOLKMER, 2003). Entende-se que, para que tenha um papel crítico, uma pesquisa histórica tem de manter uma atitude de “suspeita permanente para com suas próprias aquisições”: somente por meio de suspeitas do poder, suspeitas do romantismo, suspeitas das continuidades, e suspeitas da ideia de progresso e evolução é possível reconstruir uma história que não sirva somente para legitimar o *status quo*, e *justificar* os caminhos da dogmática do presente (HESPANHA, 2004, p. 41): “uma história crítica mostra que as coisas foram diferentes do que são e podem ser no futuro também muito diferentes” (LOPES, 2001, pp. 3-5). Nessa preocupação com a desmitificação, assumiu-se radicalmente o compromisso de buscar a compreensão do caráter social e político das ideias e das instituições jurídicas (WOLKMER, 2003).

Trabalhar da perspectiva histórica um campo da dogmática jurídica envolveu um outro grande desafio, que foi o de tentar dialogar tanto com os atores do campo do direito autoral em específico (e não somente os do meio jurídico), quanto contribuir com material empírico para

⁶ V. também SILVA, 2013.

⁷ “(...) Assistimos ao surgimento de uma produção crescente de estudos em Sociologia do Direito que se preocupa com a racionalidade interna do direito e sua interface com as demais esferas sociais. Tais trabalhos, diga-se, têm o potencial tanto de contribuir para a reflexão das Ciências Sociais sobre o direito quanto de renovar o estudo da dogmática jurídica, contestando o registro formalista exclusivamente preocupado com a construção de respostas normativas unívocas e autorreferenciais, sem abandonar a lógica própria e socialmente permeável do discurso jurídico” (SILVA; RODRIGUEZ, 2013, p. 15).

discussões sobre a transformação do direito brasileiro na redemocratização e na virada do século, sobre processo legislativo, sobre direito e transformação tecnológica, e sobre a forma de construção de institutos jurídicos a partir de interesses localizáveis. O texto é construído tendo como eixo organizativo a transformação de propostas jurídicas em um texto de lei final, ou seja, estruturalmente, os textos de lei estão no centro; as discussões e preocupações, entretanto, extrapolam o texto legal. O desafio aqui mencionado disse respeito, concretamente, a difíceis escolhas sobre o nível de detalhe a ser adotado nos diferentes temas tratados, tendo em vista esses diferentes olhares que podem se colocar sobre eles, e à forma de abordagem de discussões dogmáticas que podem parecer esotéricas ao leitor não introduzido no campo.

Tentou-se remediar essa dificuldade por meio da explicitação das práticas concretas em torno dos institutos, entendendo-se que o direito autoral é uma forma de regulação de relações sociais em diferentes níveis e que, diferentemente do que sua dogmática dominante preconiza, é fruto de escolhas sobre quais atores sociais o direito deve proteger, sobre o equilíbrio entre interesses distintos, e sobre se e como promover valores como o desenvolvimento cultural, um ambiente intelectual vibrante para o desenvolvimento da cidadania, e ainda o desenvolvimento econômico não dependente, em tempos de extrema valorização de ativos intelectuais. Além disso, buscou-se explicitar quais foram as pautas que foram excluídas da esfera de escolha e deliberação, dado que, ficará claro, o espaço de verdadeira discussão democrática sobre os institutos do direito autoral foi progressivamente limitado, a partir da década de 1980, por pressões geopolíticas, a assunção de compromissos internacionais submetidos a possibilidades de *enforcement* aumentadas, e pela globalização das formas de fruição cultural.

Metodologia

Isso leva ao método perseguido: a busca por indícios, primordialmente nos arquivos disponíveis, descritos em detalhes adiante para responder às questões de pesquisa. Considerou-se frutífero perseguir um “método indiciário” na forma como lidar com o material, ou seja, buscar nos detalhes informações relevantes sobre o que se quis reconstruir, em vez de se deixar levar pelo que parecem ser os claros e grandes movimentos históricos (v. GINZBURG, 2007, p. 145). Partiu-se da ideia, assim, de que a realidade não é transparente, e que não há que se

buscar *cientificidade* na busca por explicações históricas:⁸ é no elemento individual e na concretude que se buscarão as respostas às perguntas colocadas, buscando-se evitar que interpretações pré-estabelecidas sobre o período estudado ou sobre a matéria guiem a busca por respostas, e, assim, o problema da circularidade.⁹

Nesse sentido, e em especial tendo em mente que a matéria trabalhada é a racionalidade jurídica (a partir, claro, da adoção das noções de direito explicitadas), a escolha foi por não se empreenderem métodos quantitativos, ou, ainda, que levassem a uma busca por respostas cientificamente verificáveis sobre o processo legislativo em questão.¹⁰ Embora os resultados da pesquisa possam eventualmente servir como contribuições para trabalhos nesse sentido, o esforço foi por reconstruir uma história a partir de perguntas delimitadas, mas pressupostos abertos, tendo a especificidade do jurídico no centro. Isso implicou decisões relativamente arbitrárias sobre o que abordar e o que deixar de fora, tendo em vista a vastidão do tema e dos materiais disponíveis.

O procedimento empreendido foi eminentemente a pesquisa documental.¹¹ Com exceção dos Capítulos 1 e 3, que se basearam em pesquisa bibliográfica complementada com os arquivos e entrevistas, os capítulos que discutem propriamente os debates em torno do processo legislativo (Capítulos 2 e 4) basearam-se na análise de documentos oficiais, isto é, oficialmente reconhecidos, considerados públicos e como tal disponibilizados pelo poder

8 Inspiro-me, aqui, na descrição feita por Ginzburg sobre o trabalho do historiador: “Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (2007, pp. 156-7). Agradeço a Samuel Barbosa pela indicação.

9 “Mas o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode ser converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 2007, p. 178).

¹⁰ Em um dado momento, considerei perseguir o método de *process tracing*. A partir de conversas com outros pesquisadores, e experimentação com o material (que descrevo a seguir), o paradigma indiciário pareceu mais adequado a uma discussão crítica sobre o fenômeno jurídico.

¹¹ “A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 5).

público, e ainda um arquivo do Poder Executivo que descreverei a seguir. Textos jurídicos doutrinários, ou seja, que discorrem sobre institutos jurídicos e oferecem uma interpretação da legislação, são aqui tratados também como fontes documentais, e não bibliográficas (com poucas exceções, a título de esclarecimento sobre determinados institutos que podem ser herméticos para aqueles não familiarizados com o direito autoral). Isso porque um texto de um autor como José Carlos da Costa Netto, por exemplo, que é um doutrinador de direito autoral, deve ser interpretado, para os fins da minha pesquisa, como parte de um contexto: José Carlos da Costa Netto foi presidente do CNDA (Conselho Nacional de Direito Autoral) e, naquele órgão, teve posições bastante marcadas (pró-regulação estatal das associações de autores). Suas interpretações sobre a legislação, assim, são analisadas tendo em vista diferentes fatores, que se busca sempre explicitar.

O Anexo I a este trabalho lista os 265 documentos utilizados, a partir de uma tipologia desenvolvida para sua análise e referenciamento ao longo do texto.¹² Trata-se de quatro arquivos:

- 1) **Arquivo “Dossiê MJ”** (21 documentos): trata-se de um conjunto de documentos oficiais levantados no âmbito da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, enviados ao público por e-mail mediante solicitação. O dossiê sobre a Lei n. 9.610/98 foi preparado por Humberto Caetano de Sousa, ainda em 2009, a um então funcionário da SAL, Guilherme Almeida de Almeida, que o encaminhou a Pedro Mizukami, no mesmo ano, e que o encaminhou à pesquisadora, em 2014. Os documentos desse dossiê são pareceres, projetos de lei e documentos relativos à tramitação dos projetos que se tornaram a Lei n. 9.610/98.
- 2) **Arquivo CEDI-CD** (33 documentos): trata-se da documentação sobre a Lei n. 9.610/98 agregada pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, que solicitei em 2 de maio de 2015 via Lei de Acesso à Informação, e que me foi enviada, por um link. São também documentos oficiais, relativos à tramitação, que se sobrepõem parcialmente ao arquivo “Dossiê MJ”, embora este seja mais completo.
- 3) **Arquivo “MinC”** (157 documentos): documentos arquivados em uma sala na Diretoria de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura. Em conversas informais com servidores públicos dessa diretoria, entre 2015 e o início de 2016,

¹² Beneficiei-me muito de uma conversa com Samuel Barbosa, professor de História do Direito da USP, que me deu orientações iniciais sobre pesquisa arquivística e sugestões de como lidar com o material.

foi-me relatado que Otávio Afonso, que ocupou o cargo de Coordenador de Direitos Autorais na década de 90 (e faleceu em 2008), juntara uma grande quantidade de documentos sobre o processo de discussão da Lei n. 9.610/98, que não estavam catalogados. Nos dias 4 e 5 de maio de 2016, na Diretoria de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura, em Brasília, fiz um levantamento dos documentos contidos naquelas caixas, avaliando quais se referiam ao processo em questão, com o auxílio de servidores, em especial de José Vaz de Souza Filho, que ocupava o cargo de Coordenador Geral de Difusão, de Negociação de Direitos Autorais, e de Acesso à Cultura, naquela Diretoria. Após a separação dos documentos, eles foram digitalizados por servidores do Ministério da Cultura.

Ainda sobre esse arquivo, conforme relatado por José Vaz na ocasião de seu levantamento, os documentos vinham sendo guardados sem qualquer política arquivística, e sofreram inclusive de desorganização por causa de mudanças sucessivas de sede da Diretoria; é possível, afirmou o servidor, que uma parte deles tenha se perdido (tendo sido relatado também que, no único período até 2016 em que o departamento não foi ocupado por uma linha sucessória que vinha desde Otávio Afonso, o Ministério de Ana de Holanda, documentos teriam sido também descartados).

Dos arquivos, esse se revelou o mais interessante, em termos de se decifram respostas a partir do paradigma indiciário. Justamente por não se tratarem de documentos oficiais, ali encontramos cartas de associações de autores, de associações representantes de setores empresariais, de indivíduos, atas de reuniões ocorridas no âmbito do Executivo, estudos realizados pelo Ministério da Cultura para apoiar o posicionamento do Executivo quanto à lei, etc. Os documentos foram lidos e analisados cuidadosamente, e, sendo alguns deles não datados ou não contendo informação expressa de autoria, muitas vezes foi necessário juntar peças do quebra-cabeça, de forma a se concluir sobre data aproximada de elaboração e proveniência. Essas conclusões constam do texto, mas não da tipologia.

- 4) **Arquivo “Pesquisa”** (54 documentos): este é um arquivo constituído a partir do próprio percurso de pesquisa, contendo documentos obtidos por meio de pedidos via Lei de Acesso à Informação à Câmara dos Deputados, ao Ministério da Cultura, e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, bem como dossiês de projetos de lei já disponibilizados pela página da Câmara dos Deputados, e outros documentos de outras fontes, especificadas na tipologia.

Os arquivos foram utilizados primordialmente para a reconstrução, empreendida nos Capítulos 2 e 4, das discussões em torno do Projeto Genoíno e do Projeto Luiz Viana, respectivamente. Como ficará claro, embora a origem em termos procedimentais da Lei n. 9.610/98 tenha sido o PLS 249/89, proveniente do Senado Federal (e que aqui chamamos Projeto Luiz Viana), e que se tornou, na Câmara dos Deputados, o PL 5.430/90, o processo em tudo esteve ligado à propositura de um projeto anterior, pelo então deputado José Genoíno

(PT-SP), na Câmara dos Deputados – o PL 2.148/89. Os dois projetos representavam modelos radicalmente distintos de direito autoral, e estiveram em disputa até o último momento de aprovação da lei. Alguns documentos foram utilizados, entretanto, de forma complementar nos capítulos 1 e 3.

Além da análise documental, realizei 20 entrevistas, tendo sido 3 exploratórias, e 17 semiestruturadas e em profundidade, primordialmente com atores que participaram ativamente do processo legislativo em questão, e minoritariamente com atores que, tendo ingressado nas discussões sobre direito autoral posteriormente ou tendo pouco participado do processo, são representantes de posições importantes sobre a legislação e sua aplicação contemporaneamente. Persegui o procedimento bola de neve, de acordo com o qual os agentes entrevistados indicavam outros nomes, que começavam a se repetir, e obtive entrevistas de diferentes setores da indústria do entretenimento, de advogados, de gestores de associações de autores e artistas, de servidores do Ministério da Cultura (hoje ex-servidores), de um acadêmico e de ex-atores legislativos.

Quanto aos parlamentares envolvidos no processo de aprovação da lei, selecionei para entrevistar, a partir da análise dos documentos, o ex-deputado José Genoíno, a deputada Jandira Feghali, e o senador / Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira. Nesse aspecto, a pesquisa foi bastante prejudicada pela conjuntura política. José Genoíno foi o único entrevistado, desses três; Aloysio Nunes Ferreira tornou-se chanceler durante a realização do campo, de forma que, embora contatos tenham sido tentados, foi impossível obter tempo em sua agenda. Quanto à deputada Jandira Feghali, realizei inúmeras tentativas ao longo de meses via seus assessores, que foram infrutíferas, devido ao estado de ebulição em que se encontrou o Congresso durante o período quase completo da pesquisa. Com dois atores, Vanisa Santiago e Samuel Barrichello, realizei duas entrevistas, uma ainda no período pré-exame de qualificação, e outra quando da finalização da pesquisa. Tendo sido ambos extremamente ativos no processo descrito, e contando com uma memória excepcional, decidi por uma entrevista inicial exploratória, e outra, semiestruturada, para sanar dúvidas finais, com cada um deles. A lista completa de entrevistados, com suas qualificações, encontra-se no item 6.4. Alguns atores solicitaram não ter suas falas reproduzidas no texto.

Ainda sobre as entrevistas, vale apontar que decidi priorizar agentes que fossem indicados como extremamente ativos em algum dos aspectos a serem elaborados, e isso

resultou em uma sobre-representação do meio jurídico, o que é já um resultado sobre o funcionamento do campo do direito autoral. Além disso, as entrevistas serviram como orientação para busca de informações, foram utilizadas para expressar opiniões que explicitam visões sobre os modelos em disputa, e, como fonte, somente quando diversos relatos apontaram para um mesmo fato, ou quando algum documento obtido confirmasse a informação fornecida. De todo modo, foram essenciais para a interpretação dos documentos e a formulação da narrativa aqui apresentada. Por fim, vale dizer, seguindo Renata Reis (2015, p. 22), que estudar a atuação de grupos de interesse em um processo legislativo envolve a humildade de saber que nem todas as atuações desses grupos serão identificadas: em especial na falta de marco normativo para as atividades de *lobby* no país, e em se tratando de uma discussão que teve início mais de 20 anos atrás, com muitos dos agentes participantes tendo já falecido, informações inevitavelmente serão perdidas.¹³

Se os Capítulos 1, 2 e 4 tratam amplamente dos debates nacionais, o Capítulo 3 difere por analisar dois processos que ocorreram durante o período: a negociação do acordo TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* [Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio]), assinado em 1994, e dos Tratados de Internet da OMPI, de 1996. Esse capítulo foi elaborado primordialmente durante uma estadia de 8 meses como pesquisadora visitante na Universidade da Califórnia, Berkeley, sob supervisão da professora Pamela Samuelson, e foi muito beneficiado por uma *fellowship* para participação em um curso de verão sobre direito autoral internacional, na Universidade de Amsterdã. Embora o TRIPS tenha sido assinado pelo Brasil e os Tratados da OMPI não, ambos foram essenciais para a determinação dos conteúdos da nova lei; para além disso, naqueles momentos começaram a se delinear, fora do Brasil, rejeições à tendência iniciada nos anos 90 de ampliação da proteção dos direitos de propriedade intelectual, em discursos que passariam a ser representativos no Brasil alguns anos depois. Os dois processos indicam as limitações que o país enfrentava para legislar de forma soberana em temas de direitos autorais, e são retomados em inúmeros momentos durante o Capítulo 4, sempre que se tornou claro que determinadas decisões

¹³ REIS (2015, pp. 76-79) discorre também sobre importantes distinções entre grupos de interesse, grupos de pressão, e lobby: convencionou-se, a partir da literatura sobre o tema, chamar grupos de interesse aqueles que levam adiante reivindicações relativas a determinados temas, podendo ser políticos ou não; os grupos de pressão são os grupos de interesse que procuram obter medidas do Estado e influenciar a opinião pública; *lobby* é a atividade de defesa de interesses junto ao poder público.

estavam mais ou menos ligadas ao cumprimento de obrigações internacionais ou à harmonização. O capítulo trata, também, de pressões unilaterais sofridas pelo Brasil da parte dos Estados Unidos para a proteção de propriedade intelectual, evidenciando que as dinâmicas que resultaram na lei não diziam respeito apenas a movimentos endógenos.

O período entre 1989 e 1998 foi, sobretudo, um período de efervescência, e de nascimento de muitas das instituições e interpretações de país vigentes até hoje. A ideia, com a breve interpretação do período que se reproduz a seguir, não é constituir um arco sob o qual contar as disputas pelo direito autoral. Seria um erro, por exemplo, reputar o nascimento da Lei de Direitos Autorais como pura e simplesmente uma das estratégias de modernização que se verificavam no período, ou na conjuntura convencionada chamar *neoliberal*. Como veremos, o campo do direito autoral apresenta também uma dinâmica histórica própria; a conjuntura em que o Brasil se inseria naquele momento teve um papel, como, por exemplo, no que disse respeito à incorporação do TRIPS, e nas pressões do Executivo pela rápida aprovação da lei, para cumprimento dos prazos de incorporação previstos naquele acordo. Ficará claro, entretanto, que a edição de uma nova lei de direitos autorais estava mais relacionada com demandas do campo que vinham sendo vocalizadas desde a década de 1970, e que encontraram eco no processo de redemocratização: as adequações ao TRIPS, em si, poderiam ter sido feitas por uma reforma simples. Ou seja, introduzir pontos de atenção em relação ao período não tem a função de estabelecer um arco interpretativo “desde fora”, mas de situar a discussão em um contexto vivo, com o qual o processo se relaciona.

A lei tramitou em um período em que o Brasil teve quatro Presidentes da República: José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Fernando Collor de Mello elegeu-se com uma plataforma relacionada ao “novo” e ao dinamismo: em um mundo que se realinhava após a queda do Muro de Berlim, para sua plataforma vencedora, restaria ao Brasil a opção única de “alinhar-se ao campo hegemônico e acatar as diretrizes econômicas por ele delineadas” (ARDISSONE, 2014, p. 152). Em seu breve governo, promoveu um realinhamento da política externa no sentido de *cooperação* com países desenvolvidos, em especial com os Estados Unidos. O campo da propriedade intelectual

era especialmente sensível: como se discutirá nesta tese, durante o governo Sarney, os Estados Unidos ameaçaram e efetivamente sancionaram comercialmente o Brasil pela não adoção de patamares elevados de proteção e *enforcement* desses direitos.

Apesar do voo curto de Fernando Collor na Presidência, o período deixou marcas nas opções de políticas domésticas, com a afirmação do legado neoliberal, predominante durante toda a década. O plano tinha o apoio de setores do empresariado, que apostavam na “modernização brasileira” (MACIEL, 2011), mas sofreu também resistências, ao se chocar com “os valores historicamente hegemônicos entre setores da elite brasileira, especialmente no âmbito militar, de conceber o desenvolvimento como um projeto nacional de corte industrializante” (LIMA, 1994, p. 70). O projeto estava ligado a transformações em âmbito global, e a um conjunto de receitas e prescrições ideológicas que tinham o condão de estreitar o horizonte de discussões – receitas contra as quais, no bordão de Margaret Thatcher, “não há alternativa” (NOBRE, 2013b, p. 14). No Congresso, ainda durante o governo Collor, ocorreram acalorados debates em torno da Lei de Propriedade Industrial (v. REIS, 2015), nos quais se chocavam essas posições: a de que convergências com um modelo ampliador da propriedade intelectual constituía um caminho de credibilidade para o Brasil, contra a de que o caminho correto era um distanciamento daquelas políticas, de forma a assegurar defesa dos interesses nacionais (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 9).

A estabilização promovida pelo Plano Real fez com que prevalecesse a posição pela convergência (ARDISSONE, 2014, p. 156). E, se o desenvolvimentismo que caracterizou a política econômica nas décadas anteriores não deixou de fazer parte do ideário brasileiro, manifestando-se episodicamente em discursos e decisões políticas, em relação à política externa ele deixou de ser “um pilar fundamental de sua inserção internacional” (ARDISSONE, 2014, p. 158): ainda que o Itamaraty expressasse posições desenvolvimentistas quanto à propriedade intelectual (como será apontado no Capítulo 3), afirmou-se, no governo Collor de Mello, e consolidou-se, no governo FHC, um padrão decisório de submissão da política industrial e outras políticas públicas à política econômica de estabilização e controle de inflação por meio da liberalização, o que teria levado ao enfraquecimento do próprio Itamaraty (2014, p. 159).¹⁴ O projeto liberalizante predominou: mesmo a partir das crises do Real em

¹⁴ “Pode-se afirmar sinteticamente que, no plano diplomático, Fernando Henrique Cardoso procurou esvaziar o Itamaraty de suas funções, uma vez que este representava um foco de resistência do pensamento

1995, política econômica era amplamente defendida como questão técnica, e a política aparecia como obstáculo e irracionalidade (NOBRE, 2013b).

Se o plano econômico da década de 1990 caracteriza-se por um processo de abertura econômica iniciado com o “choque de capitalismo”¹⁵ pretendido por Collor e conduzido pela adoção do Plano Real, no plano legal, simultaneamente, ocorriam experimentações: começavam-se a editar leis principiológicas, destinadas à proteção de grupos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o Código de Defesa do Consumidor. No plano político, os anos 1990 consolidaram a cultura que Marcos Nobre (2013b) chama *pemedebismo* – baseada na atuação do PMDB durante a constituinte na formação do *Centrão*, e referente a uma lógica de blindagem que se fortificou com o *impeachment* de Fernando Collor em 1992, a partir de uma interpretação estabilizada a respeito da incapacidade do ex-Presidente de governar por lhe faltar “governabilidade”:

Surgiu nesse momento a exigência, a partir de então inquestionável, de que esmagadoras maiorias suprapartidárias, segundo o modelo do Centrão da Constituinte, seriam indispensáveis não apenas para bloquear movimentos como o do impeachment, mas para que fosse possível governar (NOBRE, 2013b, p. 12).

Trata-se de uma descrição sobre como “o sistema se preservou sem mudar”, com uma nova unidade forçada, operando para travar grandes transformações (NOBRE, 2013b, p. 12); durante a era FHC, as reformas constitucionais para aprovação do Plano Real necessitavam de supermaiorias legislativas (3/5 dos representantes de cada casa do Congresso Nacional), o que

nacional-desenvolvimentista” (ARDISSONE, 2014, p. 161). FHC teria transferido atribuições econômicas do MRE para o Ministério da Economia, e assumido sua dimensão política por meio de atuação pessoal nos foros internacionais (diplomacia presidencial).

¹⁵ A expressão foi cunhada por Mário Covas em um discurso no Senado em 1989: “Hoje, com a aceleração das transformações tecnológicas, geopolíticas e culturais que o mundo está atravessando, a opção é manter-se na vanguarda ou na retaguarda das transformações. É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o Estado no Brasil. Tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida.

Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa também de um choque de capitalismo, um choque de livre-iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios. [...]. O Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, mas atrofiou-se nas funções típicas de governo. Vamos privatizar com seriedade e não apenas na retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estratégicas e rentáveis. Vamos profissionalizar a direção das estatais, estabelecer um código de conduta. Metade da nossa indústria está atrasada tecnologicamente. Importamos pouquíssima tecnologia — talvez nem um vigésimo do que gastamos com turismo externo registrado e não registrado. Temos que inverter essa situação. Não podemos permitir que o futuro seja a grande vítima do presente” (*apud* NOBRE, 2013),

levava à necessidade de formação de grandes alianças ligadas ao governo. Essas alianças passaram a funcionar de forma hierarquizada em torno de vetos e contorno de vetos, impedindo a entrada de novos membros e bloqueando oponentes já nos bastidores, de forma a evitar o enfrentamento público e aberto (NOBRE, 2013b, p. 14). Nessa cultura política, garante-se a supermaioria, antes mesmo das disputas por espaço dentro do bloco governista.

No fim da década de 1980, o Brasil que redemocratizava era uma sociedade no limiar da maturidade industrial, apresentando, porém, profundos desequilíbrios em estrutura social, política e econômica: no plano sociológico, um fracionamento da estrutura de classes que leva à exacerbação de conflitos; no plano político, disparidades de comportamento que se espriam do clientelismo ao comportamento ideologicamente estruturado, conduzindo a um perfil múltiplo e fracionado das demandas. A pluralidade social, que não se dá somente em termos econômicos, mas também regionais e culturais, está na base do fracionamento partidário (ABRANCHES, 1988). A lógica da formação de grandes coalizões como sustentação de um poder executivo é apontada por Sérgio Abranches como especificidade brasileira, dentre as democracias “maduras” (1988, p. 14); a expressão que o autor para caracterizar esse sistema, “presidencialismo de coalizão”, é rechaçada por NOBRE (2013b), que afirma que ela propõe uma cultura muito mais democrática que a que efetivamente se verifica: as supermaiorias funcionariam, de acordo com este autor, muito mais como *condomínios*, com partidos disputando seu direito de veto sobre questões específicas que ameaçam suas quotas.

Com a blindagem do sistema político, na década de 1990, as energias de transformação represadas concentravam-se em torno do Partido dos Trabalhadores, embora evidentemente o superassem amplamente (NOBRE, 2013b). Na tramitação da Lei 9.610/98, o PT teve o papel de canalizar o Projeto Genoíno, entendido por seus idealizadores como progressista; o Projeto Luiz Viana, que liderava a tramitação, e tinha suas origens em setores da indústria ligada ao direito autoral, embora tenha sido aprovado no Senado em 1990, “dormiu” até 1997 na Câmara dos Deputados, com uma breve remobilização em 1995: vários atores que participaram do processo entendem que o *impeachment* de Fernando Collor e as reformas de FHC haviam ocupado completamente a agenda política no período.

Na Câmara dos Deputados, o debate sobre a Lei 9.610/98 passou por três legislaturas: a 48^a, de 1987 a 1991; a 49^a, de 1991 a 1995; e a 50^a, de 1995 a 1999. Na 49^a o PMDB tinha 21,6% das cadeiras, porcentagem que diminuiu para 20,4% na 50^a; o PFL, por sua vez, passou

de 16,9 para 17,3%. Dois partidos do Bloco de Oposição que tiveram parlamentares extremamente ativos no processo, o PT e o PCdoB, tiveram representações distintas: o PT manteve a porcentagem dos 7% nas duas legislaturas, e o PCdoB teve sua participação diminuída de 8 para 2%; o PSDB crescia de 7.6 para 12,3%. Vale apontar ainda que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados havia consolidado uma prática que vinha da Constituinte, segundo a qual Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares e do Governo reúnem-se no Colégio de Líderes, e, para além dele, detêm poder de se manifestar enquanto bancada em requerimentos, destaques, apresentação de emendas, etc. (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995).

Foi nesse contexto que se desenrolou o debate; as suas origens e as posições desenvolvidas, como discutiremos agora, estão inscritas em processos muito anteriores.

5. Considerações finais

O livro *Direito Autoral no Brasil*, de José Carlos Costa Netto, teve duas edições. A primeira, de 1998, ano de promulgação da lei; a segunda, “revista, ampliada e atualizada”, de 2008. A primeira não tem um capítulo sobre limitações e exceções; a segunda trata do tema em seu capítulo 9. Questionado sobre o porquê da mudança, o autor respondeu:

Na verdade, as limitações – quando eu fiz o primeiro [livro], eu não tinha tanta preocupação porque não era um tema tão recorrente, como passou a ser nos anos 2000. Com a Internet, em vez de se falar na proteção, se falava na limitação. Então achei interessante fazer um capítulo.

5.1. Um breve panorama das duas décadas de vigência da Lei 9.610/98

A Lei 9.610/98, com uma estrutura semelhante à Lei n. 5.988/73, trouxe algumas mudanças mais centrais do que pode parecer à primeira vista: a definição do autor como pessoa física, a incorporação do TRIPS mediante a previsão de proteção a bases de dados, do direito de locação e da proteção ao *software* (que já fazia parte do ordenamento, como legislação específica), a incorporação dos Tratados da OMPI com o *making available right* na forma de comunicação ao público, para intérpretes, e da distribuição digital, para autores, e com a proibição de violação de dispositivos tecnológicos de controle, a ampliação da reprodução para prever também o armazenamento, a ampliação do conceito de transmissão para incluir novas formas de difusão, a eliminação da referência à autoridade policial para interdição de utilizações públicas, a extinção de órgãos de controle sobre as associações de gestão coletiva (algo que seria modificado pela Lei n. 12.857/13), a introdução do instituto da licença ao lado da cessão de direitos, a eliminação da regulamentação da obra sob encomenda e em relação de trabalho, junto com a presunção legal segundo a qual produtores audiovisuais são detentores originários dos direitos patrimoniais sobre a obra audiovisual, algumas novidades no capítulo de limitações e exceções, aumento do prazo de proteção dos direitos patrimoniais de 60 para 70 anos (e exclusão da vitaliciedade da proteção para filhos, pais e cônjuges), e o aumento da penalidade de 2.000 para 3.000 exemplares no caso de contrafação. Em artigo de opinião na Folha de S. Paulo no dia 16 de fevereiro de 1998, Aloysio Nunes

Ferreira defendia a lei aprovada, colocando especial ênfase no que compreendia como seu caráter de assegurar novas formas de proteção ao autor “em face das vertiginosas transformações nas técnicas de comunicação”, e enfatizou:

A lei contém igualmente um antídoto contra a obsolescência: assegura ao autor o direito de controlar, além das existentes, modalidades de utilização que vierem a ser inventadas. Atingimos um patamar de proteção ao direito do autor sem precedentes na história do direito brasileiro e sem rival no mundo.⁶⁵⁹

De outro lado, um conhecido artigo de Eliane Abrão (1999), do período, tenha classificado a promulgação da lei como “muito barulho por nada”. Contra um e outro, parece ser possível concluir que a lei não produziu uma revolução no direito autoral brasileiro, mas promoveu mudanças parecem-nos relativamente substanciais, principalmente na medida em que elementos importantes do Projeto Genoíno foram considerados na nova legislação.

O campo do direito autoral mudou radicalmente no Brasil a partir de 1998, mas dificilmente se pode atribuir isso à nova lei. Os acontecimentos tratados nesta pesquisa apontam para dois diagnósticos: o primeiro, o de que o campo internacional do direito autoral se encontrava em forte ebulição, com os países industrializados, e em especial os Estados Unidos, pavimentando a estrada em preparação para o que seriam décadas de grandes conflitos em torno do tema; o segundo, o de que naquele momento a esfera pública brasileira não discutia o direito autoral, e havia pouca mobilização para além das cartas marcadas, pessoas e organizações que já atuavam no campo nas décadas anteriores, conforme reconstruído brevemente no Capítulo 1.

O fato de que, na década de 2000, “o direito autoral passou a ser discutido na mesa de café da manhã”, nas palavras de Cláudio Lins de Vasconcelos,⁶⁶⁰ esteve ligado a outros dois fatores: um, mais invisível, a consolidação do tratamento da propriedade intelectual como questão de comércio internacional, desde a adoção do TRIPS e a negociação posterior de outros tratados de comércio bilaterais ou regionais, que invariavelmente envolveriam propriedade intelectual – a ALCA seria um deles. O segundo, a radical transformação que a expansão da Internet e o desenvolvimento das tecnologias digitais trouxe paulatinamente para as formas de produção, distribuição e consumo de bens intelectuais.

⁶⁵⁹ FERREIRA FILHO, Aloysio Nunes Ferreira. “Uma lei em defesa do autor”. *Folha de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1998.

⁶⁶⁰ Informação verbal, 2017.

Em 1998, quando a Lei 9.610 era promulgada, a Internet, no Brasil e em grande parte do mundo, estava ainda na sua infância. Apesar de encontrar seus primórdios no final da década de 1960, em pesquisas realizadas pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos,⁶⁶¹ foi após desenvolvimentos técnicos e de protocolos de comunicação que, a partir de 1994, a infraestrutura da Internet passou a ser disponibilizada para provedores comerciais e tornou-se, assim, acessível aos consumidores em geral. No Brasil, essa operação teve início em 1995,⁶⁶² quando também foi fundado o CGI – Comitê Gestor da Internet. Foi somente em 2000 que surgiram as primeiras provedoras de acesso gratuito à Internet, como o iG, e as primeiras provedoras de banda larga – o acesso até então era somente discado.

Nesse meio tempo, desenvolveram-se os protocolos *peer-to-peer*, que permitiam o compartilhamento de arquivos entre dois pontos da rede sem necessidade de um servidor central; o Napster passou a operar em 1999, com grande repercussão pública, e gerando ações de combate em especial pela indústria fonográfica. Em 2000, o Napster foi processado em diferentes ações pela banda Metallica, pelo rapper Dr. Dre e pela RIAA (*Recording Industry Association of Americas*), organização de gravadoras; inúmeros usuários de serviços *peer-to-peer* passaram a ser individualmente processados, também, nos Estados Unidos, em embates que levariam a renovadas argumentações jurídicas e acalorados debates públicos. Além disso, traziam-se ao centro da disputa novos atores, antes inexistentes: os provedores de conteúdos de Internet, ou seja, plataformas, que permitiam que pessoas comuns disponibilizassem bens intelectuais protegidos na rede. O *Digital Millenium Copyright Act*, aprovado nos Estados Unidos em 1998, estabelecia um *safe harbour* [porto seguro] baseado em um sistema de *notice and takedown* [notificação e retirada], mediante o qual esses atores só se tornavam responsáveis por conteúdos infringentes a direitos autorais de terceiros (usuários de Internet) mediante um sistema formal de notificação. Era o início das discussões sobre responsabilidade de intermediários, que também ganhariam corpo no Brasil, e centralidade na discussão posterior em torno do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.985/14), que esteve em consulta pública por uma plataforma online entre 2009 e 2010.

⁶⁶¹ Para essa história, ver ABBATE, 1999, e CASTELLS, 2003.

⁶⁶² Em abril 1995, com Fernando Henrique Cardoso recém-empossado, o Ministro das Comunicações Sérgio Motta anunciou, junto com a promulgação da Norma n. 004/1995 do Ministério das Comunicações, que a Internet era um “serviço de valor adicionado”, sobre o qual não haveria qualquer monopólio ou reserva de mercado, em consonância com a política de privatizações (CARVALHO, 2006, p. 139). Até então, a Embratel vinha tentando firmar-se como provedora da Internet comercial no Brasil.

Enquanto isso, em 1998, foi aprovado nos Estados Unidos o *Sonny Bono Copyright Act*, que ampliava o prazo de proteção aos direitos autorais naquele país em 20 anos. Uma articulação de acadêmicos e de organizações da sociedade civil apoiou Eric Eldred, um sujeito que mantinha uma página na Internet com livros em domínio público, a ingressar com uma ação questionando a constitucionalidade da ampliação do prazo constitucional (Eldred fechara sua página, desanimado com as perspectivas de não poder subir mais nenhum conteúdo em 20 anos). A ação subiu até a Suprema Corte, e Eldred perdeu; no processo, no entanto, formou-se uma coalizão de indivíduos e organizações, parte dos quais já havia se articulado na *Digital Future Coalition* em razão do *White Paper* da NII que foi discutido no item 3.3 atrás, e que daria origem a anos de ações de *advocacy* em torno do que se convencionou chamar de A2K ou *Acesso ao Conhecimento* – um conjunto de ações pautadas de forma mais ou menos solta nos princípios de compartilhamento de conteúdo e cultura, de limitação do escopo do direito autoral, de atenção a pautas relacionadas à educação, acesso à informação e à pesquisa (v. BOLLIER, 2008). Em 2004, foi lançado nos Estados Unidos, após anos de gestação, o projeto Creative Commons, para prover licenças públicas para bens intelectuais de forma a garantir o seu acesso principalmente pela Internet. O Creative Commons tornou-se um articulador de indivíduos e organizações do campo do acesso ao conhecimento, e internacionalizou-se: em 2018, a organização informa contar com mais de 500 voluntários, e capítulos em mais de 85 países.⁶⁶³

No Brasil, a discussão ganhou os mesmos contornos a partir de 2004. O catalisador teria sido o conflito entre a ABDR e diretórios acadêmicos de universidades, por causa da cópia de livros utilizados nos programas de disciplinas – de acordo com o jornal Folha de S. Paulo, a ABDR mobilizou 158 procedimentos de busca e apreensão policial em universidades no ano de 2005,⁶⁶⁴ o que gerou uma reação de alunos universitários intitulada “Copiar Livro é Direito” (SILVEIRAS, 2014, p. 142). Para Marcos Souza, então Diretor de Direitos Intelectuais no MinC, outro incidente do período foi uma cobrança do Ecad em uma cerimônia no Palácio do Planalto, exigindo pagamento de direitos autorais e ameaçando a interdição do evento, o que teria gerado um mal-estar por parte do governo em relação à instituição.

⁶⁶³

<https://creativecommons.org/about/global-affiliate-network/>.

⁶⁶⁴

TAKAHASHI, Fábio. “Universitários lançam frente pró-xerox”. *Folha de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 2006.

O Ministro da Cultura Gilberto Gil encampou o lançamento, em 2007, do Fórum Nacional do Direito Autoral, que teria surgido como demanda na I Conferência Nacional de Cultura de 2005. O Fórum manteve atividades até 2009, já sob o Ministro Juca Ferreira, e realizou um seminário internacional, sete nacionais, e 80 reuniões com grupos de interesse – “artistas, autores, titulares, especialistas em propriedade intelectual, empresários, advogados, jornalistas, associações autorais, sindicatos, executores, radiodifusores, exibidores, professores, estudantes, produtores, fazedores e fruidores culturais”, de acordo com o MinC (*apud* SILVEIRAS, 2014, p. 142). Desses debates saiu uma minuta de reforma da Lei n. 9.610/98, que foi aprovada pelo GIPI, e era fortemente pautada por uma retórica de equilíbrio entre os direitos autorais e o acesso ao conhecimento; a minuta foi posta a Consulta Pública por uma plataforma na Internet, em 2010, ocasião na qual se fez publicar a Carta de São Paulo pelo Acesso aos Bens Culturais,⁶⁶⁵ assinada por artistas, professores e escritores de Gilberto Gil a Paulo Coelho, cuja tônica era a ampliação das limitações e exceções, a proibição da cessão definitiva de direitos (limitação a no máximo 50 anos), diminuição do prazo de proteção, eliminação da proibição de contorno a medidas de proteção tecnológica em casos de exercício de *direitos dos usuários*, licenciamento compulsório e transparência nas associações de gestão coletiva. Uma série de razões faria com que, após a consulta pública, a reforma da lei não fosse para frente como se idealizava naquele momento;⁶⁶⁶ no caminho, entretanto, mobilizaram-se, em eventos e campanhas, associações de consumidores como o IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor), centros de pesquisa como o CTS/FGV (Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas), o GPOPAI (Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP) e o GEDAI (Grupo de Estudos em Direito Autoral e Acesso à Informação, então na UFSC), autores, artistas e bandas.

A DDI do MinC assumiu um papel ativo – o que não deixaria de ser visto com desconfiança por atores tradicionais do campo do direito autoral, e, com sua estrutura aumentada e suas funções valorizadas pelo Ministério, fomentou o campo, visibilizando novos atores. Marcos Souza, o Diretor de Direitos Intelectuais durante quase todo o período (de 2008 a 2016, com um breve hiato, quando Ana de Hollanda assumiu o Ministério), assumiu uma

⁶⁶⁵ <http://stoa.usp.br/acesso>.

⁶⁶⁶ VALENTE; MIZUKAMI, 2014.

liderança nas pautas de equilíbrio entre os interesses envolvidos no direito autoral, incluindo o *interesse público* – com grande rejeição da parte de muitos que dominaram a discussão na década de 1990, que não deixaram de expressar essa posição nas entrevistas realizadas. Enquanto isso, a academia em direito autoral diversificou-se para além dos departamentos de direito civil das faculdades de direito, ou, ainda que nesses departamentos, a partir de perspectivas contemporâneas do direito civil ⁶⁶⁷– nas palavras de Bruno Lewicki, “o Brasil ganhou massa crítica”. Em alguns poucos anos, foram defendidas as teses de doutorado de Guilherme Carboni (*A Função Social do Direito de Autor e sua Regulamentação no Brasil*, 2005), do próprio Bruno Lewicki (*Limitações aos direitos do autor: releituras na perspectiva do direito civil contemporâneo*, 2007), de Allan Rocha de Souza (*Os direitos culturais e as obras audiovisuais cinematográficas: entre a proteção e o acesso*, 2010), e de Sérgio Branco (*O Domínio Público: estrutura e função*, 2011), entre muitas outras; desenvolveram-se estudos sobre o direito autoral para além do direito civil, de perspectivas econômicas e das ciências sociais (como o capítulo brasileiro de *Media Piracy in Emerging Economies* – KARAGANIS, 2011, e *Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música* – LEMOS *et alii*, 2008).

Todos esses acontecimentos foram se entrelaçando e ganhando o centro de discussões públicas, o que trouxe consigo o interesse no tema por parte de novos atores da sociedade civil, além de envolver uma nova categoria industrial: a dos provedores de conteúdo de Internet. No Brasil, o Ecad passou a tentar ocupar os novos espaços de fruição musical. A primeira decisão judicial sobre o assunto, de 2009, dizia respeito à veiculação de músicas no site Kboing; em 2010, fechou um acordo com a plataforma YouTube, para cobrança por direitos de execução pública pelas músicas veiculadas na plataforma (FRANCISCO; VALENTE, 2016, p. 203). Seguiu-se uma série de decisões judiciais acerca de qual seria a natureza da utilização musical via *streaming*, na qual finalmente se sentiriam os reflexos da discussão que se deu acerca do *make available right*: trata-se de comunicação ao público (execução pública, que é uma modalidade), ou de reprodução (possivelmente distribuição digital)? As consequências, sabemos, dizem respeito aos intitulados pela arrecadação: no primeiro caso, no Brasil, é o Ecad, que distribui de acordo com suas regras de distribuição; no segundo caso, são feitos

⁶⁶⁷ Em sua tese de doutorado de 2007, Bruno Lewicki propõe-se a analisar as limitações e exceções a partir de uma perspectiva de “atualização” do direito autoral, ou seja, de “três características que se reconhecem comuns às principais escolas de direito civil contemporâneo: a percepção da historicidade, da funcionalização e da relativização dos direitos. Ou seja, a constatação de que os conceitos e os institutos jurídicos não são imutáveis, neutros nem absolutos” (LEWICKI, 2007, p. 2).

acordos globais com as gravadoras, que recebem a maior parte dos *royalties*, com alguma complexidade em relação à parte autoral administrada pelas editoras (no Brasil, a organização cobrando por esses direitos é a UBEM – União Brasileira de Editores de Música). Em 2017, o STJ decidiu que serviços de *streaming* implicam *também* em execução pública;⁶⁶⁸ o Ministério da Cultura, após reunir-se em grupo de trabalho do qual faziam parte vários personagens desta tese, publicou em maio de 2016 a Instrução Normativa n. 2, que trata de quais são os direitos envolvidos no streaming: reprodução, distribuição digital, e comunicação ao público nas suas várias modalidades, a depender do tipo de obra.⁶⁶⁹ Ocorre neste momento uma reorganização do mercado que lida justamente com essas categorias, e com negociações sobre os respectivos quinhões. Além disso, foi aprovada, em 2013, a Lei 12.853, que modificou a Lei 9.610/98 na parte de gestão coletiva, estabelecendo mecanismos estatais de supervisão a elas (e primordialmente ao Ecad), após mais uma CPI no Senado e intensas disputas que, desta vez, envolveram articulações de artistas (a favor da regulação); foram propostas duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a lei, a 5062 e 5065, girando em torno dos argumentos de liberdade de associação que identificamos atrás. A lei foi considerada constitucional, pelo STF, em 2016.

Em suma, não foi a aprovação da lei que trouxe o direito autoral para o debate público, ou que fez com que surgissem organizações, acadêmicos e ativistas antes alheios ao campo para debater o direito autoral, mas uma miríade de transformações tecnológicas e sociais, que faria com que o tema, antes restrito a uns poucos participantes, passasse a fazer parte da vida de todos – de quem acessa obras pela Internet, de quem produz obras e distribui, com a elevação de status da criação amadora (muito mais restrita, anteriormente, ao âmbito privado).⁶⁷⁰ Em entrevista, Jandira Feghali, participante ativa do processo legislativo do qual esta pesquisa trata, afirmou, em 2014:

Eu fui vice-presidente da Comissão Especial que foi formada, em 1997, para concluir a tramitação do projeto que se tornaria, em 1998, a Lei nº 9.610. O cenário não poderia ser mais diferente do que o atual: chega a impressionar o

⁶⁶⁸ REsp nº 1559264 / RJ, relator Ricardo Villas Bôas Cueva, 15/02/2017.

⁶⁶⁹ Disponível em

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/05/2016&jornal=1&pagina=10&totalArquivos=112>.

⁶⁷⁰ Sobre esse tema, ver JENKINS (2008) e KEEN (2009). Também o entrevistado Rodrigo Salinas apresentou visão semelhante: “todo esse universo ligado ao interesse público, digamos assim, veio depois. A minha leitura é: a tecnologia trouxe esse pessoal”.

quanto tudo mudou. E não me refiro aqui, apenas, àquelas mudanças que são mais evidentes, como a disseminação da internet, fenômeno que ignoramos em 1998. Talvez mesmo pelo fato de que a rede ainda estava em sua infância, há 15 anos não houve participação efetiva da sociedade civil. Inexistia grande interesse pelo tema: éramos nós, parlamentares, alguns especialistas e, claro, os principais grupos de interesse afetados, como os setores do livro e da música.

As discussões eram infinitamente mais simples, menos sofisticadas. Sou crítica, mas acho que também houve avanços, como a restrição da autoria apenas para pessoas físicas. Mas houve também retrocessos e muitos silêncios, que hoje não podem mais perdurar. Uma nova reforma da Lei dos Direitos Autorais precisa tocar em vários pontos que não foram ainda provocados.

Em primeiro lugar, é preciso rever todo o capítulo das chamadas limitações, as hipóteses de usos livres previstas na lei. O texto hoje em vigor transforma quase todos os cidadãos em infratores em potencial, punindo condutas muito simples e ignorando usos educacionais e outras utilizações sem nítido cunho comercial. É preciso também avançar mais na proteção contratual dos verdadeiros criadores, os autores, que acabam tendo seus direitos suprimidos por intermediários.

Temos que repensar algumas questões ligadas ao setor audiovisual, rediscutir a atitude de herdeiros que prejudicam a circulação de obras, reconhecer novas formas de criação como, por exemplo, o uso de samples na música, enfrentar o problema das “obras órfãs”, cujo titular não é possível identificar ou localizar. E, claro, desta vez temos que encarar com coragem a interseção entre direito autoral e internet.⁶⁷¹

E, enquanto isso, a lei vigente continuou sendo a 9.610/98. Considerando o imprevisível do que estava pela frente, foram certamente a ABPD e a MPA, de acordo com a reconstrução feita nesta pesquisa, que atentaram para os desenvolvimentos tecnológicos que viriam.

5.2. Romantismo e utilitarismo

Pesquisar é partir de inquietações localizadas, e, escrevendo entre 2015 e 2017, as inquietações de quem se ocupa do direito autoral de um ponto de vista da sociologia jurídica estão ligadas às disputas de seu tempo: a da defesa do modelo do acesso ao conhecimento *versus* a defesa de modelos maximalistas de direito autoral. Que esse é o pano de fundo atual é evidente inclusive a partir das vinte e uma entrevistas realizadas, nas quais os entrevistados invariavelmente se referiram aos conflitos ocorridos no campo posteriormente à aprovação da

⁶⁷¹ SANCHES, Pedro Alexandre. “A nova Lei do Direito Autoral virá em 2014?”, in *vermelho.org*, 12 de dezembro de 2013.

Lei 9.610/98, referindo-se às novas demandas e aos novos atores de diferentes formas, sendo comum o uso do termo *flexibilista*, do lado crítico, e *defesa do interesse público*, da parte de quem se envolveu com o campo na via da valorização de limitações e exceções, domínio público ou crítica mais abrangente a um direito autoral. Tão presentes são os termos atuais da disputa que diversos entrevistados apresentaram declarações anacrônicas, queixando-se da atuação de pessoas e de argumentos, em relação ao processo de negociação da lei, que sequer estavam presentes naquele momento.

Reconstruir o debate em torno da Lei 9.610/98 é identificar necessariamente que os termos da discussão eram outros, e giravam claramente em torno dos polos de defesa do *autor como criador* e da *exploração econômica dos bens intelectuais*, incorporados nos modelos representados pelo Projeto Genoíno e pelo Projeto Luiz Viana, respectivamente. Nessa contraposição, algo que surgiu residualmente foi a relação do primeiro com a tradição do *droit d'auteur*, e do segundo com o *copyright*, o que inclusive se justifica do ponto de vista de seus propositores fundamentais: o Projeto Luiz Viana foi idealizado por atores representantes de uma indústria internacional, que, no século XX, tinha seu epicentro nos Estados Unidos, e trabalhou amplamente e de forma bem-sucedida pela internacionalização de seus mercados.

Foi articulando uma fundamentação do direito autoral calcada em séculos de desenvolvimento, e que estamos aqui tratando como *autor como criador*, que José Genoíno justificou, como explorado no item 2.2, sua atuação como parlamentar na Constituinte e na discussão da Lei de Direitos Autorais:

Minha tese era de que o direito autoral é um direito autônomo, inalienável, individualíssimo – porque não é um problema do nome. Além do nome você coloca tua alma, tua voz, você coloca teu ser. Seria mais ou menos equiparar o direito autoral ao direito à vida humana: é um direito inalienável. Ele não pode estar submetido a uma relação econômica, uma relação trabalhista.⁶⁷²

Os fundamentos da proteção dos direitos autorais e de direitos intelectuais em geral são objeto de debates em distintas áreas do conhecimento. SPENCE (2007, p. 46 e ss) divide-as entre justificações centradas no direito do *autor* em relação seu trabalho,⁶⁷³ naquelas que

⁶⁷² Informação verbal, 2017.

⁶⁷³ Justificações centradas no autor podem fundamentar-se em uma noção de direito natural, mas também em soluções intermediárias: o argumento da *criação*, segundo o qual se deve deter o que se cria, desde que isso não seja prejudicial; o do *merecimento* do controle sobre o uso de um bem por seu criador, seja como recompensa, seja para recobrar o investimento feito, seja devido à contribuição à cultura, seja devido a uma

focam no uso não-autorizado pelo *usuário* de bem intelectual,⁶⁷⁴ e naquelas relacionadas à *comunidade* e sua necessidade em relação aos bens (argumentos econômicos, como incentivar a produção, disseminação e exploração eficiente dos objetos).⁶⁷⁵ Em uma outra classificação, com sobreposições, FISHER (2001) refere-se a fundamentos *utilitários* (que exigem um balanço por parte do legislador entre o estímulo à criação e o acesso e fruição pelo público, sendo os principais representantes LANDES e POSNER, 1989, em argumento econômico derivado substancialmente de Jeremy Bentham), de *direito natural* (ou “do trabalho”, relacionada pelo autor a Robert Nozick e John Locke), de satisfação das necessidades sociais de desenvolvimento de criatividade intelectual (ou “da personalidade”, relacionada de forma solta a Kant e Hegel), e de satisfação de objetivos de justiça social (ou “do plano social”, eclética, ligada a autores de Marx a realistas jurídicos).⁶⁷⁶

Em que pese serem distintos os critérios de classificação dos dois autores e da complexidade que envolve cada uma dessas tentativas de fundamentar o direito autoral, identifica-se, com algum risco de simplificação, um conjunto de proposições que liga o direito autoral à pessoa e à personalidade do autor e do artista, na forma de um direito natural ou de formulações semelhantes. Essas concepções estão ligadas a um conceito de autoria que, vale dizer, é localizável historicamente: o nascimento da própria concepção esteve ligado, no final do XVIII, com desenvolvimentos do mercado livreiro e com concepções estéticas e culturais, veiculadas em especial pela filosofia idealista, que levaram ao entendimento da criação como emanção do gênio individual, separado e elevado em relação ao artífice (HANSEN, 1992, p. 18) – e aos primórdios do direito autoral (WOODMANSEE, 1994).⁶⁷⁷ Ao longo do século XX,

necessidade de identificação do criador com o bem; seja porque a criação é entendida como corporificação da *personalidade*, de forma que o controle sobre os bens imateriais seria equivalente à proteção à pessoa; seja por argumentos relativos à *autonomia*, derivando de Locke e Hegel. SPENCE identifica argumentos refutando a capacidade do direito autoral ser a resposta adequada a cada uma dessas concepções (2008, pp. 46-55).

⁶⁷⁴ Baseiam-se na ideia de que o uso de um bem intelectual por alguém que não o seu criador lhe causa um *prejuízo*, ao passo que o contrário não seria verdadeiro; poderia gerar erro (*misrepresentation*); ou geraria um *enriquecimento sem causa* por parte do usuário. São argumentações relacionadas ao direito da responsabilidade (SPENCE, 2008, p. 62).

⁶⁷⁵ Nessas justificações, os bens intelectuais como bens públicos, em oposição aos privados, em relação aos quais seria possível excluir a utilização por terceiros não-compradores. O incentivo à sua criação e disseminação de bens públicos consistiria exclusivamente na propriedade intelectual, que viria a corrigir “falhas de mercado”. Criticada frequentemente pelo questionamento se não se produziriam os bens a despeito da inexistência de proteção jurídica, ou em quais casos (SPENCE, 2008, pp. 64-65).

⁶⁷⁶ V. também ADOLFO, 2006.

⁶⁷⁷ A autora, com base em ampla documentação histórica, expõe que a noção de autor era estranha na Europa até o Renascimento, momento em que o “autor” era entendido como uma mistura de artesão e, quando produzisse algo excepcional, um ser inspirado, por Deus, ou por uma musa – e nunca como alguém pessoalmente

tal conceito de autoria foi posto em xeque pela teoria social,⁶⁷⁸ pela teoria literária, por estruturalistas e pós-estruturalistas,⁶⁷⁹ e pela pedagogia,⁶⁸⁰ questionando ora que o modelo de autoria solitária é um mito, ora que tal forma de criação estaria em vias de transformação; no campo do direito autoral, pensado enquanto doutrina, docência, legislação e jurisprudência, entretanto, o conceito de autoria é fundante e não sofreu abalos (EDE; LUNSFORD, 1994, p. 417). Como afirmam Martha Woodmansee e Peter Jaszi,

Particularmente, o direito ficou para trás na “crítica da autoria” contemporânea” – o impulso, especialmente nos estudos literários, de colocar em questão a naturalização e inevitabilidade das ideias românticas sobre criatividade. A “obra aberta” de Umberto Eco continua sendo um livro fechado para o direito, assim como a proposta de Roland Barthes em “A Morte do Autor” de reverter a relação

responsável por sua criação. Com a emergência de um mercado livreiro no século XVIII, e de escritores com pretensão de desenvolver a atividade profissionalmente e com base no mercado, esses sujeitos passaram a redefinir, discursivamente, a natureza do escrever (p. 36). Apesar de o escritor profissional ter se manifestado antes na Inglaterra e na França, foi na Alemanha que o conceito se desenvolveu proeminentemente, com destaque para a formulação de Fichte, em 1793, de que um livro conteria três divisões de propriedade: uma física, outra material (o conteúdo), e a *forma* de expressão desse conteúdo – uma formulação precoce do que viria a ser a dicotomia ideia x expressão da doutrina do direito autoral, sendo a última a protegida. Foi a partir de 1810 que começaram a ser aprovadas leis nesse sentido em partes da Prússia. HANSEN (1992) faz reconstrução em linhas semelhantes.

⁶⁷⁸ Walter Benjamin, em 1934, em seu artigo “O Autor como Produtor”, indicava que as vanguardas artísticas europeias e russas já haveriam apontado para o que ele chamou de “contraste infecundo entre forma e conteúdo”, propondo *técnica* como a via pela qual analisar materialisticamente produtos literários ou artísticos em geral; identificava também no progresso técnico – o jornal – o necessário abandono da distinção convencional entre autor e público ou leitor, passando a ser o intelectual alguém inserido no processo produtivo, e sendo necessário abandonar o projeto de ostentação da “pseudo-riqueza da personalidade (1994b, p. 127). Também no ensaio “A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica”, afirmou que a reprodutibilidade técnica – diferente da reprodução, que teria sempre existido – colocava mais pressões na ideia de autor romântico, já que a obra perde sua *aura* (e aproximando o espectador). Sobre a discussão acerca de se a fotografia e o cinema poderiam ser considerados arte, que se travava a partir do fim do século XIX, Benjamin afirmava que talvez a natureza da arte que tivesse se transformado (1994a, p. 176). Também Marx, em *Introdução à Crítica da Ideologia Política* e *A Ideologia Alemã*, pensava a função de autoria como incorporada às condições da história social e cultural, devendo-se incorporar à sua definição a categoria trabalho (HANSEN, 1992, p. 13).

⁶⁷⁹ O que HANSEN chama de *autor-defunto* – a proposta de substituição da metafísica do autor por *escritura*, sendo que a produção significante seria uma prática no cruzamento entre inconsciente e saber, como processo contínuo que apaga a origem, no qual o “eu” é apenas efeito, “aparecendo apenas como suposto pela pluralidade de intervenções móveis que não cessam de transformar-se” (1992, pp. 13-14), sendo necessário, então, reconhecer um deslocamento do antigo sujeito (eu) para o destinatário-leitor (tu), investido de função autoral produtiva (BARTHES, 2004). Michel Foucault, em 1969, proferia a conhecida conferência “O que é um autor?” (2006), na qual analisava autoria como um dispositivo classificatório, um modo de existência e circulação de discursos, modo esse que não se exerceria de forma unitária sobre todos eles (se, antes do século XVIII, os discursos científicos tinham função autoral e os literários não, com a progressiva sistematicidade da ciência concomitante à ideia de que toda obra literária conteria um enigma autoral, essa situação teria se invertido).

⁶⁸⁰ De acordo com EDE e LUNSFORD (1994, p. 418-425), em tradição fundada por John Dewey, de entender pensamento e produção como consequência de interação social, e assim propor uma educação colaborativa, seguido por autores como George Herbert Mead, Karen Burke LeFevre, M. L. J. Abercrombie, Ludwig Wittgenstein, Jean Piaget, Edwin Mason e Paulo Freire. Ainda assim, a maior parte da educação superior nos Estados Unidos ainda seguiria o modelo do eu, da autoria e do ambiente hierárquico e autoritário.

convencional entre autor e leitor não foi ouvida por advogados de propriedade intelectual. Por mais entusiasticamente que acadêmicos no campo jurídico tenham se jogado em “desconstruir” outros corpos de doutrina jurídica, o direito autoral passou ileso pelas implicações da proposição de Derrida que a instabilidade inerente do significado não vem da subjetividade do autor, mas da intertextualidade (WOODMANSEE; JASZI, 1994, p. 9).

O conceito romântico de autoria esteve tradicionalmente mais ligado ao formato de proteção do direito continental, também chamado *droit d’auteur*, por ser produto da Revolução Francesa. Embora a tradição jusnaturalista não tenha estado ausente no pensamento britânico – as fundamentações baseadas em John Locke são manifestações disso (DIAS PEREIRA, 2008, p. 80) – o sistema anglo-saxão, ou de *copyright*, desenvolveu-se a partir da concessão de proteções a livreiros, e esteve desde então ligado a dimensões instrumentais, utilitárias e comunitárias. Enquanto isso, as leis e os teóricos franceses pós-revolucionários descrevem um vínculo íntimo e quase sagrado entre autores e suas obras como a fonte da proteção literária e artística (GINSBURG, 1991, p. 991).⁶⁸¹

Os direitos morais de autor, protegidos na tradição continental, mas em relação aos quais os países de *copyright* apresentam grande resistência, como também se discutiu aqui brevemente quando das considerações acerca da negociação do TRIPS, são a face mais visível dessa diferença de concepção. Mas não é só: as limitações e exceções aos direitos de autor são também uma expressão de uma visão utilitária, que leva em conta os diferentes direitos em jogo e a função do direito autoral na sociedade. Não é por outro motivo que o Projeto Genoíno, em sua primeira versão, queria uma extensão tão ampla dos direitos dos autores que restringia as limitações e exceções a apenas uma: o direito de citação. Na teoria do direito continental de autor a coletividade tem um espaço muito reduzido. Se, como indicamos a propósito da análise de BAND (2013) sobre a política externa e interna de direito autoral nos Estados Unidos, a jurisprudência norte-americana historicamente considerou o equilíbrio entre pretensões individualistas (propriedade) e coletivas do público (liberdade), a partir de argumentos

⁶⁸¹ Todo o ponto de Jane Ginzburg no seu artigo *A Tale of Two Copyrights* (1991), no entanto, é que as distinções entre os dois sistemas não são historicamente tão bem delineadas como se costuma argumentar: analisando escritos de Le Chapelier e Condorcet, frequentemente citados como defensores incondicionais do direito de autor, ela encontra considerações a respeito de interesse social e de disputas público *versus* privado que se costumam reputar somente ao sistema de *copyright*, ainda que, de fato, os decretos de 1791 e 1793 tenham empregado a linguagem dos direitos naturais e atribuído aos autores direitos de propriedade.

funcionais ou instrumentais que se expressam na própria Constituição,⁶⁸² no *droit d'auteur*, por sua vez, os titulares dos direitos tendem a ser entendidos pela jurisprudência como soberanos absolutos (DIAS PEREIRA, 2008, p. 81). E isso está expresso na tradição doutrinária brasileira; à coletividade caberia apenas

respeitar os direitos do criador, nos planos citados, não podendo extrair da obra senão os usos que de sua comunicação resultarem e na medida do respectivo alcance, à exceção dos casos de utilização livre, explicitamente contemplados na lei (BITTAR, 1994, p. 79).

Nessa tradição chamada “autoralista” no Brasil, são claras e praticamente uníssonas, até a década de 1990, as manifestações de um direito de autor de caráter natural, ligado a elementos da personalidade e associado à ideia de criação como sagrada. Carlos Alberto Bittar defendeu que os direitos morais são reconhecidos em função tanto do esforço quanto do resultado criativo, de uma *operação psicológica*; são uma verdadeira externalização da personalidade do autor. Seriam a base e o limite do direito patrimonial, sendo este apenas a tradução da expressão econômica do direito moral, e, sobretudo, do vínculo do criador à obra,

para a realização de defesa de sua personalidade. Como os aspectos abrangidos se relacionam à própria natureza humana e desde que a obra é emanção da personalidade do autor – que nela cunha, pois, seus próprios dotes intelectuais –, esses direitos constituem a sagração, no ordenamento jurídico, da proteção dos mais íntimos componentes da estrutura psíquica do seu criador (BITTAR, 1994, p. 44).

Antonio Chaves afirmou que que, “se algum direito natural existe, nenhum poderá ser mais ‘natural’ que o direito de autor” (1995, p. 14); Oswaldo Santiago, em obra que já tratamos aqui, tratou o direito autoral como “o mais entranhado dos direitos humanos, dada sua concepção nas profundezas do espírito” (1946, p. 11). É amplamente citada a frase de Le Chapelier, de acordo com a qual o pensamento de um autor seria “a mais sagrada das propriedades” – frase que, por sinal, GINSBURG (1991) atribui a uma descontextualização.⁶⁸³

⁶⁸² O Artigo I, Seção 8, Cláusula 8 da Constituição dos Estados Unidos da América dá ao Congresso o poder “to Promote the Progress of Science and useful Arts, by securing for limited Times to Authors and Inventors the exclusive Right to their respective Writings and Discoveries.”

⁶⁸³ “Le Chapelier did declare that ‘the most sacred, the most legitimate, the most unassailable, and... the most personal of all properties, is the work which is the fruit of a writer’s thoughts.’ But he said it respecting unpublished works. Once disseminated, Le Chapelier went on to assert, the manuscript is ‘give[n] over to the public... by the nature of things, everything is finished for the author and the publisher when the public has in this

Como expõe Lewicki (2007, pp. 33-34), no Brasil em especial, por mais que o direito autoral seja um dos ramos em que são mais inegáveis as diferenças culturais e as mudanças por causa da tecnologia (como discutimos no Capítulo 1), ele

... segue sendo visto por uma parte relevante da doutrina e da jurisprudência como um campo até certo ponto infenso às sensíveis e inegáveis mudanças que vêm sendo registradas no restante do direito privado (...) Mais que anacrônica, a situação é paradoxal: nenhum ramo do direito privado sofreu de forma tão intensa os novos influxos da tecnologia, e poucos continuam tão atados às suas origens. (LEWICKI, 2007, pp. 33-35).

Ou seja, seus institutos são tratados como cristalizados, isolados dos demais estatutos jurídicos, e desprovidos de função social alheia à proteção do autor. Ainda que se compreenda, como é inevitável, que o direito tem o papel de domesticação da complexidade social, no direito autoral haveria uma concentração anômala de ficções legais e falácias, além de ambivalências nas suas fundações teóricas (PATTERSON; LINDBERG, 1991, p. 135); uma dessas falácias é a equiparação corrente do direito autoral com propriedade, embora sejam inúmeras as razões contra tal identificação (ASCENSÃO, 1997).⁶⁸⁴ Nesse movimento, o direito autoral passa ileso às tendências de funcionalização, relativização e publicização que caracterizam desenvolvimentos contemporâneos do direito privado (LEWICKI, 2007).

Essas breves observações dão elementos para compreendermos as diferenças de modelos que se delinearam com tanta clareza: as limitações e exceções, tema tão caro às disputas contemporâneas, eram mais ousadas no Projeto Luiz Viana que no Projeto Genoíno – e o art. 46, VIII, que institui uma “cláusula aberta” que, a exemplo do art. 9(2) da Convenção de Berna e do art. 13 do TRIPS, é mais afeita à tradição anglo-saxã que à continental, como se comentou aqui a respeito do TRIPS, teve sua origem no projeto da indústria. É evidente que essas narrativas não são lineares e comportam diferenças, em especial quando diferentes setores da indústria são considerados: foi o mercado editorial quem encabeçou a limitação ao

way [through publication] acquired the work.’ According to Le Chapelier, the main principle is the public domain, to which authors’ rights are an exception. He stressed that the new French law must put the principle and its exception in the right place; were the exception to replace the principle that ‘a published work is by its nature a public property’, then ‘you will no longer have any basis for your law.’ Indeed, he criticized the English copyright law for setting up a strongly protected right rather than appreciating the principle of the public domain” (GINSBURG, 1991, p. 1006).

⁶⁸⁴ Analisando as argumentações que aproximam direito autoral com propriedade, em especial na sua faceta patrimonial, e com direitos de personalidade, na sua faceta moral, Ascensão argumenta que o único consenso possível é o de que o direito autoral contém feixes de direitos econômicos e feixes de direitos pessoais, e que o mais correto seria entendê-lo como um *direito de exclusivo* (ASCENSÃO, 1997, pp. 3 e 604 e ss.).

direito de cópia privada que resultou na expressão “pequenos trechos”, que foi uma grande mudança da lei de 1973 para a lei de 1998, e teve grande impacto nos direitos que têm os usuários. E isso tampouco quer dizer que visão da *exploração econômica* seja amigável às limitações de forma ampla, como as colocações da MPA deixaram claro, bem como as disputas que ocorreram posteriormente e que foram brevemente narradas aqui. A argumentação dessa vertente é, entretanto, estritamente econômica.

De qualquer forma, a visão do *autor como criador*, que informou elementos da Lei n. 9.610/98, compartilhava do que José de Oliveira Ascensão (2005) chamou de “encarniçamento contra os utentes”, ou uma postura que, ao absolutizar o direito dos autores, contrapõe-se de forma também absoluta aos usuários das obras. No âmbito desse modelo, defende-se que as limitações sejam entendidas como *exceções* ao direito de autor, para casos excepcionais e limitados, interpretados restritivamente – ou seja, limitações e exceções não são um objetivo das leis, que visariam exclusivamente à proteção do autor.

Também, de outro lado, observando a reconstrução aqui feita, seria um erro reputar o modelo do *autor como criador* embutido no Projeto Genoíno como um modelo baseado exclusivamente em assunções românticas, sem lastro em concepções utilitárias, pragmáticas ou de caráter político-social. Na forma como essa defesa foi elaborada no Brasil no início dos anos 90, a defesa do autor continha uma concepção *distributiva*: as normas do Projeto Genoíno tinham como objetivo o aumento do poder do autor e do artista enquanto pessoas físicas, buscando interferir na relação de poder estabelecida entre indústria (editoras, produtores fonográficos e de audiovisual) e criadores. Nesse sentido, afirmou José Genoíno:

Eu defendia uma tese: vocês [que não querem o Projeto Genoíno] são capitalistas mas não defendem o direito de propriedade, eu que defendo! Vocês defendem o direito de monopólio, eu quero democratizar a propriedade (...).

Eu acho que o projeto naquela época representava uma posição de esquerda. Por quê? Primeiro porque eu estava enfrentando os interesses monopolistas representados pela Abert e pela indústria fonográfica. Era isso. Eu não estava enfrentando editora, as editoras não criaram problema, o teatro não criou problema. O problema todo foi o monopólio da comunicação, no caso a televisão, e a indústria fonográfica – que você sabe que é monopólio. Tanto que os artistas começaram a fazer, nessa época, produção independente. Então eu acho que nesse sentido ele era um projeto que se contrapôs ao monopólio. (José Genoíno, informação verbal, 2017).

De outro lado, também, a defesa do autor é vista nesse modelo como defesa do desenvolvimento cultural e político de um país:

Isso [que o projeto do CNDA era em defesa do autor] foi compreendido por alguns autores, não foi por outros, mas eu quero crer que nada que pudesse vir em prejuízo dos próprios criadores. Porque a minha participação, a minha atuação no direito de autor é uma atuação sempre voltada pra defesa do criador. É uma posição que já mantenho há algum tempo, e agora com muita honra também defendo essa posição na ABDA. Na verdade, a minha vida tem sido a luta no sentido do direito de autor.

Sem autor não existe obra, e sem obra não existe processo cultural de país algum. Acho mesmo, acho que o direito de autor é um sinal de cidadania (Hildebrando Pontes Neto, informação verbal, 2017).

Essa versão distributiva daquele conflito é ocasionalmente deixada de lado nas críticas elaboradas por atores ligados ao modelo do *acesso ao conhecimento* – ocorre um achatamento dos dois polos, que também ignora o caráter funcional presente na defesa do autor.⁶⁸⁵ É de se questionar se a retórica romantizadora utilizada não funciona mesmo como um bloqueio daqueles potenciais. O Projeto Genoíno continha uma equiparação entre autores e artistas intérpretes e executantes, na figura do criador, com a intenção de proteção de uma categoria que vem sendo identificada como vulnerabilizada desde os debates da década de 1970, pela Sombrás: a dos músicos executantes, em especial. No mercado fonográfico, a prática é a cessão do direito do músico executante em troca de um cachê; divisão de recursos ocorre somente no que diz respeito à execução pública, já que o Ecad distribui uma diminuta parcela a esses atores no caso de execução fonomecânica. Também não é por outro motivo que a Convenção de Roma para Proteção aos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão, de 1961, é administrada conjuntamente pela OMPI, pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e pela UNESCO, e que um documento da OMPI de 1991, presente no arquivo MinC, fazia a análise das sociedades de

⁶⁸⁵ Esse achatamento não está presente em todas as versões da defesa do *acesso ao conhecimento*. Bruno Lewicki, por exemplo, que escreveu seu doutorado em defesa das limitações e exceções e de uma leitura do direito autoral consonante com o interesse público, afirmou em entrevista que a preocupação estava presente para ele, enquanto assessor parlamentar que foi durante o processo da Lei 12.853/13, e também para o MinC no período. Afirmou, entretanto, crer ser mais adequado mover a discussão sobre autores e artistas para *direitos de remuneração*, em vez dos direitos de autorizar e proibir, dado o estado atual da arte em relação à disseminação das obras, e o valor de promover o acesso (informação verbal, 2017).

gestão coletiva latinoamericanas afirmando, de forma crítica, que elas apresentavam um distintivo caráter sindical.⁶⁸⁶

O público, por sua vez, não somente não era levado em consideração como um ator a ser considerado nas políticas formuladas pelo modelo do *autor como criador*, como trazê-lo ao debate era entendido como uma tentativa de desvio contra quem seriam os reais usuários de obras intelectuais, que também eram objeto de demandas distributivas: radiodifusoras, produtoras, casas de show, negócios de reprografia.⁶⁸⁷ Historicamente, também, no Brasil, não se constituíram grupos de interesse relacionados a atividades que dão *acesso* a obras intelectuais, como grupos de instituições de memória (bibliotecas, arquivos e museus), e tampouco articulações de acadêmicos. Ainda assim, ao longo das décadas seguintes, o que se entende por usuário foi sendo ressignificado, entrando no campo brasileiro também a discussão do usuário pessoa física, disputas em torno dos *direitos dos usuários*, complexificando-se assim a equação em torno do direito de autor.

Nas diversas discussões ao longo dos anos 90 e além, fica claro também que um dos elementos desse embate é o fato de a indústria, em alguns setores, ser multinacional – o que levanta demandas de ordem de política pública e desenvolvimento, e simbólicas (nacionalismo). A indústria não deixaria de perceber isso, e qualificar como *ideológicos* projetos alternativos ao modelo de exploração econômica, bem como de negar que existisse qualquer contraposição entre os interesses da indústria e os do criador, como afirmado por distintos entrevistados ligados ao mercado – os interesses de um, nos discursos desse modelo, conduzem aos interesses do outro. A forma de legislar aparece como técnica, e desvios dos padrões já adotados pelo mercado são desqualificados na chave do político-ideológico.

De fato, a lei aprovada foi um amálgama dos pontos pretendidos pelo modelo do *autor como criador* com o modelo da *exploração econômica*.⁶⁸⁸ O que não estava em jogo, naquele momento, era o papel do direito autoral como disciplinador de relações sociais para além dos atores entendidos como os interessados diretos: os criadores e a indústria.

⁶⁸⁶ Ref. 3.42, MinC, OMPI, Ata, 26/04/91.

⁶⁸⁷ Vanisa Santiago afirmou, em entrevista, que, naquele período, as demandas por limitações e exceções a lei viriam da parte dos “grandes usuários”, interessados em “pagar menos direito autoral” (informação verbal, 2016).

⁶⁸⁸ Nas palavras de Hildebrando Pontes Neto, a insistência em pontos do Projeto Genóio fez diminuir “o estrago que o Projeto Luiz Viana ia produzir”. Informação verbal, 2017.

5.3. O conflito da década de 1990 encontra o Acesso ao Conhecimento

A reconstrução do debate sobre direito autoral nos anos 1990, e a breve incursão no que viriam a ser as décadas seguintes,⁶⁸⁹ levam, portanto, à formulação de três tipos ideais de conjuntos de interesses, atores e retóricas, que designamos aqui como os modelos do *autor como criador*, *exploração econômica* e *acesso ao conhecimento*. De alguma forma, os três passaram a coexistir nas décadas posteriores, embora o conflito que se produziu tenha achatado, por alguns anos, os polos do *autor como criador* e da *exploração econômica* como um polo oposto, enquanto subsiste com mais clareza no debate norte-americano o tripé autor – indústria – público/usuário, que tradicionalmente foi levado em consideração na formulação da política interna daquele país.⁶⁹⁰

Durante as entrevistas para a realização desta pesquisa, muitos atores ligados ao modelo do *autor como criador* expressaram forte rejeição às demandas provenientes do *acesso ao conhecimento*, em movimento que em linhas gerais lembra a rejeição que o próprio Projeto Genóio sofreu – e em expressão clara do que, indicamos atrás, Ascensão denomina “encarniçamento contra os utentes”. Os argumentos centram-se principalmente no aspecto de perda de preocupação com o que então aparece mais claramente como o aspecto social do modelo do *autor como criador*, ou seja, uma proteção social a autores e artistas que viam ameaçada pelos discursos “*flexibilistas*”, mas também em uma desconfiança de que os novos discursos se resumissem a uma veiculação dos interesses de atores também novos, as empresas de tecnologia, que teriam interesse no uso de obras intelectuais sem compensar o autor, e financiam importantes grupos que se envolveram com o tema. O *acesso ao conhecimento* parece ser entendido como uma repaginação dos discursos e interesses dos “grandes usuários” dos quais se tratou no Capítulo 1 – naquele momento, principalmente a radiodifusão.

[Discorrendo sobre o que é ser “progressista” quanto ao direito autoral, e afirmando que não é o que ele chama de “democratização da comunicação”] O dever de fazer a cultura circular é um dever do Estado. Você não pode dizer, a pretexto de querer que a cultura circule, você sonegue os direitos do autor, dos

⁶⁸⁹ Uma organização do debate sobre direito autoral pós-Internet foi o trabalho que empreendi no mestrado (VALENTE, 2013a).

⁶⁹⁰ Com os conflitos advindos da ampliação do direito autoral também nos Estados Unidos com os novos usos tecnológicos, houve quem questionasse se esse tripé ainda estaria vigente. Ver LITMAN (2001); de outro ponto de vista, em 1991, PATTERSON e LINDBERG lamentavam a adoção de elementos jusnaturalistas na discussão norte-americana, defendendo a volta de uma perspectiva do direito autoral como um monopólio privado, como forma de retomar o tripe, que julgavam ter sido deixado de lado.

que produzem cultura. Porque isso circulou por um tempo, aí, né, a coisa do Creative Commons... “a cultura tem de ser livre, a cultura tem de ser gratuita”... e, na realidade, a gente sabe que tem um comércio em torno de tudo isso aí. Claro, a grande indústria bancou essa ideia. Está bancando a ideia para ela não pagar as obras intelectuais que veiculam. Acesso ao conhecimento, quero, mas quero que quem produz o conhecimento seja remunerado também. (...) O Estado silenciou, principalmente no tempo do Lula e da Dilma, o Estado ficou ciente quanto às violações do direito autoral por aí. Era bom fazer demagogia com o chapéu dos outros. O direito de autor foi demonizado, não deveria ser. Ele pode ser corrigido, ajustado, agora combatido, demonizado, jamais. É engraçado que está começando a deixar de ser isso, porque começaram a perceber que por trás dessas estratégias de gratuidade e tudo mais havia interesses muito palpáveis. (...) Indiretamente nós somos o produto. [Falando sobre os discursos que parecem ver o autor como um privilegiado] A grande maioria não é milionário, posso te garantir. Está muito longe disso (Marcus Vinícius Mororó de Andrade, informação verbal, 2017).

Enquanto a União Europeia buscava proteger mais ainda os direitos autorais, aqui no Brasil, o MinC [no governo Lula] falava em flexibilização dos direitos autorais. E essa expressão “flexibilização” é uma expressão diante da qual eu nutri uma profunda antipatia, porque eu via que subjazia à expressão na verdade uma tentativa de fragilizar os direitos autorais, de fragilizar a proteção autoral, a ponto de o MinC ter publicado no seu site e encampado aquela modalidade de contratação virtual do Creative Commons, inclusive adotando o símbolo do CC. Sempre isso me pareceu um absurdo. Porque na verdade isso era uma forma de desconstituição dos direitos dos autores, principalmente dos jovens autores. Que não tinham a menor noção sobre isso, e que achavam que flexibilizar o direito autoral era uma forma de poder usar as coisas sem respeitar e sem evidentemente retribuir em espécie aquilo que aqueles que vivem da criação têm necessidade de ter. Porque não existe comida de graça. Por que a obra do criador brasileiro pode ser flexibilizada e ser utilizada sem pagamento, já que ele vive da criação? Esse movimento que o MinC encampou, a chamada flexibilização de direitos, e mais, de um movimento completamente alienígena, ao meu ver era algo profundamente equivocado. E hoje me parece que essa realidade se faz presente, porque ninguém mais fala nessa bobagem (Hildebrando Pontes Neto, informação verbal, 2017).

E aí surgiu a discussão da função social, e a função social eu já via de outra forma, função social é você estimular o autor, dar condições de sobrevivência do autor pra que ele possa continuar criando cultura, desenvolvendo o intelecto, etc. Então eu sempre via as questões na função de proteger o direito de autor.

[Sobre o discurso que contrapõe consumidor e autor] Foram as grandes corporações da Internet que criaram essa agenda, que não existia dessa forma. O consumidor quer que o autor crie, seja remunerado. [Os autoristas foram excluídos da discussão naquele momento], e era na verdade para capitalizar aquelas indústrias criativas, não era para o consumidor. Se é tudo de graça, como o autor vai sobreviver? (José Carlos Costa Netto, informação verbal, 2017).

De outro lado, José Genoíno alinhou-se com as demandas provenientes do *acesso ao conhecimento*, posteriormente:

Minha opinião hoje é que o meu projeto, que eu apresentei naquela época, precisa ser atualizado. Segundo: eu comecei a trabalhar com a ideia de equiparar [o direito autoral] com a informação, com o bem público, etc. E o projeto foi feito em uma situação histórica que precisava ser modificada. E eu tinha essa compreensão. E no governo Lula eu falei isso para o Gil, para o Juca, para o Gil nem tanto: precisa atualizar. (...) Primeiro, por causa da revolução tecnológica; segundo, por causa das novas demandas da cidadania. (...)

Na época, esse assunto não existia. Ele passou a existir no início do século XXI. E aí nós começamos a fazer esse debate.

E não existia porque nós tivemos um período longo de ditadura militar, com censura, com falta de debate, com falta de discussão. Segundo porque a transição que foi realizada no Brasil não foi democraticamente radical, ela foi pactuada por cima. A anistia criou os direitos conexos [risos]

(José Genoíno, informação verbal, 2017).

Nesse processo de embate entre velhas disputas com as novas, foram vocais os atores que mobilizavam pelo direito autoral na década anterior: dirigentes de associações de gestão coletiva musical, advogados e representantes da indústria. Se consideramos as grandes disputas que existem em torno na qualificação das associações de gestão coletiva – que são acusadas periodicamente de não representar o conjunto de autores e artistas, mas majoritariamente os das empresas que detêm os direitos e exercem poder econômico nas associações (com diferenciações entre as diferentes associações), grupos de autores e artistas, em especial de outras áreas que não a música, estiveram, mais uma vez, em geral alheios ao embate.

Esta pesquisa não teve a pretensão de, nem levantou informações suficientes para apontar para uma solução para os embates que envolvem o direito autoral nos dias de hoje. Explicitar, no entanto, os meandros dos desenvolvimentos que resultaram na Lei 9.610/98 responde a angústias que permeiam os debates atuais sobre a lei, e fornece instrumentos para a qualificação acerca dos interesses presentes no direito autoral brasileiro, no passado e atualmente, permitindo que os institutos sejam vistos como frutos de disputas, não somente na forma como foram positivados, mas na forma como se desenvolveram as interpretações sobre eles. O que as conclusões permitem afirmar é que é necessário “desarmar” o debate do direito autoral da forma de leituras cristalizadas e a-históricas, dadas as complexidades e os distintos interesses que se identificam nas diferentes posições, por um debate funcionalizado, que parta

de um entendimento dessacralizado de quais políticas esse instrumento está a servir, quais deve servir, e tendo em vista os atores envolvidos, que, claramente, não se resumem ao autor. A esse respeito, por sinal, que se registre o silêncio eloquente desta pesquisa, pela absoluta falta de materiais nas fontes disponíveis, sobre conhecimentos produzidos em regimes alheios à autoria individualista pressuposta no direito autoral, como os de comunidades tradicionais, ou ainda sobre formas de organização da criação e circulação cultural alheios aos regimes do mercado formal, amplamente presentes Brasil afora.

5.4. Direito autoral para além das leis

Ter-se escolhido, como objeto de pesquisa, reconstruir um debate legislativo específico poderia levar, à primeira vista, à impressão de que se trata de uma compreensão do direito, neste caso o direito autoral, como encerrado em uma lei, e nos debates feitos no parlamento, como se de forma a desvendar uma suposta “vontade do legislador”. Embora também elementos dessa perspectiva sejam visíveis, o caminho percorrido até este momento aponta para um complexo entrelaçamento entre as posições defendidas pelo Brasil como política externa, conjuntura geopolítica, distintas concepções sobre a incorporações de tratados no ordenamento jurídico nacional, pressões do Executivo pelo cumprimento de compromissos assumidos internacionalmente, interpretações dadas a dispositivos por atores da indústria e por autores e artistas que tiveram consequências na formulação da lei e na sua aplicação posterior, e transformações tecnológicas que pressionaram posteriormente o Judiciário a aplicar a lei para situações que não poderiam ser previstas. Um ponto da maior relevância, e que não ficou suficientemente explicitado, diz respeito ao poder que têm atores privados para, a partir da utilização seletiva de institutos jurídicos, firmar modelos que, embora não previstos ou mesmo à revelia da lei, prevalecem sobre o legislado ou sobre a intenção identificada por trás de decisões tomadas no processo legislativo.

Vários entrevistados para esta pesquisa são proeminentes atores no campo da cultura e do entretenimento, de advogados a produtores e gestores de associações. Sua explicação sobre as práticas de mercado explicita que o contratualismo que caracteriza a lei – apesar das limitações que se estabelecem com o *ethos* de proteger o autor contra abusos, o princípio geral é o de que o direito patrimonial de autor pode ser negociado – permite a criação de regimes que não são visíveis a partir de uma leitura do resultado do processo legislativo.

Em três pontos esse aspecto se revela primordial. O primeiro deles diz respeito à supressão dos arts. 36, 37 e 38 do Substitutivo da Câmara, já no momento de votação da lei no Senado. A mobilização que se verificou naquele momento tinha a intenção de eliminar presunções legais segundo as quais o empregador, o comitente e o produtor audiovisual seriam detentores dos direitos patrimoniais de obras produzidas por outros – o empregado, o encomendante e os envolvidos na obra audiovisual. Nos três casos, a prática de mercado passou a ser a assinatura de contratos de cessão de direitos em relação às obras produzidas. Por mais que, como indicado atrás, possa se identificar em tese um aumento de poder da parte das pessoas físicas criadoras, na medida que podem negociar esses contratos, e que um entrevistado tenha relacionado a isso um aumento dos custos de transação por parte das empresas,⁶⁹¹ a desproporção de poder entre as partes contratantes e a generalização das práticas faz com que a supressão daqueles artigos não tenha produzido os efeitos desejados. No caso do produtor audiovisual, a prática de mercado é a cessão de direitos dos roteiristas, diretores e atores, embora haja movimentações, no presente momento, de articulação entre roteiristas para pleitear outros arranjos, a gerir coletivamente direitos.

Quanto aos direitos de artistas, intérpretes e executantes, muito embora exista desde 1978 a Lei n. 6.533, que em seu artigo 13 proíbe a cessão de seus direitos, a prática consolidada geral é a de cessão aos produtores, do audiovisual à música, ainda que em alguns casos, como o de intérpretes musicais, sejam negociados royalties por utilizações. Entretanto, a facilidade de produção e distribuição musical levou a uma ampliação do mercado independente, no qual novas práticas também se verificam. A distribuição digital, por exemplo, feita por novos intermediários chamados agregadores, baseia-se no licenciamento, e não na cessão, e os arranjos feitos pelos selos independentes (produtores fonográficos) são variáveis.

Por fim, a limitação do prazo de cessão de direitos sobre obras futuras, fixada como de 5 anos, como indicamos também atrás, é facilmente contornável pela indústria fonográfica pela prática do “contratão”, mediante o qual os direitos sobre obras futuras são cedidos, e que pode ser renovado periodicamente, com cessões específicas sobre as obras já realizadas, produzindo-se, assim, o efeito de transferência total dos direitos por prazos muito maiores.

⁶⁹¹ Cláudio Lins de Vasconcelos, que atribuiu também, como atribui em seu livro (2013), o aumento de custos com licenciamento (*clearance*) a uma mudança de cultura relativamente aos direitos autorais, em relação aos quais as preocupações aumentaram de uma forma geral (informação verbal, 2017).

Se a contratualização nos coloca face aos limites da lei na regulação das relações no campo autoral, há outros dois fatores a considerar, ligados aos limites do poder estatal diante da crescente transnacionalização das decisões. O primeiro deles foi abordado em todos os capítulos desta pesquisa: as limitações que o Brasil encontra em legislar em tema de direito autoral. Da edição da primeira Lei de Software vinculada ao contencioso da informática, passando pela rejeição ao Projeto Genoíno, pela derrota da delegação brasileira na negociação do TRIPS, e pela adoção das disposições desse tratado e dos Tratados da OMPI na Lei 9.610/98 – os últimos, sequer assinados pelo Brasil –, fica claro que o espaço disponível para disputas na legislação nacional tornou-se progressivamente limitado. Não foi o objetivo desta pesquisa entrar no mérito sobre se a internacionalização do direito autoral é desejável, ou se os argumentos em favor da ampliação da proteção dos direitos autorais encontram base empírica. O que o percurso permite perceber, no entanto, é que, da proteção autoral ao software à extensão da proteção dos direitos conexos, os temas que efetivamente poderiam estar sob discussão estavam bem delimitados, e, de fato, o debate se travou em torno deles.

O segundo fator diz respeito a um ponto tocado apenas de passagem, que é que, com a crescente importância econômica da Internet no consumo de bens intelectuais, ocorre também uma transnacionalização dos regimes aplicáveis às obras. Em termos concretos, empresas de Internet sediadas nos Estados Unidos desenvolvem mecanismos de ajuste à legislação norte-americana que têm impacto direto no Brasil. É o caso da aplicação do *Digital Millenium Copyright Act*, que responsabiliza plataformas norte-americanas por conteúdos infringentes após notificação privada que cumpre com as condições previstas naquela lei. Um detentor de direitos brasileiro pode enviar uma notificação com base no DMCA para uma plataforma como o YouTube, para ter o conteúdo bloqueado; igualmente, usuários brasileiros podem ter o acesso bloqueado a obras que no Brasil não seriam infringentes. A prática envolve mais complicações, com a aplicação sobreposta de diferentes legislações – plataformas estrangeiras sediadas também no Brasil removem conteúdos com base na lei brasileira, e outras, sediadas no exterior, podem ser obrigadas também à remoção com base em nossa lei, por meio de acordos de cooperação internacional; plataformas podem também disponibilizar conteúdos distintos em diferentes países, em atendimento às legislações locais. De todo modo, é verificável a aplicação extraterritorial de legislações estrangeiras, notadamente norte-americanas. Em matizes semelhantes, quando uma plataforma de *streaming* de música

estabelece os parâmetros de negociação com detentores de direitos, são os contratos com as *majors* (as grandes gravadoras e editoras) que estabelecem os padrões básicos a serem aplicados aos demais, que não serão negociados localmente em termos excessivamente distintos.⁶⁹² Nessa prática, verifica-se uma diminuição da eficácia das decisões tomadas por meio de legislação, além de um incremento de opacidade sobre os fluxos de recursos: quando tratamos de Ecad, é possível, como foi, estabelecer um mecanismo de exigência de transparência; no campo da negociação contratual, estabelecida com acordos de confidencialidades, menos mecanismos estão disponíveis, e verificam-se prejuízos que vão da pesquisa ao debate público.

Uma outra face desse processo é que a transnacionalização das pautas e disputas fez com que se facilitasse a entrada, no debate brasileiro, da retórica do *acesso ao conhecimento* – que, vimos, esteve presente historicamente no direito norte-americano, e transformou-se em um movimento ligado ao digital a partir do *White Paper* da NII, e das mobilizações contra as propostas norte-americanas para os Tratados da OMPI de 1996. O desenvolvimento desse tema como pauta no Brasil envolve diferentes vetores, mas seus detratores frequentemente qualificam-no como *alienígena*, alheio aos desenvolvimentos históricos do direito autoral brasileiro. Neste momento, embora esses discursos tenham arrefecido, e inclusive por causa de novos desenvolvimentos na Internet que diminuíssem o espaço do compartilhamento (serviços digitais pagos, ou gratuitos, porém baseados em publicidade, que operam na lógica do microlicenciamento), o modelo do *acesso ao conhecimento* passou, entretanto, a ser um dos campos de disputa do direito autoral brasileiro, como atesta o campo construído em torno dele, novos atores acadêmicos e da sociedade civil, eventos anuais, etc.

Todos esses elementos apontam para os limites dos conceitos e categorias do tradicional direito positivo diante da internacionalização dos campos jurídicos,⁶⁹³ das novas relações de tempo e espaço, de novos centros de produção jurídica, e da “progressiva transferência da titularidade da iniciativa normativa para instâncias não-legislativas de caráter infraestatal e supranacional” (FARIA, 2010, p. xiii). Ainda,

⁶⁹² Para detalhes sobre como se estrutura o mercado digital de música, ver FRANCISCO; VALENTE, 2016.

⁶⁹³ O problema pode ser conceituado também como “exaustão paradigmática”: novos problemas passam a não poder ser resolvidos de acordo com os conceitos e categorias fundamentais de um direito forjado no século XIX (FARIA, 2004).

Em face do policentrismo decisório que caracteriza a economia globalizada, com suas hierarquias altamente flexíveis, entidades nacionais ou supranacionais híbridas e estruturas de comando cada vez mais diferenciadas e diversificadas, os Estados tendem a perder a posição de poder exclusivo na coordenação das ações coletivas. Se, por um lado, são cada vez mais pressionados por mercados globalizados que não conseguem controlar, por outro, ficam expostos a pressões e reivindicações internas que não podem ou não conseguem acolher (FARIA, 2010, p. 33).

Essa situação é complexificada na medida que agentes transnacionais se apresentam como interlocutores desse mesmo Estado, de forma a relativizar a polaridade nacional/internacional do direito positivo; no embate entre limites geográficos e o caráter extraterritorial dos problemas, o Estado perde sua autonomia de coordenação da vida social para o mercado (FARIA, 2010, p. 34). As consequências são mais gravemente sentidas em países periféricos e semiperiféricos, que passam a ver sua soberania de forma pragmática, por causa do risco de isolamento comercial, financeiro e tecnológico, como também foi abordado pelo Capítulo 3 desta tese.

São observáveis tentativas de resistência: quando o MinC editou a Instrução Normativa n. 2, de 2016, a que se referiu atrás, a intenção era buscar reassumir um controle estatal sobre as utilizações de obras na Internet, tomando como referência os dispositivos da lei cujo processo legislativo aqui se estudou. Não há clareza neste momento de qual foi a efetividade da iniciativa, nem tampouco dos estudos mais amplos, que se travavam naquele momento, sobre fluxos de capital relativos à exploração de obras brasileiras na Internet, a partir do Brasil e de outros lugares. Diante desse cenário, a capacidade de elaboração de demandas por parte de atores da sociedade civil – aqui definida amplamente, de forma a incluir autores, artistas, suas associações, e representantes de interesses dos cidadãos ao acesso a obras, fica comprometida. Uma nova Lei de Direitos Autorais, se em algum momento vier, vai lidar com um cenário infinitamente mais complexo que aquele existente entre os anos 1989 e 1998, em que predominava ainda a territorialidade das utilizações de obras intelectuais, e a disputa fundamental era entre o *autor como criador* e a *exploração econômica* das obras pela indústria de cultura e entretenimento.

6. Referências bibliográficas

ABBATE, Jane. *Inventing the Internet*. Cambridge: MIT Press, 1999.

ABBOTT, Frederick M. “The WTO TRIPS Agreement and Global Economic Development”. *Public Policy and Global Technological Integration*, in ABBOTT, Frederick M, e GERBER, D. in ABBOTT, Frederick M.; GERBER, David G. *Public Policy and Global Technological Integration*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997. Em: <https://ssrn.com/abstract=1989044>.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hurdson de. “Presidencialismo de Coalizão: o Dilema Institucional Brasileiro”, in *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a 34.

ABRÃO, Eliane Yachouh. “A ‘nova’ Lei dos Direitos Autorais”, in *UOL*, 1999. Em: <http://www2.uol.com.br/direitoautoral/artigo03.htm>.

ABREU (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. *Obras Privadas, Benefícios Coletivos: a dimensão pública do direito autoral na sociedade da informação*. Tese de doutorado defendida na Unisinos, São Leopoldo, 2006.

AFONSO, Otávio. *Cidade morta*. Havana: Ediciones Casa de Las Américas, 1980.

_____. “Os Descaminhos do Direito Autoral”. *Blog Direitos & Autores*, 13 de novembro de 2007. Disponível em <http://ocmasr.blogspot.com.br/2007/11/os-descaminhos-dos-direitos-autorais.html>.

_____. *Direito autoral: conceitos essenciais*. São Paulo: Manole, 2008.

ALMENDRA, Vanisa Santiago. “A lei n. 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 – Aspectos Contraditórios”. *Revista CEJ*, n. 21, p. p8-15, abr./jun. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/540/720>.

_____. “A gestão coletiva no Brasil”, in *Fala Caetano*, 21 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.caetanoveloso.com.br/blog_post.php?post_id=1406>.

_____. *Estudos técnicos sobre a gestão coletiva de Direitos Autorais*, Unesco e Ministério da Cultura, 2014.

ARDISSONE, Carlos Maurício. *Propriedade Intelectual e Relações Internacionais no Governo FHC e Lula: os rumos das negociações globais e das políticas públicas*. Curitiba: Ed. Appris, 2014.

ARSLANIAN, Regis P. *O recurso à Seção 301 da legislação de comércio norte-americana e a aplicação de seus dispositivos contra o Brasil*. Brasília: XXVI Curso de Altos Estudos Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores, 1993. Em http://funag.gov.br/loja/download/72-Recurso_a_Secao_301_da_Legislacao_de_Comercio_Norte-Ame_e_a_Apl._de_seus_Dis._contra_o_Brasil_O.pdf.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

_____. *Direito da internet e da sociedade da informação*. Coimbra: Almedina, 2001.

_____. “Direito de autor e desenvolvimento tecnológico: controvérsias e estratégias”, in *Revista de Direito Autoral*, ABDA, ano I, n. 1. São Paulo, 2004.

_____. “O direito intelectual em metamorfose”, in *Revista de direito autoral*, n. IV. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BADIN, Michelle Ratton Sanchez. *Demandas por um novo arcabouço sociojurídico na Organização Mundial do Comércio e o caso do Brasil*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, 2004.

BALLERINI, Franthiesco. *Cinema Brasileiro no Século XXI*. São Paulo: Summus, 2012.

BAND, Jonathan. “The Domestic and Foreign Copyright Policies for Promoting the Creative Economy”, in *Infojustice.org*, 13 de agosto de 2013.

BARBOSA, Denis Borges. *TRIPS e as novas formas de proteção intelectual*, 1994. Em denisbarbosa.addr.com/70.doc.

BARTHES, Roland. “A morte do autor”, in *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BASSO, Maristela. “As exceções e limitações aos direitos do autor e observância da regra do teste dos três passos”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 102, pp. 2007. Em <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67766/70374>.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994a.

_____. “O autor como produtor”. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994b.

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de autor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

BOLLIER, David. *Viral Spiral: How the Commoners Built a Digital Republic of Their Own*. Nova Iorque: New Press, 2008.

- BOTERO, Carolina; GUZMAN, Luisa; CABRERA, Karen (orgs.). *La gestión colectiva ante el desafío digital en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Karisma, 2016.
- BOYLE, James. *The Public Domain*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2008, pp. 54-5. Disponível em <http://james-boyle.com>.
- BRANCO, Sérgio. *O domínio público no direito autoral brasileiro: estrutura e função*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.
- BRITTO, Luiz Navarro. *Luiz Viana Filho*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.
- CARBONI, Guilherme. *A Função Social do Direito de Autor e sua Regulamentação no Brasil*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2005.
- CARVALHO, Márcio Sávio Revoredo Menezes. *A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHAVES, Antonio. Desenvolvimento do direito de autor no Brasil após a Lei n. 5.988/73. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. vol.73, jan./dez. de 1978. p. 39-56.
- _____. O Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição). In: *Revista da Faculdade de Direito*. vol. 77, 1982.
- _____. A colaboração das autoridades policiais na cobrança dos direitos de autor. In: *Justitia*, 45 (121), abr./jun. 1983.
- _____. "Domínio público no Brasil – aspectos patrimoniais – domínio público remunerado – licença legal e licença compulsória". *Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado de Goiás*, v. 18, 1984.
- CHAVES, Antonio. *Criador da obra intelectual*. São Paulo: LTr, 1995.
- _____. *Direitos Conexos*. São Paulo: LTR, 1999.
- COORDENAÇÃO DE DIREITO AUTRAL (CDA). Homenagem da Coordenação-Geral de Direito Autoral do Ministério da Cultura à Otávio Carlos Monteiro Afonso dos Santos,

2008. Em <http://www.cultura.gov.br/documents/18021/130362/homenagem-otavio-afonso.pdf/3ce57082-b2bd-4d58-a3a4-2cfdce4f2c0a>.
- CORREA, Carlos M. *Intellectual Property Rights, the WTO and developing countries: the TRIPS agreement and development options*. Londres/Maysia: Zed Books, 2000.
- COSTA NETTO, José Carlos. *Direito Autoral no Brasil*, 2a. Ed. São Paulo: FTD, 2008.
- DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). *Boletim do DIAP*, edição especial, março de 1994. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/13-os-cabecas-do-congresso-nacional/382-os-cabecas-do-congresso-nacional-ano-1994>.
- DIAS PEREIRA, Alexandre Libório. *Direito de autor e liberdade de informação*. Coimbra: Almedina, 2008.
- DRAHOS, Peter. “Information Feudalism in the Information Society”, in *The Information Society*, v. 11, 1995.
- DRAHOS, Peter; BRAITHWAITE, John. *Information Feudalism: who owns the knowledge economy?* Nova Iorque: The New Press, 2002.
- DREIER, Thomas. “TRIPS and the Enforcement of Intellectual Property Rights”, in BEIER, Friedrich-Karl and SCHRICKER, Gerhard (eds.). *From GATT to TRIPS – The Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*. IIC Studies (Studies in Industrial Property and Copyright Law). [Publ. Por Max Planck Institute for Foreign and International Patent, Copyright and Competition Law, Munich]. Weinheim; New York; Basel; Cambridge; Tokyo: VCH, 1996.
- ÉBOLI, João Carlos de Camargo. *Pequeno Mosaico do Direito Autoral*. São Paulo: Irmãos Vitale, 2006.
- EDE, Lisa e LUNSFORD, Andrea A. “Collaborative Authorship and the Teaching of Writing”. In: JASZI, Peter e WOODMANSEE, Martha (org.). *The Construction of Authorship: Textual Appropriation in Law and Literature*. Durham and London: Duke University Press, 1994.
- FARIA, José Eduardo. “A função social da dogmática e a crise: do ensino e da cultura brasileira”, in *A educação jurídica e a crise brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- _____. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo, EDUSP, 1988a.
- _____ (ed.). *A crise do direito numa sociedade em mudança*. Brasília: Editora UnB, 1988b.
- _____. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Editora Malheiros, 2004.

_____. *Direito e Conjuntura*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

_____. *Função social da dogmática jurídica*. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. “Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 1995.

FISHER, William. “Theories of Intellectual Property”, in MUNZER, S. *New Essays in the Legal and Political Theory of Property*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FLYNN, Sean. “What is Special 301? A Historical Primer”, em infojustice.org, 1 de maio de 2013. Em <http://infojustice.org/archives/29465>.

FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?”, in *Ditor e Escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRANCISCO, Pedro Augusto P.; VALENTE, Mariana Giorgetti (orgs.). *Da Rádio ao Streaming*: Ecad, direito autoral e música no Brasil. Rio de Janeiro: Azougue, 2016.

FURTADO, Celso. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. FURTADO, Rosa Freire D’Aguiar (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GEIGER, Christophe; GERVAIS, Daniel J; SENFTLEBEN, Martin. “The Three-Step-Test Revisited: How to Use the Test’s Flexibility in National Copyright Law”, in *American University International Law Review*, Vol. 29, No. 3, pp. 581-626, 2014. Em: <https://ssrn.com/abstract=2356619> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2356619>

GELLER, Paul Edward. “Copyright History and the Future: what’s culture got to do with it?”, in *Copyright History and the Future*, Journal, Copyright Society of the USA, 2000, pp. 209-264.

GERVAIS, Daniel J. “The TRIPS Agreement and the Doha Round: history and impact on economic development”, in *Intellectual Property and Information Wealth: issues and practices in the digital age*. Westport: Prager Publishers, 2007, p. 25.

_____. *The TRIPS Agreement: drafting history and analysis*. Londres: Thomson Reuters, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 2ª ed. Tradução: Federico Carotti.

GINZBURG, Jane. “A Tale of Two Copyrights: Literary Property in Revolutionary France and America”, in *Tulane Law Review*, 64(5), 1990.

- GLISSON, Gary W. "A Practitioner's Defense of the White Paper," in *Oregon Law Review* 75, 1996.
- GUIBAULT, Lucie. *Discussion paper on the question of exceptions to and limitations on copyright and neighbouring rights in the digital era*. Estrasburgo: Conselho da Europa, 1998. Em <http://www.ivir.nl/publications/guibault/final-report.html>.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997a, v. 1.
- _____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997b, v. 2.
- HANSEN, João Adolfo. "Autor". In: Jobim, José Luís (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1992, pp. 11-43.
- HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. "A Política Externa do Brasil em Dois Tempos", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 38, vol. 1. Brasília: IBRI, 1995.
- HOLANDA, Nestor de. *Memórias do Café Nice*. Rio de Janeiro: Conquista, 1969.
- JASZI, Peter. "Caught in the Net of Copyright", in *Oregon Law Review*, 75, 1996.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- JONES, Vivian C. *Generalized System of Preferences: Background and Renewal Debate*. Congressional Research Service, 2012. Disponível em <http://www.fas.org/sfp/crs/misc/RL33663.pdf>.
- KARAGANIS, Joe (ed.). *Media Piracy in Emerging Economies*. Nova Iorque: Social Science Research Council, 2011. Em <http://piracy.americanassembly.org/wp-content/uploads/2011/06/MPEE-PDF-1.0.4.pdf>.
- KATZENBERGER, Paul; KUR, Annette. "TRIPS and Intellectual Property", in BEIER, Friedrich-Karl; SCHRICKER, Gerhard (eds.). *From GATT to TRIPS – The Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*. IIC Studies (Studies in Industrial Property and Copyright Law). [Publ. Por Max Planck Institute for Foreign and International Patent, Copyright and Competition Law, Munich]. Weinheim; New York; Basel; Cambridge; Tokyo: VCH, 1996.
- KEEN, Andrew. *O culto do amador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LANDES, William; POSNER, Richard. "An Economic Analysis of Copyright Law", in *Journal of Legal Studies*, 18, 1989.
- LEMOES, Ronaldo; CASTRO, Oona; FAVARETO, Arilson da Silva; MAGALHÃES, Reginaldo; TOSTA, Alessandra; IGNÁCIO, Elizete; SIMAS, Marcelo. MENEZES,

- Monique. *Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
- LEVINE, Robert. *Free Ride: How the Internet Is Destroying the Culture Business*. Londres: The Bodley Head, 2011.
- LEWICKI, Bruno. *Limitações aos direitos do autor: releitura na perspectiva do direito civil contemporâneo*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- LIMA, Maria Regina Soares de. “Eixos Analíticos e Conflito de Paradigmas na Política Exterior Brasileira”, in *Cadernos do IPRI*, n.11. Brasília: FUNAG/IPRI, 1994.
- _____; HIRST, Mônica. “Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities”, in *International Affairs*, n. 82, 2006.
- LITMAN, Jessica. *Digital Copyright: Protecting Intellectual Property on the Internet*. Nova York: Prometheus Books, 2001.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História: lições introdutórias*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- LOPES, José Reinaldo de Lima; FREITAS FILHO, Roberto. “Law and Society in Brazil at the Crossroads: a review”, in *The Annual Review of Law and Social Science*, n. 10, 2014. Em <https://www.ufrgs.br/nejup/wp-content/uploads/2013/08/LAWSOCIETY-IN-BRAZIL.pdf>.
- MACIEL, David. “O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)” in *Revista UFG*, Ano 13, n. 11, 2011.
- MASOUYÉ, Claude. *Guia da Convenção de Berna relativa à proteção das Obras Literárias e Artísticas (Acta de Paris, 1971)*. Trad. Antônio Maria Pereira. Genebra: Organização Mundial da Propriedade Intelectual, 1980. Disponível em http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/copyright/615/wipo_pub_615.pdf.
- MELLO, Patrícia Maria Costa. “Os conflitos de interesses no direito autoral: uma análise – sob a perspectiva política, jurídica e sociológica – da construção legislativa da Lei 9.610/98 e seus reflexos na atualidade”. Trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- MIDANI, André. *Música, ídolos e poder: do vinil ao download*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Disponível em: <http://www.andremidani.net>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2016.
- MORAES, Walter. *Artista, Intérpretes e Executantes*. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1976.
- MORELLI, Rita de Cássia Lahoz. *Indústria fonográfica: um estudo antropológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

- _____. *Arrogantes, anônimos, subversivos: interpretando o acordo e a discórdia na tradição autoral brasileira*. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2000.
- NAGIB, Lúcia. *O Cinema da Retomada: Depoimentos de 90 Cineastas dos Anos 90*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- NOBRE, Marcos. “Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil”, in *Cadernos Direito GV*, 2002. Em <http://bit.ly/2CJ4N16>.
- _____. *O que é pesquisa em direito?* São Paulo: Lumen Juris, 2005.
- _____. *Choque de democracia: as razões da revolta*. São Paulo Companhia das Letras, 2013a.
- _____. *Imobilismo em movimento: da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.
- N/D. “Um grande perigo ronda o direito autoral brasileiro”. In: *Revista Música! Ordem dos Músicos do Brasil*. Ano 5, n. 14. 2014.
- OKEDIJI, Ruth. "Toward an International Fair Use Doctrine", in *Columbia Journal of Transnational Law*, vol. 39, 2000.
- OLIVEIRA, Luciano. “Que (e para quê) Sociologia? Reflexões a respeito de algumas idéias de Eliane Junqueira sobre o ensino da Sociologia do Direito (ou seria Sociologia Jurídica?) no Brasil”, in JUNQUEIRA, Eliane Botelho; OLIVEIRA, Luciano (Orgs.), *Ou Isto Ou Aquilo: a sociologia jurídica nas faculdades de direito*. Rio de Janeiro: IDES/Letra Capital, 2002.
- _____. “Não fale do código de Hamurabi!, a pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito”, in *Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- ONU, Transnational Corporations and Management Division, Department of Economics and Social Development. *Intellectual Property Rights and Foreign Direct Investment*, ST/CTC/SER.A/24, 1993.
- PATTERSON, L. Ray; LINDBERG, Stanley W. *The nature of copyright: a law of users' rights*. Atenas: University of Georgia Press, 1991.
- PEREIRA DOS SANTOS, Manoel Joaquim. *A proteção autoral de programas de computador*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

- PIMENTA, Eduardo Salles. *Direitos autorais: estudos em homenagem a Otávio Afonso dos Santos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- POLLACK, Malla e PRICE, Monroe E. "The Author in *Copyright*: Notes for the Literary Critic". In: JASZI, Peter e WOODMANSEE, Martha (org.). *The Construction of Authorship: Textual Appropriation in Law and Literature*. Durham and London: Duke University Press, 1994.
- PACÓN, Ana María. "What Will TRIPS Do For Developing Countries?", in BEIER, Friedrich-Karl and SCHRICKER, Gerhard (eds.). *From GATT to TRIPS – The Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*. IIC Studies (Studies in Industrial Property and Copyright Law). [Publ. Por Max Planck Institute for Foreign and International Patent, Copyright and Competition Law, Munich]. Weinheim; New York; Basel; Cambridge; Tokyo: VCH, 1996.
- PRIMO BRAGA, Carlos A; FINK, Carsten; SEPULVEDA, Claudia. "The Economic Justification for the Grant of Intellectual Property Rights: Patterns of Convergence and Conflict", in ABBOTT, Frederick M.; GERBER, David G. *Public Policy and Global Technological Integration*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- RAJAN, Mira T. Sundara. *Copyright and creative freedom: a study of post-socialist law reform*. Oxon: Routledge, 2006.
- REIS, Renata Camile Carlos. *REDES INVISÍVEIS: grupos de pressão na Câmara dos Deputados – o processo de aprovação da Lei de Propriedade Industrial brasileira*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- RICKETSON, Sam. *The Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works: 1886-1986*. 1987. Londres: Kluwer, 1987.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. "Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas", in *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Ano I, Número I, Julho de 2009. Disponível em http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf.
- SAMUELSON, Pamela. "The Copyright Grab", in *Revista Wired*, 01 de janeiro de 1996 (1996a).
- _____. "The U.S. Digital Agenda at WIPO", in 37 *Va. J. Int'l L.* 369, 1996b. Em <http://scholarship.law.berkeley.edu/facpubs/882>.
- _____. "Big Media Beaten Back", in *Revista Wired*, 03 de janeiro de 2017. Em <https://www.wired.com/1997/03/netizen-4/>.
- SANTIAGO, Oswaldo. *Aquarela do direito autoral, três acórdãos do Supremo*. Rio de Janeiro: UBC, 1985.

SANTOS, Natália Neris da Silva. *A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos*. Dissertação de mestrado defendida na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SELL, Susan K; PRAKASH, Aseem. "Using ideas strategically: the contest between Business and NGO Networks in Intellectual Property Rights", in *International Studies Quarterly*, v. 48, 2004.

SENFTLEBEN, Martin. *Copyright, Limitations and the Three-Step-Test: an analysis of the Three-Step-Test in International and EC Copyright Law*. Haia/Londres/Nova Iorque: Kluwer Law International, 2004.

_____. "Towards a Horizontal Standard for Limiting Intellectual Property Rights? WTO Panel Reports Shed Light on the Three-Step Test in Copyright Law and Related Tests in Patent and Trademark Law", in *International Review of Intellectual Property and Competition Law*, Vol. 37, No. 4, pp. 407-438, 2006. Em: <https://ssrn.com/abstract=1723871>.

SILVA, Felipe Gonçalves. "Habermas e Ambiguidade do Direito Moderno", in SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (orgs.). *Manual de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. RODRIGUEZ, José Rodrigo (orgs.). *Manual de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SILVEIRAS, Raphael de Souza. *Consultas públicas para o Marco Civil da Internet e a Reforma da Lei de Direito Autoral: a relação entre direito, Internet e Estado na contemporaneidade*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2014.

SMITH, Eric. "Worldwide Copyright Protection Under the TRIPS Agreement", *Vand. J. Transnational Law*, 29, p. 559, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2003.

SOUSA, Marcos Rogério. "Nem tanto ao mar nem tanto à terra: 'regra dos três passos' e as limitações aos direitos autorais", in *Revista Jurídica ESMP-SP*, v. 3, pp. 211-227, 2013.

SOUZA, Allan Rocha de. *Os direitos culturais e as obras audiovisuais cinematográficas: entre a proteção e o acesso*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

_____. "Direitos autorais e acesso à cultura", in *Liinc em Revista*, v. 7, n. 2, pp. 416-436. Rio de Janeiro, 2011. Em <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3324>.

SPENCE, Michael. *Intellectual Property*. Oxford: Oxford Press, 2007.

TARRAGÔ, Piragibe. “TRIPS torna obrigatória a proteção às invenções”, in *Panorama da Tecnologia*, n. 12. Rio de Janeiro: INPI, 1995.

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: um tema em debate*. Editora 34: São Paulo, 2002 (3ª edição).

USTR, *U.S. Generalized System of Preferences Guidebook*. Washington D.C.: Office of the United States Trade Representative, 2017. Em <https://ustr.gov/sites/default/files/gsp/GSP%20Guidebook%20March%202017.pdf>.

VALENTE, Mariana Giorgetti. “Direito autoral como comércio internacional”, in NALINI, José Renato. *Propriedade intelectual em foco*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013a.

_____. “Implicações políticas e jurídicas dos direitos autorais na Internet”. *Dissertação de mestrado defendida na área de Sociologia Jurídica, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2013b.

_____; MIZUKAMI, Pedro. “What happened to the Brazilian Copyright Reform?”, in *Creative Commons*, 2014. Em <https://creativecommons.org/2014/01/18/copyright-week-what-happened-to-the-brazilian-copyright-reform/>.

VARELLA, Marcelo Dias and SILVA, Alice Rocha da. “A mudança de orientação da lógica de solução das controvérsias econômicas internacionais”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49, pp. 24-40, 2006.

VASCONCELOS, Claudio Lins de. *Mídia e Propriedade Intelectual: a crônica de um modelo em transformação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

VIGEVANI, Tullo. *O contencioso Brasil x Estados Unidos da Informática: uma análise sobre formulação da política exterior*. São Paulo: EDUSP, 1995.

WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

WOODMANSEE, Martha. *The author, Art, and the Market: rereading the history of aesthetics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

_____; JASZI, Peter (eds.). *Construction of Authorship: textual appropriation in Law and Literature*. Durham e Londres: Duke University Press, 1994.

6.1. Imprensa

BONASSA, Elvis Cesar. “CPI do Ecad investiga editoras musicais”. *Folha de São Paulo*, 21 de outubro de 1995.

_____. “CPI termina com acusações sem provas”. *Folha de S. Paulo*, 15 de dezembro de 1995.

CALIL, Ricardo. “Compositores atacam volta de órgão do MinC”. *Folha de S. Paulo*, 23 de novembro de 1994. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/23/ilustrada/13.html>.

CATANHÊDE, Eliana, “Barrigas de Aluguel”. *Folha de S. Paulo*, 9 de setembro de 1997. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz090904.htm>.

GIL, Marisa Adán, “celebridade invisível”. *Folha de S. Paulo*, 18 de junho de 1995. Em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/18/revista_da_folha/18.html.

MILLARCH, Aramis. “Hermínio, amor e poesia, 50 anos”. *Jornal Estado do Paraná*, 16 de março de 1985.

NARDI, Carlos Magno de. “CPI quebra sigilo de dirigentes”. *Folha de S. Paulo*, 8 de maio de 1995. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/08/ilustrada/5.html>.

FERREIRA FILHO, Aloysio Nunes Ferreira. “Uma lei em defesa do autor”. *Folha de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1998. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz16029809.htm>.

MAGALHÃES Jr, “Sem pés, nem cabeça”. *Diário de Notícias*, 24 de junho de 1951.

MAMBERTI, Sérgio. “O direito autoral é, acima de tudo, um direito de cidadania”. *Folha de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1998.

MinC, “Direitos Autorais – Nota Oficial”. *Jornal do Brasil*, 1 de novembro de 1988.

ORTEGA, “Playlists no YouTube viram negócio lucrativo com venda de lugares nas listas de hits”. *GI*, 24 de novembro de 2017. Em <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/playlists-no-youtube-viram-negocio-lucrativo-com-venda-de-lugares-nas-listas-de-hits.ghtml>.

RYFF, Luiz Antônio. “Deputado aceita mudança em projeto”. *Folha de S. Paulo*, 14 de janeiro de 1998. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq140118.htm>.

SANCHES, Pedro Alexandre. “A nova Lei do Direito Autoral virá em 2014?”. *Vermelho.org*, 12 de dezembro de 2013. Em <http://www.vermelho.org.br/noticia/231457-6>.

S/A, “Clássicos na Mira”. *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1988.

S/A, “Congresso pede volta de órgão do governo”. *Folha de S. Paulo*, 20/09/1994. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/19/ilustrada/13.html>.

S/A, “Jogo rápido”. *O Estado de S. Paulo*, 5 de dezembro de 1997.

S/A, “Deputado rebate críticas feitas à nova Lei do Direito Autoral”. *Folha de S. Paulo*, 15 de dezembro de 1997. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq151211.htm>.

S/A, “Artistas vão a ACM para mudar projeto”. *Folha de S. Paulo*, 9 de janeiro de 1998. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc090123.htm>.

S/A, “Alcione Araújo apoia supressão de artigos”. *Folha de S. Paulo*, 14 de janeiro de 1998. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq140120.htm>.

S/A, “Morre Luiz Eduardo Borgerth”. *GI*, 2 de junho de 2007.

STF. “ADIs contra alterações na Lei de Direitos Autorais são julgadas improcedentes”. *Notícias STF*, 27 de outubro de 2016. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=328273>.

TAKAHASHI, Fábio. “Universitários lançam frente pró-xerox”. *Folha de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 2006. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2202200618.htm>.

ULHÔA, Raquel. “Senado aprova projeto de direito autoral”. *Folha de S. Paulo*, 5 de fevereiro de 1998. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc05029816.htm>.

6.2. Leis, regimentos, tratados

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 18a edição. Brasília, 2017.

Convenção de Berna, revisão de Paris de 1971. Tradução: Unesco Cultural Heritage Laws Database. Disponível em

http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_conv_berna_09_09_1886_por_orof.pdf.

6.3. Diários

BRASIL. Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 14 de agosto de 1992, p. 18.494. <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14AGO1992.pdf#page=99>

BRASIL. Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional, 11 de março de 1995, p. 3.103. <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11MAR1995.pdf#page=95>

BRASIL. Congresso Nacional. Diário da Câmara dos Deputados, 11 de novembro de 1995(2), pp. 05308-15309. <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11NOV1995.pdf#page=160>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, 27 de setembro de 1996, p. 25.880. <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27SET1996.pdf#page=14>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1997 (1). <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22OUT1997.pdf>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, 3 de dezembro de 1997 (2). <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03DEZ1997.pdf#page=379>.

Constituinte

Documentos Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais

http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/Comissao-1/subcomissao1c

Documentos Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/Comissao-1/comissao-da-soberania-e-dos-direitos-e-garantias.

6.4. Lista de entrevistados

ANDRADE, Marco Venício (Marcos Vinícius Mororó de Andrade, nome artístico): depoimento [set.2017]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp4 (101 min).

Músico e compositor. Presidente da AMAR.

BARRETO, Lucy: depoimento [2017]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp3 (41 min).

Produtora, LC Barreto Produções Cinematográficas. Produziu ou coproduziu filmes como Terra em Transe (1967), Dona Flor e Seus Dois Maridos (1978), Bye Bye Brasil (1980), Memórias do Cárcere (1984), e O Que é Isso, Companheiro? (1998).

BARRICHELLO, Samuel: depoimento [2016]. Entrevistadora: M. Valente. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (103 min).

BARRICHELLO, Samuel: depoimento [2017]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp3 (73 min).

Samuel Barrichello trabalhou com Otávio Afonso, então Coordenador de Direito Autoral no MinC a partir do final de setembro de 1997, por causa de demandas referentes à reforma da Lei de Direitos Autorais. É cientista político, com formação em direito autoral pela OMPI. Até abril de 2016, era Coordenador-Geral de Direito Autoral da DDI-MinC.

BRAGA, Glória: depoimento [jul.2017]. Entrevistadora: M. Valente. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (92 min).

Superintendente do Ecad. Anteriormente, foi gerente jurídica, e trabalhou como advogada da Amar e do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro.

CORREA DE MELLO, Roberto: depoimento [set.2017]. Entrevistadora: M. Valente: São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp3 (58 min).

Advogado na área de direitos autorais. Ex-presidente da Abramus, atual Diretor-Geral.

COSTA NETTO, José Carlos: depoimento [ago.17]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp4 (95 min).

Autor do livro Direito Autoral no Brasil. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Foi advogado especializado em direito autoral, e presidente do CNDA de 1979 a 1983.

ÉBOLI, João Carlos: depoimento [jul/17]. Entrevistadora: M. Valente. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp4 (57 min).

Advogado especializado em direito autoral há 45 anos. Foi advogado da gravadora Odeon, que se tornou EMI, e hoje é Universal. Em 1998, era advogado da EMI, onde trabalhou por mais de 27 anos, seguidos de cerca de 9 anos na editora EMI (até ela ser vendida à Sony).

GENOINO NETO, José: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp4 (101 min.).

Ex-guerrilheiro político, ex-presidente do PT. Foi deputado federal de 1998 a 2002, e depois em 2013.

LEWICKI, Bruno: depoimento [jul.2017]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp4 (48 min.).

Começou a trabalhar com direito autoral já na faculdade, por pouquíssimo tempo sob a égide da 5988/73, e no fim de sua faculdade já entrava em vigor a 9610/98. Escreveu seu doutorado sobre o art. 46, VIII da Lei 9.610, a partir de 2002, com 27 anos. Ganhou interlocução com José Vaz e outros da DDI no MinC, e começou a se envolver com o Fórum Nacional de Direito Autoral (2007).

LIMA, Francisco Araújo de: depoimento [jul.2017]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp3 (56 min).

Vice-presidente executivo e um dos fundadores da ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura), e Conselheiro do Conselho de Comunicação Social pela Abert. Diretor de relações institucionais no campo do regulatório das novas mídias no Grupo Globo até 2016.

MULLER CHAVES, João Carlos: depoimento [jul.2017]. Entrevistadora: M. Valente. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp4 (104 min).

Advogado na área de direito autoral. Ocupou diversos cargos na ABPD, tendo sido em alguns momentos seu exclusivo representante. Foi secretário-geral da FLAPF.

PONTES NETO, Hildebrando: depoimento [set. 2017]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp3 (97 min.).

Advogado atuante em Belo Horizonte, começou a trabalhar com direito autoral, segundo relato próprio, por conta do contato estabelecido com Fernando Brant e Milton Nascimento. Foi presidente do CNDA de 1986 a 1990. Quando entrevistado, era, além de advogado e professor, presidente da ABDA (Associação Brasileira de Direito Autoral).

SALINAS, Rodrigo: depoimento [2017]. Entrevistadora: M. Valente. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp4 (50 min.).

Advogado em direito autoral desde 1996. Sócio do escritório Cesnik, Quintino e Salinas.

SANTIAGO, Vanisa: depoimento [2016]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2016. 1 arquivo .mp3 (83 min.).

SANTIAGO, Vanisa: depoimento [2017]. Entrevistadora: M. Valente. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp4 (106 min.).

Advogada, ex-presidente da UBC. Participou das audiências públicas de discussão da lei, e é citada em diversos dos documentos. Ex-membra da Comissão Jurídica e de Legislação da CISAC.

SOLOT, Steve. [2017]. Entrevistadora: M. Valente. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp4 (77 min.).

Foi diretor (1981-1995) e vice-presidente (1995-2008) pela América Latina da MPA. É presidente da Latin-American Training Center (Centro Latino-Americano de Treinamento e Assessoria Audiovisual).

SOUZA, Marcos Alves de: depoimento [2016]. Entrevistadora: M. Valente. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (58 min.).

Quando entrevistado, era Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura (até 2016); trabalhou no MinC desde 2004; antropólogo.

VASCONCELOS, Claudio Lins de [2017]. Entrevistadora: M. Valente. São Paulo, 2017. 1 arquivo .mp4 (102 min.).

Advogado, sócio do escritório Lins de Vasconcelos Advogados. Foi Secretário Nacional de Economia da Cultura do Ministério da Cultura e assessor internacional adjunto do Ministério da Justiça, ambos em Brasília, DF, consultor do Banco Mundial, em Washington, DC, e advogado da área de direito econômico de Tozzini, Freire, São Paulo, SP. Entre 2002 e 2010, dirigiu o departamento jurídico da Fundação Roberto Marinho, no Rio de Janeiro, RJ.

VAZ, José: depoimento [2016]. Entrevistadora: M. Valente. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (50 min.).

Quando entrevistado, era Coordenador Geral de Difusão, de Negociação de Direitos Autorais, e de Acesso à Cultura, Diretoria de Direitos Intelectuais, Ministério da Cultura, (até 2016); graduado em cinema.

Anexo I: Tipologia e descrição dos arquivos

1. Arquivo MJ

Ref.	Nome geral do documento	Órgão / instituição / pessoa de proveniência	Tipo de documento	Data	Citação
1.1	Emendas de plenário ao PLS 249/89	Senado Federal	Emendas de Plenário	07/04/90	(Ref. 1.1, Dossiê MJ, Senado Federal, Emendas de Plenário, 07/04/90)
1.2	Lei n. 9.610/98 (publicação no diário oficial)	Presidência	Lei	20/02/98	(Ref. 1.2, Dossiê MJ, Presidência, Lei, 20/02/98)
1.3	Parecer n. 38 de 1990 da CCJC ao PLS 249/89	CCJC Senado Federal	Parecer	21/03/90	(Ref. 1.3, Dossiê MJ, CCJC Senado Federal, Parecer, 21/03/90)
1.4	Parecer nº 122 de 1990 da CCJC sobre as Emendas de Plenário ao PLS nº 249 de 1989	CCJC Senado Federal	Parecer	10/05/90	(Ref. 1.4, Dossiê MJ, CCJC Senado Federal, Parecer, 10/05/90)
1.5	PLS nº 249 de 1989 e Justificação	Proposta, justificação + legislação antiga	Projeto de Lei	31/08/89	(Ref. 1.5, Dossiê MJ, Proposta, justificação + legislação antiga, Projeto de Lei, 31/08/89)
1.6	Discussão e Votação em turno único do PLS nº 249 de 1989	Senado Federal	Notas	19/05/90	(Ref. 1.6, Dossiê MJ, Senado Federal, Notas, 19/05/90)
1.7	Discussão em turno único da redação final do PLS nº 249 de 1989 e envio à Câmara dos Deputados	Senado Federal	Notas	23/06/90	(Ref. 1.7, Dossiê MJ, Senado Federal, Notas, 23/06/90)
1.8	Parecer nº 187 de 1990 da Comissão Diretora apresentando a Redação Final ao PLS nº 249 de 1989	Senado Federal	Parecer	09/06/90	(Ref. 1.8, Dossiê MJ, Senado Federal, Parecer, 09/06/90)
1.9	Cont... PL nº 5_430-A de 1990 - Substitutivo	Substitutivo oferecido pelo relator Aloysio Nunes	Projeto de Lei	06/11/97	(Ref. 1.9, Dossiê MJ, Substitutivo oferecido pelo relator Aloysio Nunes, Projeto de Lei, 06/11/97)
1.10	PLs apensados, relatório sobre PL da Comissão Especial, pelo relator Aloysio Nunes	Comissão Especial na CD	Relatório	06/11/97	(Ref. 1.10, Dossiê MJ, Comissão Especial na CD, Relatório, 06/11/97)
1.11	Requerimentos para tramitação nas comissões do PL 5430/90	Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	19/06/16	(Ref. 1.11, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 19/06/16)
1.12	PL 5430/90, tal como chegou do Senado	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	07/08/90	(Ref. 1.12, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 07/08/90)
1.13	PL nº 5.430-A de 1990 - Apensos - 1ª Parte	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	12/06/05	(Ref. 1.13, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 12/06/05)
1.14	Discussão em turno único e Emendas ao PL nº 5.430-A de 1990	Câmara dos Deputados	Notas	06/12/97	(Ref. 1.14, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Notas, 06/12/97)
1.15	PL nº 5.430-A de 1990 - Requerimento de urgência	Câmara dos Deputados	Requerimento	03/12/97	(Ref. 1.15, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Requerimento, 03/12/97)
1.16	PL nº 5.430-B de 1990 - 1ª parte	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	10/12/97	(Ref. 1.16, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 10/12/97)
1.17	PL nº 5.430-B de 1990 - 2ª parte	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	10/12/97	(Ref. 1.17, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 10/12/97)
1.18	Votação em turno único do PL nº 5.430 de 1990 - 1ª parte	Câmara dos Deputados	Notas	11/12/97	(Ref. 1.18, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Notas, 11/12/97)
1.19	Continuação da Votação em turno único do PL n 5.430 de 1990 e retorno ao Senado Federal	Câmara dos Deputados	Notas	11/12/97	(Ref. 1.19, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Notas, 11/12/97)
1.20	Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 249/89 (contém texto original do Senado, lei de 73, e encaminha	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	08/01/98	(Ref. 1.20, Dossiê MJ, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 08/01/98)

	para CCJC)				
1.21	Parecer nº 62 de 1998 da CCJC ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 249 de 1989 e envio à Sanção	CCJC Senado Federal	Parecer	03/02/98	(Ref. 1.21, Dossiê MJ, CCJC Senado Federal, Parecer, 03/02/98)

2. Arquivo CEDI-CD

Ref.	Nome geral do documento	Órgão / instituição / pessoa de proveniência	Tipo de documento	Data	Citação
2.1	Boletim de Ação Legislativa - Tramitação do PL n. 5.430/90	Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	1990-1997	(Ref. 2.1, Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 1990-1997)
2.2	PL 5.430/90, conforme chegou na Câmara	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	1990	(Ref. 2.2, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 1990)
2.3	Legislação citada pelo PL 5.430/90, Anexada pela Coordenação das Comissões Permanentes da Câmara	CCP Câmara dos Deputados	Legislação citada	1990	(Ref. 2.3, CCP Câmara dos Deputados, Legislação citada, 1990)
2.4	Sinopse do PL 249/89, do Senado	Senado Federal	Documento de tramitação	1990	(Ref. 2.4, Senado Federal, Documento de tramitação, 1990)
2.5	Comunicação do Primeiro Secretário do SF ao Primeiro Secretário da CD, encaminhando PL n. 249/89	Senado Federal	Documento de tramitação	27/06/90	(Ref. 2.5, Senado Federal, Documento de tramitação, 27/06/90)
2.6	PLS 249/1989, conforme enviado pelo SF à CD	Senado Federal	Projeto de Lei	30/08/89	(Ref. 2.6, Senado Federal, Projeto de Lei, 30/08/89)
2.7	Emendas de plenário oferecidas no SF ao PL 249/89	Senado Federal	Emendas de Plenário	06/04/90	(Ref. 2.7, Senado Federal, Emendas de Plenário, 06/04/90)
2.8	Parecer n. 122 da CJC do SF sobre as Emendas de Plenário apresentadas ao PL 249/89	Senado Federal	Parecer	10/05/90	(Ref. 2.8, Senado Federal, Parecer, 10/05/90)
2.9	Parecer n. 38 de 1990 da CJC do SF sobre o PL 249/89	Senado Federal	Parecer	02/03/90	(Ref. 2.9, Senado Federal, Parecer, 02/03/90)
2.10	Parecer n. 187/90 da Comissão Diretora do SF com a redação final do PL 249/89	Senado Federal	Projeto de Lei	09/06/90	(Ref. 2.10, Senado Federal, Projeto de Lei, 09/06/90)
2.11	Ofício n. 08/90-CCJ SF, comunicando ao presidente do Senado que a comissão aprovou o PLS n. 249/89	Senado Federal	Documento de tramitação	16/03/90	(Ref. 2.11, Senado Federal, Documento de tramitação, 16/03/90)
2.12	Projeto de Lei n. 249/89, assinado pelo Presidente do SF	Senado Federal	Projeto de Lei	27/06/90	(Ref. 2.12, Senado Federal, Projeto de Lei, 27/06/90)
2.13	Pedido de apensamento da Coordenação das comissões permanentes à CCJR da CD para apensamento do PL 1.252/88 ao PL n/ 5.430/90	CCP Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	06/08/90	(Ref. 2.13, CCP Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 06/08/90)
2.14	Pedido do Deputado Genoíno para retirada do PL 2.148/89	Deputado José Genoíno Neto	Documento de tramitação	28/06/90	(Ref. 2.14, Deputado José Genoíno Neto, Documento de tramitação, 28/06/90)
2.15	Complementação de voto do Deputado Egídio Ferreira Lima sobre o PL 249/89 (não vota, pq entende que já o fez com o PL 2.148/89, na CCJR, e mantém o voto anterior com o substitutivo que o acompanha	CCJR Câmara dos Deputados	Parecer	05/12/90	(Ref. 2.15, CCJR Câmara dos Deputados, Parecer, 05/12/90)
2.16	Parecer do Deputado Egídio Ferreira Lima sobre o Projeto Genoíno, em termos de constitucionalidade, legalidade	CCJR Câmara dos Deputados	Parecer	09/05/90	(Ref. 2.16, CCJR Câmara dos Deputados, Parecer, 09/05/90)

	e técnica legislativa				
2.17	Pedido de apensamento do PL n. 2.934/92, do deputado Zaire Rezente, ao PL n. 5.430, de 1990, por versarem sobre matéria análoga, ao Presidente da CD	CCTCI Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	08/07/92	(Ref. 2.17, CCTCI Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 08/07/92)
2.18	Pedido da Deputada Irma Passoni, presidente da CCTCI, para que o PL 5430/90 tramitasse na CCTCI (e o 2934/92 também)	CCTCI Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	08/07/92	(Ref. 2.18, CCTCI Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 08/07/92)
2.19	Relatório do Deputado Aloysio Nunes Ferreira sobre o PL 5430/90	CCTCI Câmara dos Deputados	Parecer	jun/95	(Ref. 2.19, CCTCI Câmara dos Deputados, Parecer, jun/95)
2.20	Substitutivo ao PL 5.439/90, do deputado Aloysio Nunes	CCTCI Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	jun/95	(Ref. 2.20, CCTCI Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, jun/95)
2.21	Pedido de apensamento do PL 2442/91 ao PL 5.430 feito pelo Deputado Aécio de Borba, presidente da CEC, ao presidente da CD	CEC Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	19/07/94	(Ref. 2.21, CEC Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 19/07/94)
2.22	Aprovação de apensação do PL 3631/93 ao 2707/92, e não do PL 641/95 ao 5430/90 (pedidos da CCTCI)	Presidência da Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	14/09/95	(Ref. 2.22, Presidência da Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 14/09/95)
2.23	Requerimento de apensamento, por três deputados, de todos os projetos relativos a DDAA, e de constituição de Comissão Especial	Dps. Starling, Schmidt e Miranda	Documento de tramitação	13/08/96	(Ref. 2.23, Dps. Starling, Schmidt e Miranda, Documento de tramitação, 13/08/96)
2.24	Deferimento parcial de apensamentos PLs 1162/95, 1358/95, 1874/96; indeferimento 964/95 e 641/95; indeferimento Comissão Especial	Presidência da Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	22/08/96	(Ref. 2.24, Presidência da Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 22/08/96)
2.25	Resolução do presidente da CD Luis Eduardo por criar Comissão Especial, revendo despacho anterior	Presidência da Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	12/09/96	(Ref. 2.25, Presidência da Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 12/09/96)
2.26	Pedido da CCTCI de apreciar o PL 5430/90, que tinha ido para Comissão Especial	CCTCI Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	14/05/97	(Ref. 2.26, CCTCI Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 14/05/97)
2.27	Indeferimento do presidente da CD Michel Temer pela apreciação do projeto pela CCTCI, alegando que comissão estava por ser instalada	Presidência da Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	23/06/97	(Ref. 2.27, Presidência da Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 23/06/97)
2.28	Pedido do Presidente da CE Roberto Brandt de apensamento dos PLs 1356/95, 1357/95 e 30054/97	Comissão Especial Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	28/08/97	(Ref. 2.28, Comissão Especial Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 28/08/97)
2.29	Deferimento de apensamento dos PLs 1356/95, 1357/95, e 3054/97	Presidência da Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	08/09/97	(Ref. 2.29, Presidência da Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 08/09/97)
2.30	Pedido do relator Aloysio Nunes de apensamento de outros 10 PLs	Comissão Especial Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	21/08/97	(Ref. 2.30, Comissão Especial Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 21/08/97)
2.31	Deferimento de apensamento de 10 PLs pelo Presidente da CD Michel Temer	Presidência da Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	09/09/97	(Ref. 2.31, Presidência da Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 09/09/97)
2.32	Decisão por não desdobrar o PL n. 427/91	Presidência da Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	30/01/98	(Ref. 2.32, Presidência da Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 30/01/98)
2.33	Comunicação ao Presidente da CD Michel Temer, do Senador	Presidência do Senado Federal	Documento de tramitação	20/10/99	(Ref. 2.33, Presidência do Senado Federal, Documento de tramitação,

	ACM, da aprovação do veto de FHC pelo CN conjuntamente				20/10/99)
--	--	--	--	--	-----------

3. Arquivo MinC

Ref.	Nome geral do documento	Órgão / instituição / pessoa de proveniência	Tipo de documento	Data	Citação
3.1	Carta da UBC sobre Projeto Genoíno	UBC	Carta	12/12/89	(Ref. 3.1, MinC, UBC, Carta, 12/12/89)
3.2	Carta da Amar sobre Projeto Genoíno	Amar	Carta	sem data	(Ref. 3.2, MinC, Amar, Carta, sem data)
3.3	Carta de quatro organizações sobre Projeto do CNDA	APL/UBE/ABEM/Sindicato dos Escritores SP	Carta	07/02/1988 - 08/12/1988	(Ref. 3.3, MinC, APL/UBE/ABEM/Sindicato dos Escritores SP, Carta, 07/02/1988 - 08/12/1988)
3.4	Pronunciamento do Conselheiro Alfredo Machado sobre o Projeto Genoíno	Conselheiro Alfredo Machado	Pronunciamento	sem data	(Ref. 3.4, MinC, Conselheiro Alfredo Machado, Pronunciamento, sem data)
3.5	Carta de Jorge Amado sobre Projeto Genoíno	Jorge Amado	Carta	ago/89	(Ref. 3.5, MinC, Jorge Amado, Carta, ago/89)
3.6	Carta do INPI sobre Projeto do CNDA	INPI	Carta	31/03/89	(Ref. 3.6, MinC, INPI, Carta, 31/03/89)
3.7	Carta de Carlos Alberto Bittar sobre Projeto Genoíno	Carlos Alberto Bittar	Carta	06/12/88	(Ref. 3.7, MinC, Carlos Alberto Bittar, Carta, 06/12/88)
3.8	Carta da Sbat sobre Projeto Genoíno	Sbat	Carta	12/06/89	(Ref. 3.8, MinC, Sbat, Carta, 12/06/89)
3.9	Carta do SEESP sobre Projeto Genoíno	SEESP	Carta	08/12/89	(Ref. 3.9, MinC, SEESP, Carta, 08/12/89)
3.10	Carta do Sindcine sobre Projeto Genoíno	Sincine	Carta	16/02/89	(Ref. 3.10, MinC, Sindcine, Carta, 16/02/89)
3.11	Carta da SPA sobre Projeto Genoíno	SPA	Carta	28/11/88	(Ref. 3.11, MinC, SPA, Carta, 28/11/88)
3.12	Carta da CECEC.RJ sobre Projeto Genoíno	CECEC.RJ	Carta	23/03/89	(Ref. 3.12, MinC, CECEC.RJ, Carta, 23/03/89)
3.13	Carta da CISAC sobre Projeto Genoíno	CISAC	Carta	sem data	(Ref. 3.13, MinC, CISAC, Carta, sem data)
3.14	Carta de Dias Gomes sobre Projeto Genoíno	Dias Gomes	Carta	01/09/89	(Ref. 3.14, MinC, Dias Gomes, Carta, 01/09/89)
3.15	Carta da Abinee sobre projeto Genoíno	Abinee	Carta	01/02/89	(Ref. 3.15, MinC, Abinee, Carta, 01/02/89)
3.16	Carta do conselheiro Newton Paulo Teixeira dos Santos sobre Projeto Genoíno	Conselheiro Newton Paulo Teixeira dos Santos	Carta	jun/89	(Ref. 3.16, MinC, Conselheiro Newton Paulo Teixeira dos Santos, Carta, jun/89)
3.17	Carta do IAB sobre Projeto Genoíno	IAB	Carta	05/06/89	(Ref. 3.17, MinC, IAB, Carta, 05/06/89)
3.18	Carta do MJ-SEAL sobre Projeto Genoíno	MJ-SEAL	Carta	30/11/88	(Ref. 3.18, MinC, MJ-SEAL, Carta, 30/11/88)
3.19	Carta da OMPI sobre o Projeto Genoíno	OMPI	Carta	20/08/89	(Ref. 3.19, MinC, OMPI, Carta, 20/08/89)
3.20	Carta de Antonio Chaves sobre o Projeto Genoíno	Antonio Chaves	Carta	sem data	(Ref. 3.20, MinC, Antonio Chaves, Carta, sem data)
3.21	Programa recomendado de ensino de direito de autor na Pós Graduação, CERLALC-UNESCO	CERLALC-UNESCO	Documento de educação	out/88	(Ref. 3.21, MinC, CERLALC-UNESCO, Documento de educação, out/88)
3.22	Programa recomendado de ensino de direito de autor na Graduação, CERLALC-UNESCO	CERLALC-UNESCO	Documento de educação	out/88	(Ref. 3.22, MinC, CERLALC-UNESCO, Documento de educação, out/88)

3.23	Sugestões para pesquisas sobre direito de autor	CERLALC-UNESCO	Documento de educação	out/88	(Ref. 3.23, MinC, CERLALC-UNESCO, Documento de educação, out/88)
3.24	Comparativo de trechos da Lei Espanha e Alemanha	Sem autor	Estudo	05/01/1993	(Ref. 3.24, MinC, Sem autor, Estudo, 05/01/1993)
3.25	Parecer sobre execução pública de obras musicais	José Diamantino Alvarez Abelenda	Parecer	20/10/97	(Ref. 3.25, MinC, José Diamantino Alvarez Abelenda, Parecer, 20/10/97)
3.26	Estudo sobre lei americana	Sem autor	Estudo	sem data	(Ref. 3.26, MinC, Sem autor, Estudo, sem data)
3.27	Questionário da UNESCO sobre situação do ensino do direito de autor no Brasil	MinC - CDA	Minuta de carta	14/08/91	(Ref. 3.27, MinC, MinC - CDA, Minuta de carta, 14/08/91)
3.28	Insistência na resposta ao questionário	MinC - CDA	Minuta de carta	22/11/91	(Ref. 3.28, MinC, MinC - CDA, Minuta de carta, 22/11/91)
3.29	Carta da Sbacem referente ao programa In-formar de Direito Autoral	Sbacem	Carta	04/09/91	(Ref. 3.29, MinC, Sbacem, Carta, 04/09/91)
3.30	Páginas de livro sobre legislação brasileira de direito autoral	Sem autor	Estudo	sem data	(Ref. 3.30, MinC, Sem autor, Estudo, sem data)
3.31	Pedido de informação da OMPI sobre legislação de direito de autor nos países LatAm	OMPI	Estudo	jan/92	(Ref. 3.31, MinC, OMPI, Estudo, jan/92)
3.32	Carta de Otavio Afonso ao Deputado Daso Coimbra criticando PL 1252/88	MinC - CDA	Carta	10/07/91	(Ref. 3.32, MinC, MinC - CDA, Carta, 10/07/91)
3.33	Documento do Ministro Weffort submetendo PL 1436/96 ao Congresso Nacional, para adaptar legislação ao TRIPS	MinC - CDA	Documento de tramitação	28/09/95	(Ref. 3.33, MinC, MinC - CDA, Documento de tramitação, 28/09/95)
3.34	Carta do MinC criticando PL 2442/91	MinC - CDA	Carta	15/06/92	(Ref. 3.34, MinC, MinC - CDA, Carta, 15/06/92)
3.35	Carta do MinC criticando PL 4322/89	MinC - CDA	Carta	11/07/91	(Ref. 3.35, MinC, MinC - CDA, Carta, 11/07/91)
3.36	Carta do MinC criticando PL 132/91	MinC - CDA	Carta	12/07/91	(Ref. 3.36, MinC, MinC - CDA, Carta, 12/07/91)
3.37	Relação geral dos PLs tramitando no Congresso Nacional	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.37, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.38	Estudo comparativo de proteção de fonogramas em diferentes países	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.38, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.39	Estudo comparativo sobre quem é autor, nas diferentes legislações	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.39, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.40	Relação dos PLs apensados ao 5430/90	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.40, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.41	Relato do seminário de direito de autor latinoamericano de 1991	OMPI	Ata	23/04/91	(Ref. 3.41, MinC, OMPI, Ata, 23/04/91)
3.42	Relato do seminário de direito de autor latinoamericano de 1991 (2)	OMPI	Ata	26/04/91	(Ref. 3.42, MinC, OMPI, Ata, 26/04/91)
3.43	Relatório brasileiro sobre poderes públicos e a PI	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.43, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.44	Relato do seminário da UNESCO - a tradição anglo-saxã	UNESCO	Estudo	set/86	(Ref. 3.44, MinC, UNESCO, Estudo, set/86)

3.45	Relato do seminário da UNESCO - a tradição latina	UNESCO	Estudo	set/86	(Ref. 3.45, MinC, UNESCO, Estudo, set/86)
3.46	1ª reunião da comissão de PI do Subgrupo 7 (indústria) do Mercosul	Mercosul	Ata	27/04/98	(Ref. 3.46, MinC, Mercosul, Ata, 27/04/98)
3.47	Anexo I Lista de Participantes	Mercosul	Ata	28/10/98	(Ref. 3.47, MinC, Mercosul, Ata, 28/10/98)
3.48	Anexo II Agenda	Mercosul	Ata	05/1997	(Ref. 3.48, MinC, Mercosul, Ata, 05/1997)
3.49	Anexo III - Ata da reunião quadripartita do subgrupo 7 - indústria	Mercosul	Ata	02/07/1997	(Ref. 3.49, MinC, Mercosul, Ata, 02/07/1997)
3.50	Anexo IX - Proposta de temas de cooperação	Mercosul	Ata	1998	(Ref. 3.50, MinC, Mercosul, Ata, 1998)
3.51	Anexo VIII - Reunião de especialistas da OMPI	Mercosul	Ata	21/10/98	(Ref. 3.51, MinC, Mercosul, Ata, 21/10/98)
3.52	Lista de presença reunião GIPI	GIPI	Ata	17/06/98	(Ref. 3.52, MinC, GIPI, Ata, 17/06/98)
3.53	Livrinho - projeto de lei Luiz Mainardi sobre arrecadação e distribuição de direito autoral	Dep. Luiz Mainardi	Projeto de Lei	1997	(Ref. 3.53, MinC, Dep. Luiz Mainardi, Projeto de Lei, 1997)
3.54	Mercosul SGT 7 - Indústria - Ata 02/97	Mercosul	Ata	04/07/97	(Ref. 3.54, MinC, Mercosul, Ata, 04/07/97)
3.55	Mercosul SGT 7 - Indústria - Ata 03/98	Mercosul	Ata	28/10/98	(Ref. 3.55, MinC, Mercosul, Ata, 28/10/98)
3.56	Mercosul SGT 7 - Indústria - Ata 02/98	Mercosul	Ata	24/06/98	(Ref. 3.56, MinC, Mercosul, Ata, 24/06/98)
3.57	Nota técnica da STI para reunião do SGT 07 (2/98)	MICT - STI	Carta	19/06/98	(Ref. 3.57, MinC, MICT - STI, Carta, 19/06/98)
3.58	Convocação reunião GIPI	MICT - STI	Carta	25/03/98	(Ref. 3.58, MinC, MICT - STI, Carta, 25/03/98)
3.59	Carta do MinC à STI contendo ata da reunião da IV SGT 7 Mercosul	MinC - CDA	Carta	08/12/97	(Ref. 3.59, MinC, MinC - CDA, Carta, 08/12/97)
3.60	Fax de Coordenador Nacional do Grupo Mercado Comum ao Embaixador Jorge Campbell pedindo notificação do Tratado de Assunção	MRE	Carta	17/03/98	(Ref. 3.60, MinC, MRE, Carta, 17/03/98)
3.61	Fax de Piragibe Tarragô, Chefe da Divisão de Política Comercial, sobre histórico da negociação do art. 4º do TRIPS (clausula da nação mais favorecida), para negociações do GIPI sobre Mercosul	MRE	Carta	21/10/97	(Ref. 3.61, MinC, MRE, Carta, 21/10/97)
3.62	Non paper O Direito Autoral no âmbito do Mercosul	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.62, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.63	Non paper O Direito Autoral no âmbito do Mercosul (segundo)	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.63, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.64	Carta encaminhando ata da reunião SGT 02/97 Mercosul	MICT - STI	Carta	09/08/97	(Ref. 3.64, MinC, MICT - STI, Carta, 09/08/97)
3.65	Carta encaminhando ata da reunião SGT 03/97 Mercosul	MICT - STI	Carta	07/10/97	(Ref. 3.65, MinC, MICT - STI, Carta, 07/10/97)

3.66	Carta encaminhando ata da reunião SGT 01/98 Mercosul	MICT - STI	Carta	05/05/98	(Ref. 3.66, MinC, MICT - STI, Carta, 05/05/98)
3.67	Carta encaminhando ata da reunião SGT 02/98 Mercosul	MICT - STI	Carta	02/08/98	(Ref. 3.67, MinC, MICT - STI, Carta, 02/08/98)
3.68	Fax de Piragibe Tarragô, Chefe da Divisão de Política Comercial, sobre reunião na presidência em que se discutiu a cláusula de nação mais favorecida (discussões Mercosul)	MRE	Carta	02/10/97	(Ref. 3.68, MinC, MRE, Carta, 02/10/97)
3.69	Fax de Piragibe Tarragô, Chefe da Divisão de Política Comercial, sobre paper da coordenação intra-Mercosul sobre PI alternativa à ALCA	MRE	Carta	09/09/97	(Ref. 3.69, MinC, MRE, Carta, 09/09/97)
3.70	Fax de Piragibe Tarragô, Chefe da Divisão de Política Comercial, sobre paper da coordenação intra-Mercosul sobre PI alternativa à ALCA	MRE	Carta	10/09/97	(Ref. 3.70, MinC, MRE, Carta, 10/09/97)
3.71	Carta encaminhando ata da IV e V reunião SGT Mercosul	MICT - STI	Carta	08/12/97	(Ref. 3.71, MinC, MICT - STI, Carta, 08/12/97)
3.72	Proposta da ABPI sobre possível acordo de harmonização do direito de autor no Mercosul	ABPI	Carta	24/08/98	(Ref. 3.72, MinC, ABPI, Carta, 24/08/98)
3.73	Reunião do GIPI - proposta agenda reunião Uruguay	GIPI	Ata	31/03/98	(Ref. 3.73, MinC, GIPI, Ata, 31/03/98)
3.74	Relato da Secretaria Executiva do GIPI sobre propostas de temas para aprofundamento da união aduaneira em matéria de propriedade intelectual	GIPI	Ata	15/08/97	(Ref. 3.74, MinC, GIPI, Ata, 15/08/97)
3.75	Notas da CDA MinC sobre a reunião GIPI 17/06/98	MinC - CDA	Notas	17/06/98	(Ref. 3.75, MinC, MinC - CDA, Notas, 17/06/98)
3.76	Comparação PL 2148/89 e Projeto Genoino	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.76, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.77	Análise preliminar PL 2951/92 de José Genoíno	MinC - CDA	Estudo	28/01/93	(Ref. 3.77, MinC, MinC - CDA, Estudo, 28/01/93)
3.78	Análise preliminar novo texto que altera a legislação autoral do Deputado José Genoíno (versão 1995)	MinC - CDA	Estudo	16/05/95	(Ref. 3.78, MinC, MinC - CDA, Estudo, 16/05/95)
3.79	Comentários sobre o substitutivo de autoria do Deputado Aloysio Nunes Ferreira - críticas à informação técnica n. 004/95 da CDA/MinC	Sem autor	Carta	sem data	(Ref. 3.79, MinC, Sem autor, Carta, sem data)
3.80	Considerações sobre a legislação autoral	Sem autor	Carta	sem data	(Ref. 3.80, MinC, Sem autor, Carta, sem data)
3.81	Projeto de Lei 1.356/95 - comentário e análise	Marcus Vinicius	Carta	15/04/96	(Ref. 3.81, MinC, Marcus Vinicius, Carta, 15/04/96)
3.82	Nota preliminar sobre alguns aspectos do PL 2951/92 - sobre direito autoral	Sem autor	Carta	sem data	(Ref. 3.82, MinC, Sem autor, Carta, sem data)
3.83	Observações da Amar sobre o documento da CDA, sobre o projeto Genoino, depois	Amar	Carta	1992	(Ref. 3.83, MinC, Amar, Carta, 1992)

	da reunião de 2.9.92				
3.84	Carta ao Ministro da Justiça, Nelson Jobim, pedindo providências relacionadas à CPI do ECAD	Comissão Nacional de Autores e Compositores Musicais	Carta	09/05/96	(Ref. 3.84, MinC, Comissão Nacional de Autores e Compositores Musicais, Carta, 09/05/96)
3.85	Carta ao Ministro da Cultura, Weffort, expressando insatisfação com possibilidade de votação dos PLs 1356, 1357 e 1358/95	Amar	Carta	09/08/96	(Ref. 3.85, MinC, Amar, Carta, 09/08/96)
3.86	Coleta de posições das associações sobre o PL 2.148/89	Pedrina Rosa Pinto de Sousa/SEC	Estudo	set/91	(Ref. 3.86, MinC, Pedrina Rosa Pinto de Sousa/SEC, Estudo, set/91)
3.87	Relatório do MinC sobre Projeto Genoino (2951/92)	MinC - CDA	Estudo	dez/92	(Ref. 3.87, MinC, MinC - CDA, Estudo, dez/92)
3.88	Análise do substitutivo	Sem autor	Estudo	sem data	(Ref. 3.88, MinC, Sem autor, Estudo, sem data)
3.89	Degração do discurso do FHC na sanção da lei	Planalto	Discurso	19/02/98	(Ref. 3.89, MinC, Planalto, Discurso, 19/02/98)
3.90	Email Azeredo com descrição dos trabalhos	José Luiz Motta de Azeredo	Carta	10/12/97	(Ref. 3.90, MinC, José Luiz Motta de Azeredo, Carta, 10/12/97)
3.91	Emendas propostas	Sem autor	Emendas de plenário	Sem data	(Ref. 3.91, MinC, Sem autor, Emendas de plenário, Sem data)
3.92	Relatório de Aloysio sobre PL 5430/90	Deputado Aloysio Nunes	Relatório	10/09/97	(Ref. 3.92, MinC, Deputado Aloysio Nunes, Relatório, 10/09/97)
3.93	Sistematização das emendas apresentadas	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.93, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.94	Substitutivo de Aloysio Nunes na Comissão Especial	Deputado Aloysio Nunes	Projeto de Lei	10/09/97	(Ref. 3.94, MinC, Deputado Aloysio Nunes, Projeto de Lei, 10/09/97)
3.95	Sistematização das emendas do executivo e sua JUSTIFICATIVA	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.95, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.96	Emendas de plenário	Sem autor	Emendas de plenário	dez/97	(Ref. 3.96, MinC, Sem autor, Emendas de plenário, dez/97)
3.97	Sistematização das emendas apresentadas, antes de situação final	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.97, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.98	Propostas do executivo sobre o PL 5430/90; anotada	MinC - CDA	Estudo	25/08/97	(Ref. 3.98, MinC, MinC - CDA, Estudo, 25/08/97)
3.99	Propostas do executivo sobre o PL 5430/90; segunda versão	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.99, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.100	Propostas do executivo sobre o PL 5430/90; terceira versão	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.100, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.101	Relatório da CCTCI sobre PL 5430, relator Aloysio Nunes	CCTCI	Relatório	1995	(Ref. 3.101, MinC, CCTCI, Relatório, 1995)
3.102	Tabela com pontos aceitos pelo Executivo a partir de sugestões do Setor Empresarial	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.102, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.103	Comentários do Executivo ao 5430 pré OMPI	MinC - CDA	Carta	1996	(Ref. 3.103, MinC, MinC - CDA, Carta, 1996)
3.104	Comentários da UBC sobre Substitutivo de Aloysio	UBC	Carta	09/10/97	(Ref. 3.104, MinC, UBC, Carta, 09/10/97)

3.105	Emendas de plenário	Sem autor	Emendas de plenário	sem data	(Ref. 3.105, MinC, Sem autor, Emendas de plenário, sem data)
3.106	Emendas de plenário segunda parte	Sem autor	Emendas de plenário	sem data	(Ref. 3.106, MinC, Sem autor, Emendas de plenário, sem data)
3.107	Texto de José Cretella sobre a parte autoral na CF88	José Cretella Jr.	Artigo	jul/97	(Ref. 3.107, MinC, José Cretella Jr., Artigo, jul/97)
3.108	Notas ao relator sobre substitutivo ao PL 5430/90	Sem autor	Carta	sem data	(Ref. 3.108, MinC, Sem autor, Carta, sem data)
3.109	Propostas do executivo sobre o PL 5430/90; com situação sobre aceitação	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.109, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.110	Carta da CDA sobre PL 387	MinC - CDA	Carta	09/10/97	(Ref. 3.110, MinC, MinC - CDA, Carta, 09/10/97)
3.111	Sistematização das emendas consolidadas (legislativo + executivo) e situação	MinC - CDA	Estudo	Sem data	(Ref. 3.111, MinC, MinC - CDA, Estudo, Sem data)
3.112	Propostas da CDA para o substitutivo do PL 5430	MinC - CDA	Estudo	18/08/97	(Ref. 3.112, MinC, MinC - CDA, Estudo, 18/08/97)
3.113	Emendas de plenário assinados	Sem autor	Emendas de plenário	sem data	(Ref. 3.113, MinC, Sem autor, Emendas de plenário, sem data)
3.114	Notas taquigráficas PL 5430	Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	97	(Ref. 3.114, MinC, Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 97)
3.115	Substitutivo de Aloysio Nunes e análise	UBC	Carta	06/10/97	(Ref. 3.115, MinC, UBC, Carta, 06/10/97)
3.116	Carta da MPA com projeto de lei do Paraguai	MPA	Carta	10/07/97	(Ref. 3.116, MinC, MPA, Carta, 10/07/97)
3.117	Carta da MPA com análise ao substitutivo do PL 5430/90	MPA	Carta	29/08/97	(Ref. 3.117, MinC, MPA, Carta, 29/08/97)
3.118	E-mail de Lucia Rangel encaminhando análise da MPA	MPA	Carta	02/09/97	(Ref. 3.118, MinC, MPA, Carta, 02/09/97)
3.119	Quadro resumo de propostas do setor empresarial	MinC - CDA	Estudo	Sem data	(Ref. 3.119, MinC, MinC - CDA, Estudo, Sem data)
3.120	Análise do substitutivo	Sem autor	Carta	Sem data	(Ref. 3.120, MinC, Sem autor, Carta, Sem data)
3.121	Carta Câmara Municipal de Ribeirão Preto apoiando moção contra PL	CMRibeirão Preto	Carta	18/12/97	(Ref. 3.121, MinC, CMRibeirão Preto, Carta, 18/12/97)
3.122	Carta da Sicam criticando pontos do projeto	Sicam	Carta	22/01/98	(Ref. 3.122, MinC, Sicam, Carta, 22/01/98)
3.123	Diferenças entre aprovado na CD e texto final	MinC - CDA	Estudo	Sem data	(Ref. 3.123, MinC, MinC - CDA, Estudo, Sem data)
3.124	Carta de Eduardo Pimenta chamando PL aprovado de escravidão intelectual	Eduardo Pimenta	Carta	29/12/97	(Ref. 3.124, MinC, Eduardo Pimenta, Carta, 29/12/97)
3.125	Nota técnica Senado sobre proposições de alterações	Senado Federal	Nota técnica	28/01/98	(Ref. 3.125, MinC, Senado Federal, Nota técnica, 28/01/98)
3.126	Parte final parecer de aprovação no Senado	Senado Federal	Parecer	sem data	(Ref. 3.126, MinC, Senado Federal, Parecer, sem data)
3.127	Projeto 5430-C, aprovado na Câmara	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	10/12/97	(Ref. 3.127, MinC, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 10/12/97)
3.128	Quadro comparativo arts 36, 37 e 38 CD x Senado	MinC - CDA	Estudo	Sem data	(Ref. 3.128, MinC, MinC - CDA, Estudo, Sem data)

3.129	Quadro comparativo lei de 1973 x PL aprovado na CD	MinC - CDA	Estudo	Sem data	(Ref. 3.129, MinC, MinC - CDA, Estudo, Sem data)
3.130	Subemendas, emendas e pareceres a emendas	Câmara dos Deputados	Parecer	1997	(Ref. 3.130, MinC, Câmara dos Deputados, Parecer, 1997)
3.131	Substitutivo CCTCI e comentários	Sem autor	Estudo	sem data	(Ref. 3.131, MinC, Sem autor, Estudo, sem data)
3.132	Análise MinC sobre PLS 29/89	MinC - CDA	Nota técnica	sem data	(Ref. 3.132, MinC, MinC - CDA, Nota técnica, sem data)
3.133	Discordância do CDA sobre veto art. 68 par. 3o	MinC - CDA	Nota técnica	sem data	(Ref. 3.133, MinC, MinC - CDA, Nota técnica, sem data)
3.134	Nota técnica CDA sobre Lei do Software	MinC - CDA	Nota técnica	11/02/98	(Ref. 3.134, MinC, MinC - CDA, Nota técnica, 11/02/98)
3.135	Nota técnica CDA sobre nova LDA	MinC - CDA	Nota técnica	sem data	(Ref. 3.135, MinC, MinC - CDA, Nota técnica, sem data)
3.136	Notas taquigráficas CD	Câmara dos Deputados	Documento de tramitação	1997	(Ref. 3.136, MinC, Câmara dos Deputados, Documento de tramitação, 1997)
3.137	Pedido de informação da presidência sobre nova Lei ao MinC, e resposta CDA	Presidência / MinC - CDA	Nota técnica	09/02/98	(Ref. 3.137, MinC, Presidência / MinC - CDA, Nota técnica, 09/02/98)
3.138	Projeto aprovado no Senado + informações MinC	MinC - CDA	Nota técnica	sem data	(Ref. 3.138, MinC, MinC - CDA, Nota técnica, sem data)
3.139	Quadro de propostas do poder executivo aprovadas no projeto final	MinC - CDA	Estudo	sem data	(Ref. 3.139, MinC, MinC - CDA, Estudo, sem data)
3.140	Razões de veto art. 17 PLS 249	Minc - CDA	Nota técnica	sem data	(Ref. 3.140, MinC, Minc - CDA, Nota técnica, sem data)
3.141	Substitutivo e relatório Aloysio na Comissão Especial (na ordem certa)	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei / Relatório	10/09/97	(Ref. 3.141, MinC, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei / Relatório, 10/09/97)
3.142	Veto do executivo e lei consolidada	Presidência	Veto / Lei	19/02/98	(Ref. 3.142, MinC, Presidência, Veto / Lei, 19/02/98)
3.143	Agência Senad fala sobre reunião de ACM com Marília Pera e Fernanda Montenegro sobre 36 37 e 38	Agência Senad	Notas	09/01/98	(Ref. 3.143, MinC, Agência Senad, Notas, 09/01/98)
3.144	Artigos diferentes entre PL Original e da CD, arts 52 e 31 / 38	Sem autor	Estudo	sem data	(Ref. 3.144, MinC, Sem autor, Estudo, sem data)
3.145	Carta Amar sobre arts. 17, 36, 37 e 38	Amar	Carta	06/02/98	(Ref. 3.145, MinC, Amar, Carta, 06/02/98)
3.146	Carta Anacim de denúncias	Anacim	Carta	09/12/88	(Ref. 3.146, MinC, Anacim, Carta, 09/12/88)
3.147	Carta ABDA a Romeu Tuma sobre art. 102	IBDA	Carta	sem data	(Ref. 3.147, MinC, IBDA, Carta, sem data)
3.148	Carta Jose Arruda a Romeu Tuma sobre arts. 36, 37 e 38	Deputado João Arruda	Carta	15/01/98	(Ref. 3.148, MinC, Deputado João Arruda, Carta, 15/01/98)
3.149	Carta Sated a Romeu Tuma pedindo supressão dos arts. 36, 37 e 38	Sated SP	Carta	19/12/97	(Ref. 3.149, MinC, Sated SP, Carta, 19/12/97)
3.150	Carta Sated a Romeu Tuma pedindo supressão dos arts. 36, 37 e 38	Sated SP	Carta	23/01/98	(Ref. 3.150, MinC, Sated SP, Carta, 23/01/98)
3.151	Carta Sated RJ a Romeu Tuma pedindo supressão	Sated RJ	Carta	21/01/98	(Ref. 3.151, MinC, Sated RJ, Carta, 21/01/98)

	dos arts 36, 37 e 38				
3.152	Email Flavio Dias encaminhando carta Sated	Flavio Dias D'Oliveira	Carta	21/01/98	(Ref. 3.152, MinC, Flavio Dias D'Oliveira, Carta, 21/01/98)
3.153	Emendas supressivas no SF	Senado Federal	Emendas de plenário	jan/98	(Ref. 3.153, MinC, Senado Federal, Emendas de plenário, jan/98)
3.154	Certidão de abertura de inquérito contra ECAD, associações etc	Polícia Federal	Certidão	14/02/97	(Ref. 3.154, MinC, Polícia Federal, Certidão, 14/02/97)
3.155	Nota do MinC sobre o direito de distribuição e sua inclusão na nova LDA	MinC - CDA	Nota técnica	sem data	(Ref. 3.155, MinC, MinC - CDA, Nota técnica, sem data)
3.156	Parecer Romeu Tuma no SF + Substitutivo	Dep. Romeu Tuma	Parecer / Projeto de Lei	1998	(Ref. 3.156, MinC, Dep. Romeu Tuma, Parecer / Projeto de Lei, 1998)
3.157	Relatório Romeu Tuma + Pedido de destaque arts 36 37 38	Dep. Romeu Tuma	Relatório	1998	(Ref. 3.157, MinC, Dep. Romeu Tuma, Relatório, 1998)

4. Arquivo Pesquisa

Ref.	Nome geral do documento	Órgão / instituição / pessoa de proveniência	Tipo de documento	Data	Citação
4.1	Dossiê PL 1.252/1988	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	28/11/88	(Ref. 4.1, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 28/11/88)
4.2	Dossiê PL 1.431/1988	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	14/12/88	(Ref. 4.2, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 14/12/88)
4.3	Dossiê PL 3.795/1988	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	11/08/89	(Ref. 4.3, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 11/08/89)
4.4	Dossiê PL 4.322/1989	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	12/12/89	(Ref. 4.4, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 12/12/89)
4.5	Dossiê PL 4.367/1989	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	29/11/89	(Ref. 4.5, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 29/11/89)
4.6	Dossiê PL 132/1991	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	21/02/91	(Ref. 4.6, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 21/02/91)
4.7	Dossiê PL 427/1991	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	29/03/91	(Ref. 4.7, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 29/03/91)
4.8	Dossiê PL 884/1991	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	25/04/91	(Ref. 4.8, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 25/04/91)
4.9	Dossiê PL 2.441/1991	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	12/12/91	(Ref. 4.9, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 12/12/91)
4.10	Dossiê PL 2.442/1991	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	12/12/91	(Ref. 4.10, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 12/12/91)
4.11	Dossiê PL 2.933/1992	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	28/05/92	(Ref. 4.11, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 28/05/92)
4.12	Dossiê PL 2.934/1992	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	28/05/92	(Ref. 4.12, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 28/05/92)
4.13	Dossiê PL 2.951/1992	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	03/06/92	(Ref. 4.13, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 03/06/92)
4.14	Dossiê PL 3.020/1992	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	23/06/92	(Ref. 4.14, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 23/06/92)
4.15	Dossiê PL 3.455/1992	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	16/12/92	(Ref. 4.15, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 16/12/92)

4.16	Dossiê PL 3.456/1992	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	16/12/92	(Ref. 4.16, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 16/12/92)
4.17	Dossiê PL 4.596/1994	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	01/06/94	(Ref. 4.17, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 01/06/94)
4.18	Diário PL 641/1995	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	19/09/95	(Ref. 4.18, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 19/09/95)
4.19	Diário PL 964/1995	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	09/08/1995	(Ref. 4.19, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 09/08/1995)
4.20	Dossiê PL 1.006/1995	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	27/09/95	(Ref. 4.20, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 27/09/95)
4.21	Dossiê PL 1.162/1995	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	31/10/95	(Ref. 4.21, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 31/10/95)
4.22	Dossiê PL 1.356/1995 CIECA	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	28/11/95	(Ref. 4.22, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 28/11/95)
4.23	Dossiê PL 1.357/1995 CIECA	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	12/12/95	(Ref. 4.23, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 12/12/95)
4.24	Dossiê PL 1.358/1995 CIECA	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	12/12/95	(Ref. 4.24, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 12/12/95)
4.25	Dossiê PL 1.436/1996	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	11/01/96	(Ref. 4.25, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 11/01/96)
4.26	Dossiê PL 1.874/1996	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	08/05/96	(Ref. 4.26, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 08/05/96)
4.27	Dossiê PL 2.139/1996	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	01/07/96	(Ref. 4.27, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 01/07/96)
4.28	Dossiê PL 2.325/1996	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	27/08/96	(Ref. 4.28, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 27/08/96)
4.29	Dossiê PL 2.591/1996	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	29/11/96	(Ref. 4.29, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 29/11/96)
4.30	Dossiê PL 3.054/1997	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	05/05/97	(Ref. 4.30, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 05/05/97)
4.31	Dossiê PL 3.223/1997	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	10/06/97	(Ref. 4.31, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 10/06/97)
4.32	Dossiê PL 3.454/1997	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	06/08/97	(Ref. 4.32, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 06/08/97)
4.33	Dossiê Lei 9.610/1998	Câmara dos Deputados	Lei e PLs	19/02/1998	(Ref. 4.33, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Lei e PLs, 19/02/1998)
4.34	Lista de Ministros de Estado da Cultura	MinC - LAI	Informação	23/10/2017	(Ref. 4.34, Pesquisa, MinC - LAI, Informação, 23/10/2017)
4.35	Draft Ministerial Declaration	GATT	Comunicação	23/06/1986	(Ref. 4.35, Pesquisa, GATT, Comunicação, 23/06/1986)
4.36	Draft Ministerial Declaration - addendum	GATT	Comunicação	22/07/1986	(Ref. 4.36, Pesquisa, GATT, Comunicação, 22/07/1986)
4.37	Submissão do Brasil ao Grupo TRIPS	GATT	Submissão	31/10/1988	(Ref. 4.37, Pesquisa, GATT, Submissão, 31/10/1988)
4.38	Dossiê PL 2.148/89 - Projeto Genóio	Câmara dos Deputados	Projeto de Lei	27/04/1989	(Ref. 4.38, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei, 27/04/1989)
4.39	Anteprojeto Relator Subcomissão	Câmara dos Deputados - Constituinte	Anteprojeto	01/05/1987	(Ref. 4.39, Pesquisa, Câmara dos Deputados - Constituinte, Anteprojeto, 01/05/1987)
4.40	Emendas Subcomissão	Câmara dos Deputados - Constituinte	Emendas	23/05/1987	(Ref. 4.40, Pesquisa, Câmara dos Deputados - Constituinte, Emendas, 23/05/1987)
4.41	Anteprojeto Subcomissão	Câmara dos Deputados - Constituinte	Anteprojeto	23/05/1987	(Ref. 4.41, Pesquisa, Câmara dos Deputados - Constituinte, Anteprojeto, 23/05/1987)
4.42	Ata de audiências	Câmara dos Deputados - Constituinte	Ata	27/04/1987	(Ref. 4.42, Pesquisa, Câmara dos Deputados - Constituinte, Ata, 27/04/1987)
4.43	Anteprojeto Comissão	Câmara dos Deputados - Constituinte	Anteprojeto	08/06/1987	(Ref. 4.43, Pesquisa, Câmara dos Deputados - Constituinte, Anteprojeto, 08/06/1987)
4.44	Emendas Plenário	Câmara dos Deputados - Constituinte	Emendas	13/01/1988	(Ref. 4.44, Pesquisa, Câmara dos Deputados - Constituinte, Emendas, 13/01/1988)
4.45	Informações sobre GIPI	MDIC - LAI	Informação	26/12/2017	(Ref. 4.45, Pesquisa, MDIC - LAI, Informação, 26/12/2017)
4.46	Dossiê Lei 6.800/80	Câmara dos Deputados	Lei e PLs	01/07/1980	(Ref. 4.46, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Lei e PLs, 01/07/1980)

4.47	Notas Taquigráficas CESP 1	Câmara dos Deputados	Notas	13/08/1997	(Ref. 4.47, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Notas, 13/08/1997)
4.48	Notas Taquigráficas CESP 2	Câmara dos Deputados	Notas	27/08/1997	(Ref. 4.48, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Notas, 27/08/1997)
4.49	Notas Taquigráficas CESP 3	Câmara dos Deputados	Notas	10/09/1997	(Ref. 4.49, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Notas, 10/09/1997)
4.50	Notas Taquigráficas CESP 4	Câmara dos Deputados	Notas	17/09/1997	(Ref. 4.50, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Notas, 17/09/1997)
4.51	Notas Taquigráficas CESP 5	Câmara dos Deputados	Notas	23/09/1997	(Ref. 4.51, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Notas, 23/09/1997)
4.52	Notas Taquigráficas CESP 6	Câmara dos Deputados	Notas	24/09/1997	(Ref. 4.52, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Notas, 24/09/1997)
4.53	Notas Taquigráficas CESP 7	Câmara dos Deputados	Notas	22/10/1997	(Ref. 4.53, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Notas, 22/10/1997)
4.54	Notas Taquigráficas CESP 8	Câmara dos Deputados	Notas	06/11/1997	(Ref. 4.54, Pesquisa, Câmara dos Deputados, Notas, 06/11/1997)

Anexo II: Comparações entre leis, projetos e propostas

1. Lei n. 5.988/73 x Lei n. 9.610/98
2. Lei n. 5.988/73 x PLS 249/89
3. Lei n. 5.988/73 x Substitutivo da CCTCI
4. PLS 249/89 x Substitutivo da CCTCI
5. PLS 249/89 x Substitutivo da CESP
6. PLS 249/89 x Lei n. 9.610/98
7. Substitutivo da CCTCI x Substitutivo da CESP
8. Proposta do Executivo x Lei n. 9.610/98
9. Substitutivo da CESP x Lei n. 9.610/98

Dada a extensão dos arquivos, eles foram hospedados neste link: http://bit.do/MV_AnexoII

Anexo III: Projeto Genóio

Hospedado neste link: http://bit.do/MV_AnexoIII

Anexo IV: Quadro de evolução das proposições, por temas

1) Lei n. 5.988/73	2) PL do Senado n. 249/89	3) Substitutivo Aloysio Nunes na CCTCI na Câmara, 1995	4) Proposta do Executivo	5) Substitutivo Aloysio Nunes na Comissão Especial na Câmara	6) Lei n. 9610/98
Título I - Disposições Preliminares	Título I - Disposições Preliminares	Título I - Disposições Preliminares	Título I - Disposições Preliminares	Título I - Disposições Preliminares	Título I - Disposições Preliminares
Título II - Das Obras Intelectuais	Título II - Das Obras Intelectuais	Título II - Das Obras Intelectuais	Título II - Das obras literárias ou artísticas	Título II - Das Obras Intelectuais	Título II - Das Obras Intelectuais
Capítulo II - Das Obras Intelectuais Protegidas	Capítulo II - Das Obras Intelectuais Protegidas	Capítulo II - Das Obras Intelectuais	Capítulo I - Das Obras Protegidas	Capítulo I - Das Obras Protegidas	Capítulo I - Das Obras Protegidas
Capítulo II - Da Autoria das Obras Intelectuais	Capítulo II - Da Autoria das Obras Intelectuais	Capítulo II - Da Autoria das Obras Intelectuais	Capítulo II - Da Autoria das Obras Literárias ou Artísticas	Capítulo II - Da Autoria das Obras Literárias, Artísticas ou Científicas	Capítulo II - Da Autoria das Obras Intelectuais
Capítulo III - Do Registro das Obras Intelectuais	Capítulo III - Do Registro das Obras Intelectuais	Capítulo III - Do Registro das Obras Intelectuais	Capítulo III - Do Registro das Obras Literárias ou Artísticas	Capítulo III - Do Registro das Obras Literárias, Artísticas ou Científicas	Capítulo III - Do Registro das Obras Intelectuais
Título III - Dos Direitos do Autor	Título III - Dos Direitos do Autor	Título III - Dos Direitos do Autor	Título III - Dos Direitos do Autor	Título III - Dos Direitos do Autor	Título III - Dos Direitos do Autor
Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares
Capítulo II - Dos Direitos Morais do Autor	Capítulo II - Dos Direitos Morais do Autor	Capítulo II - Dos Direitos Morais do Autor	Capítulo II - Dos Direitos Morais do Autor	Capítulo II - Dos Direitos Morais do Autor	Capítulo II - Dos Direitos Morais do Autor
Capítulo III - Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração	Capítulo III - Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração	Capítulo III - Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração	Capítulo III - Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração	Capítulo III - Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração	Capítulo III - Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração
Capítulo IV - Das Limitações aos Direitos de Autor	Capítulo IV - Das Limitações aos Direitos de Autor	Capítulo IV - Das Limitações aos Direitos de Autor	Capítulo IV - Das Limitações aos Direitos de Autor	Capítulo IV - Das Limitações aos Direitos de Autor	Capítulo IV - Das Limitações aos Direitos Autorais
Capítulo V - Da Cessão dos Direitos de Autor	Capítulo V - Da Cessão dos Direitos de Autor	Capítulo V - Da Cessão dos Direitos de Autor	Capítulo V - Da Cessão e da Licença dos Direitos de Autor	Capítulo V - Da Cessão dos Direitos de Autor	Capítulo V - Da Transferência dos Direitos de Autor

Título IV - Da Utilização de Obras Intelectuais	Título IV - Da Utilização de Obras Intelectuais	Título IV - Da Utilização de Obras Intelectuais	Título IV - Da Utilização de Obras Intelectuais	Título IV - Da Utilização de Obras Intelectuais	Título IV - Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas
Capítulo I - Da Edição	Capítulo I - Da Edição	Capítulo I - Da Edição	Capítulo I - Da Edição	Capítulo I - Da Edição	Capítulo I - Da Edição
Capítulo II - Da Representação e da Execução	Capítulo II - Da Representação e da Execução	Capítulo II - Da Representação e da Execução	Capítulo II - Da Representação e da Execução	Capítulo II - Da Comunicação ao Público	Capítulo II - Da Comunicação ao Público
Capítulo III - Da Utilização da Obra de Arte Plástica	Capítulo III - Da Utilização da Obra de Arte Plástica	Capítulo III - Da Utilização da Obra de Arte Plástica	Capítulo III - Da Utilização da Obra de Arte Plástica	Capítulo III - Da Utilização da Obra de Arte Plástica	Capítulo III - Da Utilização da Obra de Arte Plástica
Capítulo IV - Da Utilização da Obra Fotográfica	Capítulo IV - Da Utilização da Obra Fotográfica		Capítulo IV - Da Utilização da Obra Fotográfica	Capítulo IV - Da Utilização da Obra Fotográfica	Capítulo IV - Da Utilização da Obra Fotográfica
Capítulo V - Da Utilização de Fonograma	Capítulo V - Da Utilização de Fonograma	Capítulo IV - Da Utilização de Fonograma	Capítulo V - Da Utilização de Fonograma	Capítulo V - Da Utilização de Fonograma	Capítulo V - Da Utilização de Fonograma
Capítulo V - Da Utilização de Obra cinematográfica	Capítulo VI - Da Utilização da Obra Audiovisual	Capítulo V - Da Utilização da Obra Audiovisual	Capítulo VI - Da Utilização da Obra Audiovisual	Capítulo VI - Da Utilização da Obra Audiovisual	Capítulo VI - Da Utilização da Obra Audiovisual
Capítulo VII - Da utilização da obra publicada em diários e periódicos	Capítulo VII - Da utilização da obra publicada em diários e periódicos	Capítulo VI - Da utilização da obra publicada em diários e periódicos	Capítulo VII - Da Utilização de Bases de Dados	Capítulo VII - Da Utilização de Bases de Dados	Capítulo VII - Da Utilização de Bases de Dados
Capítulo VIII - Da Utilização de obras pertencentes ao domínio público	Capítulo VIII - Da Utilização da Obra Coletiva	Capítulo VII - Da Utilização da Obra Coletiva	Capítulo VIII - Da Utilização da Obra Coletiva	Capítulo VIII - Da Utilização da Obra Coletiva	Capítulo VIII - Da Utilização da Obra Coletiva
Título V - Dos Direitos Conexos	Título V - Dos Direitos Conexos	Título V - Dos Direitos Conexos	Título V - Dos Direitos Conexos	Título V - Dos Direitos Conexos	Título V - Dos Direitos Conexos
Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares	Capítulo I - Disposições Preliminares
Capítulo II - Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes e dos Produtores de Fonogramas	Capítulo II - Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes e dos Produtores de Fonogramas	Capítulo II - Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes e dos Produtores de Fonogramas	Capítulo II - Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes	Capítulo II - Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes	Capítulo II - Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes

Capítulo III - Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão	Capítulo III - Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão	Capítulo III - Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão	Capítulo III - Dos Direitos dos Produtores Fonográficos	Capítulo III - Dos Direitos dos Produtores Fonográficos	Capítulo III - Dos Direitos dos Produtores Fonográficos
Capítulo IV - Do Direito de arena	Capítulo IV - Do Direito de arena		Capítulo IV - Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão	Capítulo IV - Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão	Capítulo IV - Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão
Capítulo V - Da Duração dos Direitos Conexos	Capítulo V - Da Duração dos Direitos Conexos	Capítulo IV - Da Duração dos Direitos Conexos	Capítulo V - Da Duração dos Direitos Conexos	Capítulo V - Da Duração dos Direitos Conexos	Capítulo V - Da Duração dos Direitos Conexos
Título VI - Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos	Título VI - Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos	Título VI - Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos	Título VI - Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos	Título VI - Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos	Título VI - Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos
TÍTULO VII - Do Conselho Nacional de Direito Autoral	TÍTULO VII - Das disposições gerais	TÍTULO VII - Das disposições gerais	TÍTULO VII - Dos crimes contra os direitos autorais e os que lhe são conexos		
			CAPÍTULO I - Dos Crimes contra os Direitos Morais do Autor e dos Artistas Intérpretes ou Executantes		
			CAPÍTULO II - Dos crimes contra os direitos patrimoniais do autor e dos titulares de direitos conexos		
			CAPÍTULO III - Das disposições gerais		
TÍTULO VIII - Das sanções às violações dos direitos de autor e direitos que lhe são conexos	TÍTULO VIII - Das sanções às violações dos direitos de autor e direitos que lhe são conexos	TÍTULO VIII - Das sanções às violações dos direitos de autor e direitos que lhe são conexos	TÍTULO VIII - Das sanções às violações dos direitos de autor e direitos que lhe são conexos	Título VII - Das sanções às violações dos Direitos de Autor e dos que lhe são Conexos	Título VII - Das Sanções às Violações dos Direitos Autorais

CAPÍTULO I - Disposição Preliminar	CAPÍTULO I - Disposição Preliminar	CAPÍTULO I - Disposição Preliminar		Capítulo I - Disposição Preliminar	Capítulo I - Disposição Preliminar
CAPÍTULO II - Das sanções civis e administrativas	CAPÍTULO II - Das sanções civis e administrativas	CAPÍTULO II - Das sanções civis e administrativas	CAPÍTULO I - Das sanções civis	Capítulo II - Das Sanções Civis	Capítulo II - Das Sanções Civis
CAPÍTULO III - Da prescrição	CAPÍTULO III - Da decadência da ação	CAPÍTULO III - Da prescrição da ação	CAPÍTULO II - Da prescrição da ação	Capítulo III - Da Prescrição da Ação	Capítulo III - Da Prescrição da Ação
TÍTULO IX - Disposições finais e transitórias	TÍTULO IX - Disposições finais e transitórias		TÍTULO IX - Disposições finais e transitórias	Título VIII - Disposições Finais e Transitórias	Título VIII - Disposições Finais e Transitórias

Disponível também em: http://bit.do/MV_AnexoIV

Anexo V: Descrição dos PLs apensados ao 5.430/90

N. PL	Propositor	Tema	Descrição	Const. Jurid. Tecn. Leg.	Mérito
1252/88	Daso Coimbra PMDB/RJ	Sucessão e prazo de proteção	Regulava a transmissão dos direitos autorais aos herdeiros. A principal questão era que estabelecia 50 anos após a morte do autor para ascendentes e descendentes, e 30 anos para colaterais; após esse prazo, direitos passariam à associação profissional a que pertencia, e se não existisse, ao domínio público. Projeto chegou a receber substitutivo na CCJR da Câmara. ⁶⁹⁴	SIM	NÃO
1431/88	José Camargo (PFL/SP)	Sucessão e prazo de proteção	Direito autoral cabe ao cônjuge, e primeira geração de descendentes durante 30 anos, e a ascendentes enquanto viverem.	SIM	NÃO
3795/89	Ismael Wanderley (PTR/RN)	Sucessão e prazo de proteção; Tipos de obras	Justificando que não havia necessidade de outra lei, porque a anterior era recente, buscava regulamentar a CF, dispondo sobre obra coletiva, individual e derivada, registro, e estabelecendo prazo de 30 anos de proteções para descendentes.	SIM	SIM
4322/89	Ismael Wanderley (PTR/RN)	Sucessão e prazo de proteção	Estabelecia apenas o prazo de 30 anos, para descendentes até os netos, cônjuge, ou de 20, por testamento. ⁶⁹⁵	SIM	NÃO
4367/89	Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)	Sucessão e divisão de direitos	Estabelecia direito dos sucessores por até 50 anos; possibilidade de organização em representações classistas ou organismos privados para assegurar fiscalização da arrecadação, e que o autor e interprete de obras musicais, e diretor e intérpretes de obras cinematográficas, dividirão os direitos de adaptação ou	SIM	SIM Projeto considerado aprovado nos termos do substitutivo, com exceção da questão sucessória.

⁶⁹⁴ Houve manifestação de Otávio Afonso, da CDA, à própria Secretaria de Cultura, em 1991, para não apoiar o PL 1.252/88, considerando que ele mudava a ordem de sucessão hereditária, e misturava direito de autor com direito de imagem (Ref. 3.32, MinC, MinC – CDA, Carta, 10/07/91).

⁶⁹⁵ Na justificativa, o autor do projeto cita opinião do Jorge Amado contra o PL 2148/89, aquela carta mencionada atrás, em que o escritor fala que não há antagonismo entre escritores e editores. É uma demonstração de populismo, já que julga estar atacando o prazo de 2 anos para o contrato de edição que o Jorge Amado criticou, mas está em realidade tratando o prazo de proteção dos direitos patrimoniais como um todo (e diminuindo-o). Em informação à Secretaria da Cultura em 1991, Otávio Afonso critica vários pontos do projeto, reputando os problemas a desconhecimento por parte de seu autor (Ref. 3.35, MinC, MinC – CDA, Carta, 11/07/91).

			reprodução.		
132/91	Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)	Sucessão e divisão de direitos	Igual ao anterior. ⁶⁹⁶	SIM	SIM
427/91*	Jandira Feghali (PDdB/RJ)	Cotas; Numeração de fonogramas	Estabelecia percentual mínimo de execução de música brasileira nas emissoras de radiodifusão, e estabelecia a numeração de fonogramas e sanções para descumprimento. O projeto foi rejeitado pela CCTCI em 93, e aprovado na CECD (Comissão de Educação, Cultura e Desporto), com emendas, em 93, então aprovado pela CCJ em 94 nesses termos.	SIM	Desdobramento para tramitação como proposição autônoma
884/91	Freire Júnior (PRN/TO)	Sucessão e prazo de proteção	Estabelecia o prazo de proteção por 30 anos após morte do autor, à exceção de doações a instituições de memória.	SIM	NÃO
2441/91	Carlos Cardinal (PDT/RS)	Divisão de royalties	Garantia ao autor, artista e produtor os royalties por utilização de fonogramas, com porcentagens: 30% do autor, 30% do intérprete, 30% dos músicos acompanhantes, 10% do produtor fonográfico.	SIM	SIM
2442/91	Carlos Cardinal (PDT/RS)	Obra em contrato de trabalho; Ecad	Sobre obra intelectual em cumprimento a dever funcional ou contrato de trabalho, pertencendo os direitos patrimoniais a ambos, cabendo ao autor no mínimo a metade, e podendo o autor licenciar a terceiros; compositor teria 30% dos proventos de execução pública; IBGE faria amostra de emissoras de radiodifusão. ⁶⁹⁷	SIM	SIM

⁶⁹⁶ Uma Informação de Otávio Afonso enviada à Secretaria de Cultura defendia o prazo de 60 anos da Lei de 63. Ele discordava do ponto de partida de contagem ser a criação, por causa da obra inédita e de ser complicado, ou a partir da publicação e reprodução, que implicaria em registro obrigatório; achava melhor ser mesmo a morte do autor, “por estar integrado com o espírito da Convenção de Berna, da qual o Brasil é signatário, que liga estreitamente a obra à pessoa do seu autor”. Discordava de sindicatos entrarem na atividade da arrecadação e distribuição, para as quais já havia associações; achava também que a redação sobre partilha de direitos com autores e intérpretes deixou de fora importantes direitos patrimoniais como de exibição e execução. A Informação concluía solicitando que a Secretaria não apoiasse o projeto (Ref. 3.36, MinC, MinC – CDA, Carta, 12/07/91).

⁶⁹⁷ Uma nota do técnico em direito autoral Claudio Delgado Lobo para a CDA, e encaminhado para a assessoria parlamentar em 1992, elogiava a solução de divisão do direito patrimonial no caso de contrato de trabalho e prestação de serviços, julgava oportuna a limitação da cessão que o projeto propunha, mas entendia que a determinação de um percentual ao compositor era algo que deveria ser feito pelas associações representativas (Ref. 3.34, MinC, MinC – CDA, Carta, 15/06/92).

2933/92	Zaire Rezende (PMDB/MG)	Divisão de royalties	Distribuição dos royalties de execução pública da parte conexa como 10% para produtor, 40% para o autor, 50% pelos artistas, podendo haver convenção em contrário.	SIM	SIM
2934/92	Zaire Rezende (PMDB/MG)	Numeração de fonogramas	Numeração de fonogramas e videofonogramas, nos rótulos e nas capas, salvo se os direitos tivessem sido adquiridos pelo produtor. Repetição de número, ou exemplar não numerado, seria contrafação.	SIM	SIM
2951/92	José Genoíno (PT/SP)	Nova lei autoral	Extensamente comentado acima.	SIM	SIM
3020/92	Vadão Gomes (PRN/SP)	Numeração de fonogramas	Numeração, também exceto no caso de “venda” de direitos ao produtor.	SIM	SIM
3455/92	José Genoíno (PT/SP)	Direitos do produtor fonográfico	Sobre proteção a produtores fonográficos pela utilização pública. Dava direitos exclusivos, de autorização e proibição, pela reprodução, transmissão e retransmissão por organismos de radiodifusão, e pela execução pública por qualquer meio. Aos intérpretes e executantes caberia proibir a utilização no caso de interpretações ou reproduções não autorizadas, o que seria contrafação; autorização para fixação não implicaria autorização para reprodução; a distribuição da arrecadação seria na proporção de 1/3 para produtores, 1/3 para intérpretes, 1/3 para executantes; o pagamento por execução pública seria sempre exigível, independente do pagamento pela inclusão e sincronização em obras audiovisuais; estabelecia o direito exclusivo também no caso de locação, com repasse aos intérpretes e executantes. Na justificativa, vinha a ideia de que produtores, ausente a condição de criadores intelectuais, necessitavam de lei própria, separada, e que a lei 4944/66 estava desatualizada por não conter sincronização e locação. Curiosamente, não era prevista a numeração, e ampliavam-se os direitos dos produtores.	SIM	SIM
3456/92	José Genoíno (PT/SP)	Cópia privada	“Remuneração compensatória pelos direitos deixados de receber pelos mesmos [autores,	SIM	SIM

			intérpretes, executantes, editores e produtores de fonogramas e videofonogramas], em razão de reprodução privada de suas obras intelectuais contidas em fonogramas, videofonogramas e outros suportes mecânicos audiovisuais”, art. 1o). Devedores seriam os fabricantes de “equipamentos, aparelhos e materiais que permitam a reprodução privada”, e “os que comercializarem tais equipamentos, aparelhos e materiais” (art. 2o), a partir de porcentagens estabelecidas na lei (de 2 a 4% do preço final). Na justificativa: “estima-se que, hoje em dia, 70 por cento das fitas virgens vendidas têm como objetivo a reprodução privada de obras”, e “a evasão de receita é clara”, e que a medida era não somente compensatória, mas também forma de evitar que titulares “se valham de suas prerrogativas constitucionais para simplesmente proibir cópiagem doméstica de suas obras – o que causaria incontornável transtorno jurídico, de proporção incalculável”. Não havia previsão da forma de distribuição ou do órgão responsável.		
4596/94*	Luiz Carlos Haully (PP/PR)	Isenções	Representação teatral e execução musical não seriam ofensa a direitos e autor se no recesso familiar, locais de ensino, para fins exclusivamente didáticos, ou para fins de lazer dos maiores de sessenta e cinco anos.	SIM	NÃO
641/95*	Edinho Araújo (PMDB/SP)	Isenções	Isentando a retrotransmissão radiofônica em estabelecimento comercial em geral.	SIM	SIM
964/95*	Ubaldo Júnior (PSB/BA)	Numeração de fonogramas	Estabelecendo simplesmente numeração sequencial de fonogramas e videofonogramas, e ser contrafação a reprodução não numerada ou repetição de números.	SIM	SIM
1006/95	Ubaldo Corrêa (PMDB/PA)	Isenções	Isenção de pagamento de direitos autorais das repetidoras de rádio e televisão no interior da região amazônica.	NÃO	NÃO
1162/95	Leônidas Cristino	Direitos morais; identificação	Obrigatoriedade de identificação dos compositores, da letra quando houver, e da empresa responsável pela gravação nas embalagens de	SIM	SIM

			fonogramas e videofonogramas.		
1356/95	Projeto da CPI do Ecad	Ecad	Normas gerais de arrecadação e distribuição. Analisado em detalhes acima.	SIM	SIM
1357/95	Projeto da CPI do Ecad	Numeração de discos	Prevvia a numeração de fonogramas. ⁶⁹⁸	SIM	SIM
1358/95	Projeto da CPI do Ecad	Prazos de contratos	Prevvia que os contratos de direito autoral teriam prazo de dois anos, após os quais passariam a ser contratos de tempo indeterminado (podendo qualquer das partes decidir por denunciá-los, isto é, terminar a relação contratual). ⁶⁹⁹	SIM	NÃO
1435/96 ⁷⁰⁰	Poder Executivo	Direitos conexos; Tratados	Modificava lei de 1973 para estender normas de direito de autor dos Tratados Internacionais de que o Brasil era signatário para os direitos conexos. 1436/96, do Poder Executivo, estendia normas de direito de autor dos Tratados Internacionais de que o Brasil era signatário para os direitos conexos. Dava direitos exclusivos sobre locação de fonogramas aos produtores e demais titulares de direitos. Na justificativa, comunicação do MinC n. 039/95 estabelecia que se tratava de “medida de ajustamento jurídico necessário, em face das inovações introduzidas pelo Decreto n. 1.355, de 30/12/1994, que ao estabelecer o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio – TRIPs, anexo ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio – OMC, veio a exigir mudanças nos Arts. 94 e 98 da Lei n. 5.988”. Comentado em detalhes acima.		
1874/96	Wigberto Tartuce	Ecad	Estabelecia supervisão do CNDA; obrigatoriedade de amostragem	SIM	SIM

⁶⁹⁸ Foi criticado pela Amar por, apesar de representar “antiga reivindicação da classe musical (e da nossa entidade, especialmente), ser inadequada, de pouca profundidade, e não ter passado por discussão “junto aos principais interessados”. Procedimentos de controle seriam prioritários à própria numeração, que de outra forma seria inócua, especialmente em face de nova tecnologias de reprodução, e o projeto incidia somente sobre obras musicais (Ref. 3.85, MinC, Amar, Carta, 09/08/96).

⁶⁹⁹ Regulava contratos de direitos autorais, estendendo para prazo indeterminados os de prazo fixo não renovados. Criticado pela Amar por esse ponto, e também por prazos curtos, e por não estar no bojo de uma discussão maior de direito autoral. Ref. 3.85, MinC, Amar, Carta, 09/08/96.

⁷⁰⁰ No relatório de Aloysio Nunes Ferreira de 22 de outubro de 1997, o número do projeto estava errado (1436). (Ref. 3.92, MinC, Deputado Aloysio Nunes Ferreira, Relatório, 10/09/97)

	(PPB/DF)		na forma de radioescuta em cidades com mais de 50.000 habitantes, ou onde houvesse emissora de sons e imagens		
2139/96*	Rommel Feijó (PSDB/CE)	Direitos morais	Obrigando CDs produzidos no Brasil, com gravações de obras literomusicais, a serem acompanhados de apêndice com as respectivas letras.	SIM	NÃO
2325/96*	Roberto Pessoa (PFL/CE)	Numeração de fonogramas	Estabelecia numeração sequencial obrigatória de fonogramas, com sanções para descumprimento.	SIM	SIM
2591/96*	Luiz Mainardi (PT/RS)	Ecad	Reformava amplamente o modelo Ecad, da amostragem à fiscalização e informatização. Analisado detalhadamente no item 4.7.3.	SIM	SIM
3054/97	Poder Executivo	Licença legal	Revogando o art. 51 da Lei n. 5.988. O art. 51 estabelecia: "Art. 51 – É lícita a reprodução de fotografia em obras científicas ou didáticas, com a indicação do nome do autor, e mediante o pagamento a este de retribuição equitativa, a ser fixada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral." A comunicação 008/97 do Ministro da Cultura Francisco Weffort, que acompanhava o projeto, argumentava que se tratava de artigo contrário aos interesses morais e patrimoniais do fotógrafo, e que se tratava de letra morta, dado que nunca teria sido utilizado pelo CNDA. "A revogação do art. 51 da Lei n° 5.988/73 retira a única licença legal contemplada pela legislação autoral nacional. O instituto da licença legal em nenhum momento permite que o titular de direitos autorais manifeste sua vontade, seja para conceder autorização, seja para ajustar a remuneração dos direitos autorais. A licença legal, assim, é uma violência que somente seria admissível para atender interesses sociais relevantes, eis que implica verdadeira desapropriação da titularidade patrimonial sobre a obra intelectual. ⁷⁰¹ "	SIM	SIM
3223/97*	Benedito	Isenções	Isentava de pagamento de direitos	NÃO	NÃO

	Domingos (PPB/DF)		autorais as "sociedades e fundações de caráter beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, cultural, instrutivo, científico, artístico, literário, recreativo, esportivo, e as associações e sindicatos que tenham por objeto cuidar dos interesses de seus associados".		
3454/97	Valdir Colato (PMDB/SC)	Isenções, Ecad	Dispensava de pagamento ao Ecad especificamente as sociedades, fundações, associações religiosas, culturais, instrutivas, científicas, artísticas, literárias, recreativas, esportivas, com objetivo de promover "lazer, assistência ou congraçamento de seus associados".	NÃO	NÃO

Anexo VI: Emendas de Plenário na Câmara dos Deputados

N.	Tipo	Propositores	Tema	Descrição	Considerações da CESP
1	Supressiva	José Genoino. Vice-Líder do Bloco Parlamentar (PT/PDT/PCdoB); Jandira Feghali, Bloco Parlamentar (PT/PDT/PCdoB); Aldo Arantes. Bloco Parlamentar (PT/PDT/PCdoB); Matheus Schmidt, Vice-Líder do Bloco Parlamentar (PT/PDT/PCdoB); José Machado. Líder do Bloco Parlamentar (PT/PDT/PCdoB); Sérgio Arouca. Líder do PPS; Alexandre Cardoso. Líder do PPS; Luiz Buais, Vicc-Líde do PL.	Produtor fonográfico e audiovisual	Para supressão do art. 29, par. único, que determinava que "a utilização de fonogramas, obras audiovisuais, inclusive as cinematográficas, por qualquer das modalidades previstas neste artigo, dependerá de prévia e expressa autorização do produtor [art. 29 tratava dos direitos patrimoniais dos autores, e assim dava aos produtores os mesmos direitos].	Acolhida, porque o direito do produtor fonográfico e do audiovisual já estariam resguardados em outros artigos. Veremos que foi transportada a disposição para o art. 93, e depois vetada na sanção presidencial.
2	Modificativa	Idem	Obra em cumprimento de dever funcional ou prestação de serviços	O art. 36 do Substitutivo dava ao empregador ou contratante, no caso de cumprimento de dever funcional ou contrato de trabalho ou prestação de serviços, os direitos patrimoniais; a emenda queria que pertencessem a ambos (empregador/contratante e autor), salvo disposição contratual, no modelo da lei de 1973. "Entendemos que uma lei autoral deve ter, como princípio, o fato de que o direito patrimonial á prerrogativa exclusiva do autor (Constituição Federal), somente depois admitindo a possibilidade de ala transferência a terceiros. A redação do substitutivo inverte esta ordem de prioridade, tomando como regra o que deveria ser exceção. A redação original do substitutivo permite a interpretação de que a assinatura de um simples contrato de prestação de aerquivos bastará para que o autor perca seus direitos. Assim, todo e qualquer contrato de serviços poderá ser	Rejeitada; "a aprovação desta emenda resultaria numa volta ao sistema da Lei n. 5.988/73, que ensejou críticas e confusão doutrinária e jurisprudencial". Como veremos, tudo mudaria no Senado.

				interpretado como uma expressa renúncia do autor a seus direitos autorais, o que é um absurdo. Bastará contratar um autor, mesmo precariamente, para obter seus direitos, portanto isto é pior que a cessão, pois é a expropriação facilitada. Em vez de funcionar como <i>garantia</i> , o contrato constituirá uma ameaça à propriedade intelectual. A opção do autor será <i>fugir</i> das contratações."	
3	Modificativa	<i>Idem</i>	Obra sob encomenda	Alteração semelhante à do art. 37, afirmando agora que "o substitutivo põe em risco inúmeras atividades criativas do país – principalmente a publicidade – onde já constitui praxe que as obras criadas não se tornam propriedade dos contratantes, que já se incorporaram aos usos e costumes da área". Isso seria alterado com o art. 37, que dava ao encomendante o direito patrimonial, salvo convenção em contrário.	Idem ao anterior.
4	Aditiva	<i>Idem</i>	Redação / Fonogramas	Adicionar ao título IV, que tinha o título "Da Utilização de Obras Intelectuais", as palavras "e Dos Fonogramas". Provavelmente a ideia era deixar claro que fonograma não era obra intelectual, já que o título também o disciplinava.	Acolhida.
5	Modificativa	<i>Idem</i>	Transferência e cessão de direitos	Mudança no título do Capítulo V do Título III, de "Da Cessão de Direitos dos Direitos de Autor" para "Da Transferência dos Direitos de Autor". Era a preparação necessária para a proposta de que outras modalidades fossem previstas. Acatado.	Acolhida.
6	Modificativa	<i>Idem</i>	Audiovisual e execução pública musical	Os autores da emenda concordavam que o produtor da obra audiovisual controlasse a exploração, mas queria ressaltar o disposto no art. 89, que os direitos autorais pela execução pública da música ainda seriam	Acolhida, com subemenda (mas artigo seria depois excluído como um todo).

				devidos, no caso de locais de frequência coletiva (modificação no art. 38).	
7	Modificativa	<i>Idem</i>	Matérias de imprensa / jornalistas	Direitos pertenceriam aos autores, não aos editores, se assinados e com sinais de reserva (art. 39).	Rejeitada, "por contrariar o art. 36 e a própria natureza do contrato de trabalho".
8	Modificativa	<i>Idem</i>	Transferência e cessão	Incluindo, no art. 52, as modalidades de licenciamento e concessão, além da cessão, "ou outros meios admitidos em direito".	Acolhido, com subemenda para manter os incisos – relator entendeu que se tratava de imprecisão da emenda.
9	Aditiva	<i>Idem</i>	Direitos conexos	O art. 92 deveria ter um parágrafo único afirmando que, havendo conflito entre direitos de titulares de direitos conexos e de autor, os últimos prevaleceriam. "Os tratados internacionais sobre direitos conexos (...) não concedem direitos exclusivos aos titulares de direitos e sim direito a uma remuneração equitativa".	Rejeitada, entendendo-se que o WPPT da OMPI deixava claro que não havia mesmo hierarquia (apesar de Brasil não ter assinado).
10	Modificativa	<i>Idem</i>	Execução pública	Alterando art. 98 para que as empresas de radiodifusão tivessem direito relativo à comunicação ao público somente em locais de frequência coletiva com venda de ingressos.	Rejeitada "por restringir injustificadamente o exercício dos direitos das empresas de radiodifusão".
11	Substitutiva	<i>Idem</i>	Cópia privada	Querendo que a organização responsável por arrecadar e distribuir fosse uma entidade específica para esse fim.	Rejeitada.
12	Modificativa	<i>Idem</i>	Sanções	Art. 106 afirmava que as sanções civis se aplicam sem prejuízo das criminais, previstas no Código Penal; modificação apenas indicava local no Código Penal	Retirada antes da votação.
13	Modificativa	<i>Idem</i>	Sanções	Estabelecia aumento de multa para infratores reincidentes no caso de transmissão, retransmissão, comunicação ao público sem autorização (art. 110); por outro lado, a suspensão das atividades por autoridade policial ficava condicionada à utilização das obras ou fonogramas serem indispensáveis ao exercício das atividades.	Acolhida com subemenda – de "em até 100%" para "até o dobro", e rejeitada a parte relativa à autoridade policial ("porque a supressão de uma atividade que é lícita em si é atividade extremamente drástica".
14	Aditiva	Miro Teixeira, vice-	Selo de	Obrigando fonogramas,	Aceita, mas tirando

		líder do bloco PT/PDT/PCdoB; Luiz Eduardo Magalhães, líder do governo na Câmara (PMDB); Wagner Rossi, vice-líder do Bloco parlamentar PMDB/PSD/PRONA	procedência (pirataria)	livros e obras audiovisuais a ostentar selos ou sinais de identificação da procedência, para atacar as "indústrias piratas que, além de lesar os cidadãos com gravações de má qualidade, não recolhem impostos ou direitos autorais", mirando fitas cassetes, discos laser, mas também livros. Faltariam à Receita Federal e à Polícia Federal instrumentos para identificar procedência.	"procedência".
15	Aditiva	Manoel Castro (PFL); Inocêncio de Oliveira (líder do PFL)	Direito patrimonial de importação ou exportação	Criava o direito patrimonial de importação ou exportação das obras, no art. 29. "Ao avaliar o conteúdo do projeto, observa-se que o mesmo, concentrado nos procedimento de proteção à obra intelectual, deixou a questão do processo industrial excluída de seu texto". Faz uma longa exposição sobre pirataria, afirmando que a importação de obras de áudio audiovisual estaria causando concorrência predatória com a produção cultural brasileira (além de muitos produtos estarem entrando no país para comercialização em bancas de jornal, como parte de outros materiais, e assim não tributados). A emenda não parecia atacar o problema indicado pela justificativa,	Rejeitada, por se entender ser matéria de direito comercial.
16	Modificativa	<i>Idem</i>	Direito patrimonial de importação ou exportação	Incluía importação e exportação como parte do direito patrimonial de distribuição, no art. 29; a justificativa fala de Internet; entendia que o direito de importação / exportação serviria para controlar também transmissões eletrônicas. Isso serviria como controle para o autor.	<i>Idem.</i>
17	Supressiva	<i>Idem</i>	Cópia privada	Sugestão de supressão: "observa-se que o ônus gerado pela possibilidade de cometimento de ato ilegal é transferido aos agentes legais do processo	Rejeitada, com a argumentação de que o gravame não legitima ato ilegal, e sim compensa por outro.

				produtivo e, em última instância, ao público contribuinte." Mencionava as dificuldades operacionais que seriam impostas ao setor público e privado; a medida também incentivaria o contrabando. "Em que pesem as melhores intenções do proponente de dito artigo, desejamos evitar que o projeto tenha o efeito oneroso para a indústria e para o consumidor que tem nos suportes materiais virgens".	
18	Aditiva	Eraldo Trindade (PPB-AP); Duilio Pisaneschi, vice-líder do PTB. Inocêncio Oliveira, líder do PFL Luziano Zica (?) vice-líder do bloco parlamentar PT/PDT/PCdoB; Odelmo Leão (líder do PPB); Wagner Rossi (vice-líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/Prona)	Gestão coletiva	As associações teriam uma central de arrecadação de direito autoral (CDA)	Rejeitada, porque já existiria disposição sobre escritório único, e porque restringiria atuação das associações em separado, o que violaria o direito de associação.
19	Modificativa	Alberico Filho, Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PRONA; Wagner Rossi, vice-líder do bloco parlamentar PMDB/PSD/PRONA; Fernando Gabeira (PV); Inocêncio Oliveira, Líder do PFL	Limitações e exceções	Limitando a reprodução em um só exemplar para apenas <i>pequenos trechos</i> e mantendo a limitação aos casos de uso sem intuito de lucro, para evitar cópia sem licença de livro inteiro, "por isso acarretar enormes prejuízos para os detentores do direito autoral. (...) Hoje, no Brasil, a reprodução não autorizada de obras protegidas alcança a espantosa soma de 1 bilhão de cópias por ano".	Acolhida.
20	Modificativa	Inocêncio Oliveira, líder do PFL; Duilio Pisaneschi, vice-líder do PTB	Limitações e exceções / fonogramas	Mudando o título do Capítulo IV para "Limitações aos Direitos Autorais" em vez de "aos Direitos de Autor", para incluir fonogramas	Acolhida.
21	Modificativa	<i>Idem</i>	Fonogramas	Mudando o título do Capítulo III para "Dos Direitos Patrimoniais de Autores e Titulares de Direitos e de sua Duração", ou seja, incluindo "Titulares de Direito", "para abrigar a	Prejudicada pelo acolhimento da 1.

				proteção que é conferida aos fonogramas".	
22	Modificativa	<i>Idem</i>	Fonogramas	Mudando o título IV para "Da Utilização das Obras Protegidas por Direitos Autorais", no mesmo espírito, para incluir fonogramas.	Prejudicada pelo acolhimento da 4.
23	Modificativa	<i>Idem</i>	Fonogramas	Mudando o art. 89, que tratava dos direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais e literomusicais em obras audiovisuais, para retirar fonogramas, por acreditar que havia conflito com a definição de fonograma, já que a definição de fonograma seria de fixação que não a incluída em obra audiovisual. Parece má interpretação da lei.	Rejeitada.
24	Modificativa	<i>Idem</i>	Fonogramas	Alteração no elenco de direitos exclusivos do produtor de fonogramas, incluindo execução pública (em vez de comunicação ao público) e o <i>making available right</i> , para ser "compatível com os direitos conferidos aos artistas intérpretes ou executantes e produtores fonográficos pelo Tratado OMPI-II", e tirando o inciso IV ("todas as utilizações a que se refere o art. 29 desta Lei a que se prestem os fonogramas"), por ser "mais extensiva que a existente em qualquer país do mundo, significando a extensão de um direito sem reciprocidade para o Brasil", mas incluindo "V – qualquer outra forma, meio ou processo de utilização de seus fonogramas", o que é contraditório.	Rejeitada, mas com justificação surpreendente: que o art. 102 do WPPT não impedia que uma parte contratante fosse além. Além disso, Brasil não seria signatário.
25	Modificativa	<i>Idem</i>	Artista executante	Incluindo obrigatoriedade de indicar executante na utilização da obra, no art. 113 (sanções)	Rejeitada, porque não seria possível / prático – "há gravações de curta duração (três ou quatro minutos) de que participam até 40 músicos executantes".
26	Aditiva	<i>Idem</i>	Definições – Comunicação ao público / Internet	Criando no art. 5o (definições) uma definição de comunicação ao público ("V – comunicação ao público – ato mediante o	Rejeitada pela CESP, porque a versão do substitutivo seria melhor, e porque o art. 29 já considerara "a transmissão

				qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares"), porque o conceito "é importante e evita uma série de repetições quanto aos direitos abrangidos pela interpretação ampla, além de eliminar interpretações distorcidas quanto a qualquer possível omissão", e afirmando que o direito tinha especial relevância no ambiente digital.	interativa uma forma de distribuição sem que haja exemplares físicos". Além disso, Aloysio afirmou que procura evitar definições legislativas. No entanto, em Plenário foi aprovada e a definição entrou no texto final da lei. Inocêncio Oliveira insistiu nela.
27	Modificativa	<i>Idem</i>	Definições / produtor	Definindo produtor como aquele que faz a primeira fixação, de acordo com o Tratado da OMPI (WPPT). Adotado.	Rejeitada na CESP, por ser difícil, com as modernas técnicas de gravação, saber quando foi a primeira fixação; dividiu os parlamentares, e acabou aprovada em Plenário.
28	Aditiva	<i>Idem</i>	Selo de procedência (pirataria)	Idêntica à Emenda 14	Prejudicada pelo acolhimento da 14, com subemenda.
29	Modificativa	Inocêncio Oliveira (líder do PFL); Arnaldo Madeira (vice-líder do PSDB)	Definições / artistas intérpretes ou executantes	Incluindo definição do art. 2o do Tratado da OMPI (WPPT), removendo locutor, narrador, declamador, mas mantendo ator, cantor, bailarino, músico ou outras pessoas que representem um papel, cantem, recitem, declamem, interpretem ou executem em qualquer forma obras literárias ou artísticas ou expressões do folclore".	Acolhida.
30	Modificativa	<i>Idem</i>	Definições / obra derivada	Dando à definição de obra derivada "a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária", para definição mais precisa (no Substitutivo, estava criação intelectual "autônoma").	Acolhida.
31	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação / obras protegidas	Definindo que são obras intelectuais <i>protegidas</i> as criações... (art. 7o).	Rejeitada, porque já estava no substitutivo.
32	Modificativa	<i>Idem</i>	Obras protegidas / bases de dados	Mudava de "direito de autor e conexos" para "quaisquer direitos autorais" o art. 7o, par. 2o, que trata do direito sobre bases de dados não abarcar o conteúdo.	Acolhida.

33	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação	Mudando, no art. 7º par. 3º, de "propriedade industrial, marcas e patentes" para "demais campos da propriedade intelectual", por precisão.	Acolhida, mas com expressão "propriedade imaterial", mais genérica e de acordo com a sistemática do Código Penal.
34	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação	Substituição de "direito de autor e dos que lhe são conexos" por "direitos autorais".	Acolhida.
35	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação / Definições	Dentre os materiais não protegidos por direito autoral, substituir "sinopses" por "projetos".	Acolhida.
36	Aditiva	<i>Idem</i>	Obras não protegidas	Incluir "informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas" dentre materiais não protegidos por direito autoral.	Acolhida.
37	Aditiva	<i>Idem</i>	Obras não protegidas	Igualmente, incluir "nomes e títulos isolados", seguindo a sistemática do TRIPS, importante "face a ausência de uma cultura autoral no País.	Acolhida.
38	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação	Capítulo II viraria "Da Autoria das Obras Intelectuais", suprimindo o "Artísticas ou Científicas", para uniformização.	Acolhida.
39	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação	Idem, em relação ao capítulo sobre registro das obras intelectuais (capítulo III).	Acolhida.
40	Modificativa	<i>Idem</i>	Registro	O art. 19, referente ao órgão responsável pelo registro, seria modificado para fazer referência à Lei de 1973, e não a um "órgão unificado a ser indicado pelo Poder Executivo", de forma a "retirar o vício de iniciativa presente no referido projeto, sanando sua inconstitucionalidade" (competência privativa do Presidente da República – art. 61 par. 10, inciso II, alíneas b e c da CF).	Acolhida com subemenda para acrescentar supressão do art. 117.
41	Modificativa	<i>Idem</i>	Registro	Adaptando o texto sobre cobrança para a realidade da emenda anterior.	Acolhida.
42	Aditiva	<i>Idem</i>	Registro	Ainda sobre o serviço de registro ser prestado nos termos da lei de 1973.	Acolhida.

43	Modificativa	<i>Idem</i>	Organização / redação	Movia o parágrafo único do art. 28 para o 30, já que ambos tratavam de reprodução.	Acolhida.
44	Supressiva	<i>Idem</i>	Registro	Para eliminar o art. 117, sobre o Poder Executivo regulamentar o registro, por vício de iniciativa.	Acolhida.
45	Modificativa	<i>Idem</i>	Limitações e exceções	Dando redação mais ampla para o art. 49, I, que tratava da limitação para obras em braille.	Acolhida.
46	Modificativa	<i>Idem</i>	Sanções	Esclarecendo, no art. 112, que a indenização, no caso de perda de equipamentos, nunca seria inferior à indenização do art. 108 e seu parágrafo único (que estabelecia 3.000 exemplares como parâmetro).	Rejeitada, porque era o mesmo texto do Substitutivo.
47	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação / sanções	Sobre suspensão das utilizações previstas no art. 110, trocando o "além das demais indenizações cabíveis" por "sem prejuízo das...".	Prejudicada, pela aprovação da Emenda 13.
48	Modificativa	<i>Idem</i>	Sanções	O art. 109, que falava sobre responsabilidade subsidiária com o contrafator, incluía a condição "com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem". Da justificativa da emenda se extrai que a intenção era esclarecer e abarcar mais casos.	Acolhida, com substituição de "obra reproduzida" por "obra ou fonograma reproduzidos" – "por um lapso, o fonograma não foi contemplado no Título VIII, o que se sana agora".
49	Modificativa	<i>Idem</i>	Registro	Estabelecendo nas disposições transitórias que não ficariam revogados os artigos referentes ao registro, da Lei de 1973.	Acolhida, mas com observação de que se mantinham em vigor as leis n. 6.533/78 e 6615/78, sobre profissão do autor, do intérprete e do radialista, a título de esclarecimento.
50	Aditiva	<i>Idem</i>	Exaustão internacional	Estabelecimento de regra segundo a qual colocar o titular um bem que incorpora direitos autorais no mercado implicaria não impedir sua livre circulação (princípio da exaustão internacional).	Rejeitada, por se entender ser matéria de direito comercial.
51	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação	Mudança redacional semelhante à da emenda 48, mas para o art. 107.	Acolhida.

52	Supressiva	<i>Idem</i>	Cópia privada	Exclusão dos arts. 104 e 105, sobre cópia privada, que criariam "um ônus para os produtos nacionais, que se refletirá no custo Brasil, tornando-os menos competitivos no mercado internacional. Além disso, pelo fato do referido gravame não estar incorporado à grande maioria das legislações internacionais, e dada a obrigação da Convenção de Berna e de TRIPS de tratamento nacional, ficará o País obrigado a remessas para o exterior, agravando o déficit da balança de pagamentos, sem qualquer contrapartida ou reciprocidade", e afirmando que os órgãos do GIPI haviam se manifestado contra. Adotado.	Rejeitada, porque não existiria o "Custo Brasil", "uma vez que os produtos destinados à exportação estão isentos, segundo o par. 7º do art. 104). Quanto ao problema do déficit, vale observar que o mercado de gravações sonoras, no Brasil, é 72% constituído de gravações locais. Mais ainda: países com os quais mantemos intercâmbio, como França, Espanha e Portugal, já legislaram sobre o tema, e até mesmo os Estados Unidos".
53	Modificativa	<i>Idem</i>	Direitos patrimoniais / distribuição	Tentava incluir locação ou empréstimo de obra audiovisual no art. 29, VI, que tratava de distribuição.	Rejeitada, porque se restringia a um só tipo de obra, e direito de distribuição diria respeito à locação de obras em geral, não só ao audiovisual.
54	Supressiva	<i>Idem</i>	Obras de arte aplicadas	Removia obras de artes aplicadas do âmbito de proteção da lei (art. 7º, XIV), por serem matéria de propriedade industrial.	Acolhida.
55	Aditiva	<i>Idem</i>	Disposições transitórias / domínio público	Inseria o artigo que estabelece que continua em domínio público obra que já estava em domínio público com a entrada em vigor da lei, apesar da ampliação do prazo de proteção.	Acolhida com subemenda de redação.
56	Modificativa	<i>Idem</i>	Sanções / redação	Mudança redacional no art. 112, IV.	Acolhida com subemenda.
57	Modificativa	<i>Idem</i>	Obra em dever funcional	Incluía um trecho no art. 36, que determinava que na obra produzida em cumprimento a dever funcional ou prestação de serviços, os direitos pertenceriam ao empregador / tomador, no caso de não haver contrato, somente para as finalidades pactuadas.	Acolhida, com subemenda. Artigos suprimidos no Senado.
58	Modificativa	<i>Idem</i>	Limitações e exceções /	Idêntica à emenda 20.	Acolhida.

			fonogramas		
59	Modificativa	<i>Idem</i>	Obra sob encomenda / redacional	Mudar de encomendante para comitente.	Acolhida.
60	Modificativa	<i>Idem</i>	Obra sob encomenda	Igual à emenda 57, mas para o caso de obra sob encomenda (art. 37).	Acolhida, com subemenda. Artigos suprimidos no Senado.
61	Modificativa	<i>Idem</i>	Internet / digital	Acrescentava como direito exclusivo do autor o armazenamento em computador, microfilmagem e outras formas de arquivamento, além da inclusão em base de dados (art. 29, IX).	Acolhida.
62	Modificativa	<i>Idem</i>	Redação	De "Das sanções às violações direitos de autor e os que lhes são conexos" para "Das sanções às violações dos direitos autorais". Adotado.	Acolhida.
63	Modificativa	<i>Idem</i>	Colocação à disposição do público (<i>making available right</i>)	Remover a palavra "livre" (de "colocação à livre disposição do público" para mera "colocação à disposição"), no art. 93, IV do Substitutivo, sobre direitos exclusivos dos intérpretes e executantes.	
64	Modificativa	<i>Idem</i>	Edição	Detalhando que, no caso de decorrido um ano do lançamento da edição e editor vendendo como saldo, autor tem prioridade (como tinha no Substitutivo), mas pelo preço de saldo, "por uma questão de justiça".	Acolhida.
65	Modificativa	Inocêncio Oliveira (líder do PFL)	Reprodução / Digital	Queria estabelecer ser reprodução também o armazenamento por meio audiovisual.	Acolhida com subemenda suprimindo o "audiovisual".
66	Modificativa	<i>Idem</i>	Direitos morais	Restringindo o direito do autor modificar a obra à observância de limitações contratuais – art. 24, V ("a inclusão da expressão previne conflitos e assegura direitos patrimoniais de terceiros").	Rejeitada, por isso já constar dos direitos patrimoniais.
67	Modificativa	<i>Idem</i>	Direitos morais	Limitava o direito de suspender utilização ou retirar de circulação à obra aos casos em que houvesse afronta à reputação e imagem (art. 24, VI).	Acolhida.

68	Modificativa	<i>Idem</i>	Direitos morais	O direito de acesso a exemplar único e raro seria limitado aos casos em que o proprietário do suporte físico consente (art. 24, VII). Não adotado.	Acolhida com subemenda, estabelecendo que serviria somente para preservação da memória (e não para exercer direito de divulgação), e que deveria causar o menor inconveniente possível e indenização, se fosse o caso.
69	Modificativa	<i>Idem</i>	Gestão coletiva	O art. 101 determinava que as associações tornam-se mandatárias dos associados com o ato de filiação; emenda queria que houvesse autorização expressa, senão "o titular dos direitos torna-se refém da associação, (...) também porque ao ser obrigado a filiar-se a uma só associação fica impedido de livremente escolher qualquer outra associação, por mais eficiente que seja, para representá-lo na defesa de seus interesses".	Rejeitada, porque isso exigiria apresentação de poderes de cada um dos associados em cada caso, e outro dispositivo da lei já autorizava exercício direto dos direitos pelos associados.
70	Supressiva	<i>Idem</i>	Cópia privada	Supressão do art. 104. Semelhante à emenda 52, com justificativa dessa vez de que a cobrança teria natureza tributária e seria indevida ingerência do Estado na atividade privada.	Prejudicada porque rejeitada a emenda 52.
71	Supressiva	<i>Idem</i>	Cópia privada	Supressão do art. 105 (continuação da emenda 70). Adotado.	Prejudicada porque rejeitada a emenda 52.
72	Supressiva	Inocêncio Oliveira, líder do PFL; Marcelo Barbieri, Bloco Parlamentar PMDB / PSD / PRONA	Cópia privada	Pela supressão do art. 104, justificando agora que "a lei pretende atribuir aos fabricantes de suportes materiais videntes um ônus sobre a POSSIBILIDADE ou EVENTUALIDADE de reprodução privada de fonogramas ou videofonogramas", ou seja, com base em uma presunção, e não atribuindo ônus a quem de fato infringiu direitos. Mencionava também aumento no curso dos produtos, e estímulo ao contrabando. Adotado.	Prejudicada porque rejeitada a emenda 52.
73	Aditiva	Inocêncio Oliveira, líder do PFL; Odelmo Leão, líder do PPB	Radiodifusão / isenções	Isentando ao pagamento de direitos autorais as empresas de radiodifusão com faturamento de até dez	Rejeitada "por violação de princípio constitucional da isonomia" e por violar a regra de três passos de

				mil reais (art. 94 do substitutivo, com acréscimo de par. 2o.).	Berna, que não preveria a limitação de direitos de autor em função da condição econômica do usuário. "De resto, o direito autoral não é contribuição, mas uma remuneração, quer dizer, é o preço pago pela utilização de um bem alheio".
74	Aditiva	Luiz Mainardi, bloco parlamentar PT / PDT / PCdoB	Gestão coletiva	Criava uma extensa regulamentação sobre a gestão coletiva, prevendo sua regionalização e a atuação do Ministério Público na fiscalização, nos moldes do PL proposto por Luiz Mainardi (PL 2.951/96).	Rejeitada, porque "a cobrança dos direitos de execução pública deve ser unificada, como é em todos os países do mundo, com única exceção dos Estados Unidos", e a unificação tinha sido demanda dos usuários a unificação.